

JOSEFA AIDA DELGADO

**APROXIMAÇÃO À COMPREENSÃO ONTOLÓGICA
DA FAMÍLIA BASEADA NO PENSAMENTO DE
HEIDEGGER**

**Florianópolis
Fevereiro, 2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
PROGRAMA DE DOUTORADO DE FILOSOFIA EM ENFERMAGEM E SAÚDE**

**APROXIMAÇÃO À COMPREENSÃO ONTOLÓGICA DA
FAMÍLIA BASEADA NO PENSAMENTO DE
HEIDEGGER**

JOSEFA AIDA DELGADO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Doutor em Enfermagem – Área de Filosofia em Enfermagem e Saúde.

**ORIENTADORA
Dra. INGRID ELSÉN**

**CO-ORIENTADOR
DR. ALBERTO OSCAR CUPANI**

**Florianópolis
Fevereiro, 2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
PROGRAMA DE DOUTORADO DE FILOSOFIA EM ENFERMAGEM E SAÚDE**

**APROXIMAÇÃO À COMPREENSÃO ONTOLÓGICA DA
FAMÍLIA BASEADA NO PENSAMENTO DE
HEIDEGGER**

JOSEFA AIDA DELGADO

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de

DOUTOR EM ENFERMAGEM

e aprovada em sua versão final em 24 de fevereiro de 2003, atendendo às normas da legislação vigente no Curso de Pós-Graduação em Enfermagem – Programa de Doutorado de Filosofia em Enfermagem e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina.

.....
Dra. Denise Elvira Pires de Pires
Coordenadora da PEN/UFSC

BANCA EXAMINADORA

Dr ^a Ingrid Elsen	Dr ^a Heloisa Szymanski
Presidente	Membro
Dr ^a Sandra Caponi	Dr ^a Ivete Sansón Zagonel
Membro	Membro
Dr ^a . Coleta Rinaldi Althoff.	Dr ^a Regina Célia Mito.
Membro	Suplente
	Dr ^a Maria Corso da Motta
	Suplente

***Pensar é mais interessante que
saber, mais ou menos
interessante que olhar.
Goethe***

DEDICATORIA

A minha família, especialmente minha mãe Elena, com seus 87 anos, permanentemente esperando meu retorno a casa; a minhas irmãs - Néli da y Negra - que, sacrificando suas próprias famílias, me deram seu apoio para atender a minha, permitindo-me desenvolver meus estudos.

AGRADECIMENTOS

"O pensamento é a única coisa do Universo cuja existência não se pode negar: negar é pensar." Ortega y Gasset, José

Tento agora recuperar as imagens de minhas vivências que construíram esta parte de minha história de vida e que me vêm à mente numa conjunção de momentos que não estão vazios: rostos, acontecimentos, sentimentos - agradáveis e menos agradáveis... mas fundamentalmente gratidão a um país que me acolheu e contribuiu para que pudesse concluir meus estudos. Fi-lo com o auxílio de diversas pessoas, umas de maneira direta, outras sem perceber sua valiosa colaboração. À guisa de reconhecimento, menciono aqui pessoas e instituições que estiveram diretamente ligadas a este projeto que no momento concluo.

Dr^a. Ingrid Elsen, que me levou a descobrir caminhos para avançar na compreensão da família como unidade, compartilhando momentos de reflexão e discussão, contando sempre com sua atitude generosa de não me negar seus conhecimentos; reconheço sua permanente busca de novos caminhos para trabalhar com a família, comprometida com seus princípios de educadora e pesquisadora.

Dr. Alberto Oscar Cupani, que me possibilitou descobrir a vida da família com base no mais simples e fundamental: sua existência, trazendo sempre suas palavras de estímulo, reflexão e acompanhamento permanente e oportuno, durante meu caminhar com a filosofia.

CNPq, pelo apoio financeiro durante el doutorado.

Chefias do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, que contribuírm para que meus estudos fossem desenvolvidos sem maiores dificuldades.

GAPEFAM, que me permitiu participar de diferentes experiências, mostrando-me quanta energia podem gerar os ideais de crescimento pessoal e profissional.

Prof. Lia Rosa Leal, que escolhi como tradutora e acabou sendo minha fada protetora. Para ela, um reconhecimento muito especial.

Associação Catarinense de Professores de Florianópolis, que me abriu suas portas para minha estada segura e tranqüila. Seus funcionários, respeitosos e acolhedores, sempre dispostos a atender minhas demandas.

Silvana Sidney Costa Santos e Mara Regina Santos da Silva, colegas e amigas com quem compartilhei horas de trabalho, discussões e lazer. Fiéis a seus princípios, solidárias.

Em meu País...

A Liliana Castruccio de Divi, amiga e irmã da vida, disposta a ajudar em todos os momentos, especialmente os mais difíceis, sempre com suas palavras de apoio e estímulo, honesta em seus pensamentos, sincera e leal na amizade.

A meus/minhas colegas da Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE), que sempre me apoiaram, assumindo minhas atividades.

Às autoridades da UNSE, por facilitar-me frequentar o doutorado.

À família Solidarietà, por permitir-me compartilhar sua história de vida e por tudo que me possibilitou conhecer.

A todos aqueles que estiveram direta ou indiretamente vinculados a este projeto e que não foram mencionados, mas fazem parte desta minha história... MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Este é um estudo baseado na filosofia fenomenológica heideggeriana, com objetivo de desvelar os elementos estruturais que fazem a existência do "ser da família". O "caminho" metodológico foi construído fundamentalmente com base nos pensamentos de Heidegger (1997) - apresentados em sua obra "O ser e o tempo" - que adverte que na interpretação devem ser manifestadas não estruturas acidentais ou arbitrarias, mas estruturas essenciais determinantes do ser em toda forma de ser do "ser-aí" fático. Os dados da família foram coletados em entrevistas e observações, e permitiram trabalhar os significados contidos nas expressões dos integrantes da família. Em seis passos desvelei alguns elementos que caracterizam e fazem do "ser família-no-mundo" um ser em cada caso meu, teu, nosso. Cada um de nós, em seus diferentes modos de ser, contribui para a existência da família, e ela possibilita o desenvolvimento de nosso "ser-no-mundo" ao **"vivenciar e compartilhar experiências cotidianas da família"**. É ali que aparece a possibilidade existencial de compartilhar um modo próprio, um modo de ser no mundo, um modo de **"cuidado"** para "ser família-no-mundo". Um mundo que entre todos seus "seres-aí" membros - que a constituem como "unidade existencial complexa" - gera essa "unidade de relacionamento" que não é errática, nem circunstancial, mas que emerge de **"sentimentos interligados entre os integrantes"**, respondendo a exigências próprias de cada "ser-aí", pelo **"sentimento de pertença primária"** gerado neles. Por sua vez, essa unidade **"dá a possibilidade de nascer"** a cada um de nós, dá-nos a possibilidade de "poder ser" ser humano, contribui para definir a identidade de cada membro, seu significado no mundo, sua existência, chegando a ser **"referencial de si mesma em cada ser humano"**. Assim, à pergunta **"quem é a família?"**, não se pode responder **"ninguém"**, pois mesmo tendo modos de ser inautênticos, impróprios, não se torna inexistente, continua existindo.

RESUMEN

APROXIMACIÓN A LA COMPRENSIÓN ONTOLÓGICA DE LA FAMILIA BASADA EN EL PENSAMIENTO DE HEIDEGGER.

Este es un estudio basado en la filosofía fenomenológica heideggeriana, su propósito es desvelar los elementos estructurales que hacen a la existencia del “*ser de la familia*”. El “camino” metodológico fue construido fundamentalmente, con base en los pensamientos de Heidegger (1997) - presentados en su obra "El ser y el tiempo" - advirtiéndonos que en la interpretación debe ser manifestadas, no estructuras accidentales o arbitrarias, *más estructuras esenciales determinantes del ser en toda forma de ser del “ser-ahí” fáctico*. Los datos de la familia fueron recolectados en entrevistas y observación, para luego trabajar con los significados contenidos en las expresiones de los integrantes de la familia. A través de seis pasos descubrí algunos elementos que caracterizan y hacen del “ser familia en el mundo” un ser en cada caso mío, tuyo, nuestro. Cada uno de nosotros, en sus diferentes modos de ser, contribuye para su existencia, así como ella posibilita el desarrollo de nuestro “ser-no-mundo” al poder “**vivenciar y compartir experiencias cotidianas de la familia**”. Allí aparece la posibilidad existencial de compartir un modo propio, un modo de ser en el mundo, un modo de “**cuidado**” para “ser familia en el mundo”. Un mundo que entre todos sus “seres ahí miembros” – que la constituyen como “unidad existencial compleja” – genera esa “unidad de relacionamiento” que no es errática, ni circunstancial, mas que emerge de “**sentimientos interligados entre los integrantes**”, respondiendo a exigencias propias de cada “ser-ahí”, por el “**sentimiento de pertenencia primaria**” generado en ellos. A su vez, esa unidad “**da la posibilidad de nacer**” – no en el sentido biológico – a cada uno de nosotros, nos da la posibilidad de “poder ser” ser humano, contribuye a definir la identidad de cada miembro, su significado en el mundo, su existencia, llegando a ser “**referencial de si misma en cada ser humano**”. Así, a la pregunta *quién* es la familia? No hay posibilidades de responder nadie, aún en modos de ser inauténticos, inapropiados que ella puede tener, no se vuelve inexistente.

ABSTRACT

APPROACH TO THE ONTHOLOGICAL UNDERSTANDING OF THE FAMILY BASED ON HEIDEGGER´S THOUGHTS.

This is a study based on the heideggerian phenomenologic philosophy, which aim is to reveal the structural elements that create the existence of the “family being”. The methodological “path” was built fundamentally based on Heidegger’s (1997) - as described in his book "The being and the time" - thoughts which suggests that, in the interpretation, rather than accidental or arbitrary structures, *what should be displayed is essential, determining structures of the being in every way of being of the actual “being-there”*. The family data were taken from interviews and observations, and allowed to work with the meanings comprised in the expressions of the members of the family. In six steps I reveal some elements that characterize and make the “being family in the world” a being in every instance, mine, yours, ours. Each one of us, in our different ways of being, contributes to the existence of the family, and this make it possible to develop our “being in the world” when **“living and sharing daily family experiences”**. That is where the existential possibility of sharing in a personal manner, a manner of being in the world, a manner of **“caring”** to “be family in the world” arises. A world which amongst all its “being-there” members – that compose it as a “complex existential unity” – produces this “relationship unity” which is neither erratic nor circumstantial, but emerges from **“interlinked feelings among the components”**, responding to personal demands from every “being-there” by means of the **“feeling of primarian belonging”** generated in them. In its turn, this unity **“gives the possibility of born”** to each one of us, gives us the possibility of “being” humans beings, contributes to define the identity of each member, its meaning in the world, its existence, succeeding in being **“its own referential in every human being”**. Thus, to the question “who is the family?”, it is impossible answer, “nobody”, for even occurring in an illegitimate and inappropriate manner, it does not become non-existent, it will always be family.

SUMÁRIO

	pag
• CAPÍTULO I	1
- ENCONTRANDO E COMPREENDENDO MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	1
• CAPÍTULO II	13
- EXPLORANDO A FAMÍLIA	13
1.- A família no tempo	13
2.- Referenciais teóricos	24
• CAPÍTULO III	34
- APROXIMAÇÃO DE HEIDEGGER	34
1. Ser no mundo	37
1. 1. O “mundo”	37
1. 2. O ente que “é no mundo”	44
1. 3. “Ser em”	48
2. Angústia, temporalidade, cuidado: o ser do “ser aí”	53
• CAPÍTULO IV	58
- CAMINHO METODOLÓGICO	58
1. Fase: Aproximação do mundo da filosofia fenomenoló- gica heideggeriana.	59
Momento de Exploração	59
Momento de Desvelamento de Heidegger	60
2. Fase: Aproximação do “ser da família”	66
Momento de “Encontro com a família”	66
- Escolha da família	66
- Implementação de entrevistas e observação	67

Momento de desvelamento do ser do “ser aí da família” . . .	69
▪ Etapa de análise de dados	70
1. Passo: Leitura Integradora das entrevistas	71
2. Passo: Pré-compreensão	72
3. Passo: Detecção de elementos temáticos e relacionamen- to.	72
4. Passo: Releitura das expressões significantes	73
5. Passo: Extração de significados	74
▪ Etapa de desvelamento do ser do ser aí da família	75
Considerações Éticas	75
• CAPÍTULO V	77
- O SER-AÍ DA FAMÍLIA "SOLIDARIEDADE".	77
• CAPÍTULO VI	114
- DESVELAMENTO DO SER-AÍ DA FAMÍLIA	114
1. A família e seu mundo	118
2. A família e sua vinculação com os úteis	124
3. A família e seus modos de ser no mundo	129
4. A família vivenciando sua temporalidade	136
5. A família e o “cuidado”	146
• CAPÍTULO VII	152
- ENCONTROS E POSSIBILIDADES	152
• REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	168

Capítulo I – ENCONTRANDO E COMPREENDENDO MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Pensar... sim, não posso contradizê-lo; através de meu pensamento tenho a possibilidade de empreender uma viagem imaginária para reencontrar-me com meu passado profissional e humano, pleno de imagens – vivências e experiências – com significações que definiram minhas possibilidades de ser como pessoa e como enfermeira. Hoje, com a tranqüilidade que gera esse “olhar à distância” acho que, com meu presente – carregado de inquietudes e feitos – ambos são ligados por um mesmo fio imaginário que os une e projeta com renovada energia através de ideais que podem, por momentos, tornar-se uma utopia: o trabalho com a família. Mais ainda se falamos de sua saúde e não da enfermidade de seus membros apenas.

Tal necessidade de aprofundar o estudo da **família** veio gestando-se durante o desenvolvimento de minhas atividades profissionais de enfermeira. A área de pediatria, num hospital argentino, foi onde começaram minhas experiências profissionais. O modelo médico^{*}, em sua fortaleza hegemônica – hoje em declínio – não permitia uma atenção que se dirigisse além do “indivíduo enfermo”, desvinculado de sua família, exceto quando esta era considerada como fonte de iatrogenias, ou para “executar” aquelas ações que lhe eram indicadas para cuidar do enfermo. Seu lugar destinado de “espectador” não lhe permitia uma ativa participação nem para manifestar seus temores, medos, e menos ainda suas discordâncias. Esse papel de “observador submisso” levou-a a assumir-se incapaz de dar atenção sem depender do médico ou do sistema de saúde, a desvalorizar seu próprio sistema de cuidados, com o qual pode gerar diariamente a energia de que necessita para desenvolver-se.

Acompanhavam essa coisificação da atenção ao enfermo a rigidez e a verticalidade da organização e o funcionamento dos “grupos de trabalho” nos serviços

* O foco de atenção é o indivíduo doente. Seu pensamento está impregnado pela racionalidade científica, reconhecendo a doença apenas na presença de manifestações objetivas, verificáveis de alterações no funcionamento orgânico (CAPRA, 1994).

de saúde, cuja dinâmica estava definida e sustentada pelo médico, na qual as possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento das funções independentes do profissional de enfermagem eram limitadas, para não dizer inexistentes, salvo algumas exceções. Isso era uma consequência necessária para manter a vigência do modelo, como recurso para a concentração do poder e todas as suas implicações no controle dos programas de atenção à saúde da comunidade, sem prestar atenção à potencialização dos recursos da população, em especial da família, para promover saúde e prevenir enfermidades, participando ativamente na recuperação da saúde em situações de doença.

Essa orientação da política de saúde vigente na Argentina todos esses anos não nos permitiria aproximar-nos da meta da Organização Mundial de Saúde “*Saúde para todos no ano 2000*” (OMS,1978) que entrara em vigor. Um dos participantes responsáveis pela promoção de saúde e pela prevenção das doenças não estava sendo incluído nos objetivos a alcançar: a incorporação da família como membro ativo nos diferentes programas de saúde. Como ações de promoção continuava-se fazendo o que já se fazia: dar prioridade ao controle pré-natal e vacinação, potabilização da água e eliminação de excreções e lixo, por meio de planos de ações impostos sem participação dos verdadeiros protagonistas (usuários). Os problemas de saúde gerados por fatores de riscos modificáveis não chegaram a seu controle.

Em todas as ações de saúde, como reflete Rose (1995), prevaleceu um conceito de saúde negativo, equivalente à ausência de enfermidade, centrada no indivíduo. A comunidade não participava na definição das políticas e dos programas de saúde vigentes, especialmente nos níveis locais.

A essa realidade somava-se outro fator que tornava crítica as condições de saúde da comunidade: o orçamento financeiro do sistema de saúde (CEPAL, 1980). As condições econômicas da família eram cada vez mais apertadas, aumentando os fatores de risco de adoecer, numa rede sanitária que não gerava alternativas concretas de prevenção de enfermidades, nem potencialização de recursos para produzir e promover saúde como é a revalorização do papel da família na saúde e a

contextualização sociocultural do cuidado, como estratégia para melhorar as condições de saúde das pessoas. Poder dispor de um serviço de saúde que atendesse às necessidades da comunidade, através da mudança no modelo de atenção, era e é um desafio proposto desde Alma Ata em 1978, que cada vez está mais distante.

Como integrante de tal sistema de saúde, encontrava-me trabalhando cercada por dilemas que se avizinhavam dos aspectos profissionais, ético-legais e humanos, aos quais devia tentar encontrar respostas para contribuir com algumas soluções, embora sabendo tratar-se de um desafio de longo prazo. Começava a desenvolver minhas atividades de docência, dirigindo minha dedicação exclusiva ao trabalho hospitalar, onde encontraria o meio e os recursos para promover e gerar conhecimentos e estratégias de trabalho que pudessem localizar – em algum momento – a família como *protagonista* no cuidado da saúde.

Com o propósito de realizar estudos formais sobre a família, ingressei no Mestrado de Enfermagem em Saúde Comunitária, na Universidade de Concepción, no Chile. Achei que no meio acadêmico se trabalhava com novos paradigmas de saúde, no qual o ser humano é resgatado como um todo – com uma íntima interação e interdependência de seu meio –, inter-relação através da qual pode crescer e desenvolver-se em suas distintas dimensões. Progressivamente, esses paradigmas iam permeando o agir dos profissionais que trabalhavam nos diferentes serviços de saúde, levando-me a identificar-me com alguns deles.

Definido o foco de estudo, decidi aprofundar meus conhecimentos de família na pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado, centrando minha atenção em aspectos que considerei básicos para meu trabalho: conhecer que *“fatores familiares influem na conduta de saúde da família urbano-marginal”* (DELGADO, 1991). Nessa pesquisa obtive conhecimentos para que a enfermagem avançasse no conhecimento da família, relacionados a recursos próprios que utiliza para definir atitudes de cuidado de seus membros no cotidiano. Para este estudo de tipo quantitativo, com enfoque sistêmico, trabalhei com 100 (cem) famílias nucleares, cada qual com o pai, a mãe e um filho, aplicando questionário semi-estruturado. Como resultados mais significativos,

descobri que a conduta de saúde da família está relacionada com fatores vinculados à dinâmica interna da família, à rede de apoios sociais de que dispõe e a sua renda mensal.

Uma vez identificados esses resultados, foi possível utilizá-los como recursos para trabalhar **com** a família, considerando que as decisões de saúde, nos diferentes momentos de sua vida, são tomadas pela família em conjunto ou por um de seus integrantes, e que nós, os profissionais da saúde, *participamos* no atendimento daquilo que eles consideram como necessidades.

Durante a década de 90, uma equipe de acadêmicos de Enfermagem da Universidade Nacional de Santiago del Estero trabalhou no âmbito de postos de saúde e escolas primárias, buscando chegar ao contato com a família para conhecer sua realidade, sua dinâmica e problemáticas cotidianas, sendo tais experiências analisadas e debatidas. Nesse caminho de aprendizagem foram desenvolvidas outras pesquisas referentes ao perfil epidemiológico das famílias (DELGADO, et al., 1994), a família e o rendimento escolar (CHAVES, et al., 1996). Hoje estamos pesquisando condicionantes de condutas protetoras na prevenção das enfermidades cardiovasculares na família através de estudos de tipo quantitativo e qualitativo, em etapa de elaboração final de projeto (DELGADO, et al., 1998; 2002)

Nessa busca do conhecimento da família para poder compreendê-la na sua cotidianidade, em seus modos de relacionamento interno e externo, para em algum momento estabelecer estratégias de trabalho conjunto sem violentá-la e poder contribuir com meu fazer profissional cotidiano para seu fortalecimento e autonomia, prossegui avançando na minha atualização e formação profissional.

Assim sendo, em 1998 realizei estágio no Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, através do Programa de Doutorado em Enfermagem, Florianópolis, Brasil. Essa experiência durou dois meses e teve o objetivo de entrar em contato com colegas e outros profissionais que estivessem trabalhando com família. Ali tive meu primeiro contato com a Dra. Ingrid Elsen, que coordenou minhas atividades nesse período, possibilitando-me participar de diversas experiências:

acadêmicas, representadas por aulas de estudantes de doutorado, apresentação de trabalhos de estudantes de graduação e encontros com diferentes acadêmicos. Na área de pesquisa pude trocar idéias com pesquisadores. No âmbito de serviços, fui a postos de saúde, onde observei atividades de consulta de enfermagem e visita domiciliar.

Tal intercâmbio foi vital, pois proporcionou-me conviver e dialogar com importante grupo de profissionais estudiosos do tema *família*, todos comprometidos com seu cuidado sob diferentes abordagens, em trabalho multidisciplinar, além de reconhecerem o papel da família não apenas na doença, mas também na saúde. Esse estágio incentivou uma decisão: continuar meus estudos de doutorado em Enfermagem nessa universidade brasileira, que de fato se iniciaram em 1999.

Durante meu doutorado continuei desenvolvendo atividades vinculadas à saúde familiar, com acompanhamento da Dra. Ingrid Elsen. Um dos grupos dos quais participei foi o GAPEFAM (Assistência, Pesquisa e Educação na Área de Saúde da Família) e LEIFAMS (Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Família e Saúde), através de seus laboratórios, participação e organização de atividades científicas e publicações. Essa etapa me permitiu ampliar minha visão do estudo da família, não apenas pelo contato com os colegas, mas também com outros profissionais acadêmicos e pesquisadores e suas pesquisas. Permitiu-me ainda ampliar referenciais teóricos para trabalhar com a família, sã ou enferma, além de aprofundar o estudo da pesquisa qualitativa, campo no qual, até aquele momento, meus conhecimentos eram limitados.

Hoje noto claramente que na profissão de enfermagem, em alguns países latino-americanos como Brasil, Chile e Colômbia, não impera a vigência exclusiva do modelo médico: encontram-se diferentes grupos de trabalho que estão desenvolvendo seu agir através de outros modelos de saúde – saúde percebida, sistêmico, interacionismo simbólico, autocuidado, cuidado cultural, entre outros – nos quais a concepção de saúde e de doença vai evoluindo, assim como o foco de atenção da enfermagem. Na Argentina, é ainda incipiente o trabalho com tais modelos de saúde no sistema sanitário.

O trabalho com a pessoa sadia começa a torna-se motivante; a família vai ocupando o foco de atenção, embora predomine o interesse por ela por ser produtora de fatores de risco. Se é importante prestar-lhe atenção pelos problemas que a doença causa numa sociedade, não se pode descuidar dos aspectos referentes à saúde, sua promoção e prevenção de enfermidades nas pessoas através da família. Ela tem seu próprio sistema de cuidado, que em certas circunstâncias de sua vida demanda apoio e fortalecimento por parte do sistema de saúde ao qual pertence (DELGADO, 1991; DELGADO, et al., 1996)

Meu caminhar prosseguiu, buscando conhecer essa família em sua conduta de saúde, mas no âmbito de experiências de vida mais concretas, tentando encontrar elementos que tenham supremacia no momento de decidir sobre seus “cuidados cotidianos” e, dessa maneira, poder compreender sua *conduta de saúde*, conduta nem sempre compreendida e interpretada por quem trabalha com ela. Duramente julgada, especialmente por aqueles profissionais e técnicos que continuam presos a um enfoque positivista, segundo o qual a saúde percebida, e portanto os valores que as pessoas atribuem às coisas e às vivências, são desvalorizados e por esse enfoque, seus conhecimentos são desqualificados; só há espaço para a razão e o que ela pode gerar, a única que pode fornecer uma explicação válida, atribuindo-lhe supremacia, especialmente na sociedade argentina, a todo conhecimento e ações que provenham do raciocínio.

A atitude desvalorizadora do sistema de saúde ao papel da família em seu próprio cuidado, gera importante barreira à utilização dos recursos (humanos e materiais) de saúde e também ao desenvolvimento e à consolidação de novos modelos de atenção, em que ambos os sistemas – família e serviços de saúde – possam relacionar-se para aproveitar suas potencialidades, desenvolver e consolidar os comportamentos da família à medida que se lhe permita exercer sua capacidade de decidir.

Os anos de estudo e reflexão foram afirmando minha suposição de que a família gera sua própria estrutura de cuidados de saúde, de acordo com suas próprias

vivências, necessidades percebidas, recursos disponíveis e significados que atribui à vida, à saúde e à doença. Dessa perspectiva de abordagem de saúde e família foi introduzido o debate no âmbito acadêmico, na carreira de graduação em Enfermagem da Universidade Nacional de Santiago del Estero – Argentina. Hoje a temática se encontra incorporada ao currículo do curso.

Grande percentual dos profissionais de enfermagem tende a considerar que o verdadeiro saber e sistema de cuidados é o oferecido por eles, permitindo à família, em alguns casos, uma participação ativa provocada ou induzida; em proporção muito reduzida, encontram-se colegas que trabalham com base no sistema de cuidado da família, passando a articular o sistema de cuidado profissional segundo as demandas e ou déficit detectados na saúde da família.

Dentro desse contexto, fui exercendo minha profissão com avanços e retrocessos; foram e continuam sendo meu centro de interesse algumas situações: a coisificação e a atenção exclusiva a pessoa enferma; a desvalorização da participação da família no processo de cuidado do enfermo; a desqualificação do sistema de cuidados cotidianos da família por parte do pessoal de saúde – profissionais e não-profissionais – na produção e na manutenção de sua saúde; e a escassa participação da família nas ações de promoção e conservação da saúde nos programas de saúde vigentes.

Para a Enfermagem, a família se torna objeto de estudo e de trabalho de maior complexidade e interesse emergente, por ser unidade de cuidado ou contexto de cuidado. Vinculada à família na prática e na academia, a Enfermagem tem o compromisso profissional de buscar continuamente abordar diferentes estratégias – teóricas e práticas – para aprofundar seu conhecimento e produzir outros novos, contribuindo, com outros profissionais, para dar resposta à família de acordo com suas próprias características de vida.

Nos últimos vinte anos, nota-se um incremento sustentado nas pesquisas. Os pesquisadores vem utilizando diferentes referenciais teóricos baseados em teorias

próprias de enfermagem, ou teorias de outras disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, adaptando seus conceitos ao fenômeno estudado pela enfermagem.

Nos estudos analisados, observa-se um predomínio de teorias situadas dentro do paradigma interpretativo, fortalecido, predominantemente, pelo uso das teorias de: cuidado transcultural, interacionismo simbólico, cuidado transpessoal e fenomenologia hermenêutica. Os pesquisadores buscam conhecer a família em sua cotidianidade, especialmente seu comportamento vinculado a situações de saúde ou doença, tanto no domicílio como no hospital. Dessa maneira, a enfermagem foi descobrindo significados, valores, características das quais vai surgindo uma concepção de família (DELGADO, 2002).

Através do GAPEFAM, uma equipe de profissionais de enfermagem: professores, estudantes de graduação e pós-graduação vêm desenvolvendo, desde 1985, um trabalho de enfermagem orientado para a saúde da família. Mostram suas experiências em diversos lugares onde a família se encontre, refletidas nas diferentes pesquisas desenvolvidas desde essa data. Este grupo surgiu a partir do estudo de Elsen (1984) – tese – com base no interacionismo simbólico, que desenvolveu um trabalho de campo para identificar conceitos e práticas de saúde de famílias de origem açoriana (ELSEN et al., 1994).

Em sua maioria, tais trabalhos trazem importantes marcos conceituais para conhecer o comportamento da família. Assim, Monticelli (1997), a partir de uma abordagem cultural, fala dos *“rituais de cuidado”* que tem a família, através dos quais comunicam e reorganizam os valores familiares, sem ser fechado, porque permite que seus membros desenvolvam suas próprias experiências de vida pessoal e coletiva. Essa autora considera que se deve tentar compreender os rituais e outras formas de simbolismo, analisá-las e integrá-las ao cotidiano do sistema profissional, porque permite desenvolver novas práticas de cuidado através de uma visão mais ampla do mundo, do comportamento das pessoas, da família, dos grupos e da comunidade.

Denardin (2002), com o referencial de Leninger, resgata um modelo cultural *“cuidando e sendo cuidado”* na família rural, fundamentado em crenças, valores, visão

de mundo, tendo como base sua história, a linguagem, a etnia. Embora sendo organizado e tendo uma estrutura, tal modelo tem flexibilidade e permeabilidade porque permite interagir com o sistema de cuidado profissional, mas a pesquisadora reconhece que há uma seleção daquilo que somente lhes interessa e que não ponham em risco seus hábitos e costumes.

Marcon (1998), em um estudo de três gerações reflete sobre o papel da “*mulher como elemento de cuidado*” na família: em seu cotidiano ela cuidando; diferentes formas de manifestação do cuidar fazem da mulher o centro desse processo no seio familiar, além de ser a principal responsável pela criação dos filhos.

As famílias que experienciam câncer são analisadas nos trabalhos de Souza (2002) que utilizou o referencial do Cuidado Transpessoal, Motta (1997) com abordagem fenomenológica, Bielemann (1997) com base no interacionismo simbólico, que reconhecem na família sua capacidade de organização, de discernimento; a família redimensiona valores, crenças e atitudes e ressignifica a vida.

Já Althoff (2001) construiu um modelo teórico *Convivendo em Família*, procurando interpretar a realidade das famílias e compreender o ambiente familiar com base em si mesmas, com base num referencial teórico metodológico interacionista. Para ela, esse processo de *conviver* é desenvolvido por meio das ações e interações que seus membros estabelecem entre si e com outras pessoas; descobre que o processo de viver em família é um processo de construção e reconstrução.

Esta síntese de algumas das pesquisas não pretendeu ser minuciosa, mas sim tornar evidentes as diferentes temáticas abordadas na área de saúde familiar, permitindo visualizar também que todos os estudos têm um ponto que motiva sua atenção, que é conhecer a família através do cuidado familiar.

*

O trabalho cotidiano de enfermagem com a família se desenvolve com diferentes níveis de dificuldade, não apenas pela diversidade de problemas sociosanitários que tem a área de enfermagem de saúde familiar, mas também pela complexidade natural

que tem a família. Vemo-nos com frequência tentando conciliar os referenciais teóricos da área com a experiência, e normalmente a dinâmica da segunda supera a dos primeiros. Nesse âmbito, nosso *sistema de cuidados profissionais* não atinge sua plena integração à vida da família e, menos ainda, sua complementação com o que denomino *sistema de cuidado cotidiano*, o cuidado gerado pela própria família com base em seus saberes e possibilidades.

Esse é o ponto crítico que mobiliza minha atenção nessa etapa de minha vida profissional. Se analisarmos o corpo de conhecimento disponível na área, chegaremos à conclusão de que ele permite dar resposta a uma ampla gama de demandas ou exigências da família, mas se vê superado pela realidade. É na realidade que nos encontramos com a diversidade de famílias: diferenças na estrutura, nas funções, na capacidade de resolver seus problemas; nas crenças religiosas, na rede de apoios sociais, na autonomia econômica; potencialidades individual e grupal, com uma organização social em cada caso; condição de saúde, costumes, crenças, entre tantos outros elementos que definem sua vida no cotidiano.

É possível uma sociedade sem família? Como seria a sociedade se a família cumprisse unicamente sua função reprodutora? Por que só na família podem ser representados os papéis de pai, mãe, filhos, filhas, irmãos, irmãs?

Considero que devem existir determinantes invariáveis que permanecem a despeito de todas as variações reais ou imaginárias da família. Sem dúvida, ainda não chegamos a identificar o que existe, acima de tudo, que a torna “diferente” diante dos olhos dos demais; a família se sente e se vivencia “família”; como é o cotidiano da família que lhe permite sentir-se família? Como se manifestam esses elementos invariáveis? O que faz com que a família mantenha sua unicidade dentro da diversidade?

Tal insatisfação por não encontrar dentro de minha experiência profissional elementos que me ajudem a compreender o que faz com que uma família seja família, dentro da diversidade vivencial que ela pode ter, levou-me a pensar que a perspectiva

fenomenológica poderia permitir-me essa aproximação para compreender a família, além de sua cotidianidade.

Dessa maneira, surge o *propósito* deste estudo: desvelar elementos estruturais do ser da família, à luz do pensamento heideggeriano, com base nos significados contidos nas expressões dos integrantes da família. Isto é: compreender o sentido de família.

Habitualmente, percebemos as manifestações do ente família quando ela se mostra em seu mundo cotidiano, mas essas manifestações não determinam nem representam o ser da família. Temos a experiência de família e sua vivência, a compreensão do “termo médio”, na expressão de Heidegger (1997), que é a compreensão cotidiana que todos temos. Aqui buscarei desvelar, em termos heideggerianos, o “ser-aí” da família, seu modo próprio de ser, ou seja, alcançar a compreensão de sua existência, de sua vida, através de algumas inquietações que foram promovidas pelo referencial teórico: o que é a família? Como é? Como é o mundo da família? Como se constitui sua estrutura existencial? Como se constitui a estrutura do cuidar/cuidado na existência da família?

Esta tese está organizada em sete capítulos. O capítulo I – *“Encontrando e compreendendo minha trajetória profissional”* é uma breve resenha de vivências e experiências profissionais e pessoais e a exposição das motivações e propósitos do estudo. O Capítulo II – *“Explorando a família”* – é o resgate histórico da evolução da família em diferentes lugares. No Capítulo III – *“Aproximação ao mundo da filosofia fenomenológica heideggeriana,”* são analisados os conceitos básicos referidos na estrutura do ser do “ser-aí” abordados por esse filósofo. No Capítulo IV – *“Caminho metodológico”*, são apresentados os diferentes momentos e etapas do trabalho desenvolvido para alcançar o propósito desta pesquisa. O Capítulo V – *“O ser-aí da família ‘Solidaridade’”*, é considerado como a fase de pré-compreensão da família em sua cotidianidade. Já o Capítulo VI – *“Desvelamento do ser do ‘ser-aí da família’”*, é a fase de desvelamento dos elementos estruturais do “ser-aí da família” no pensamento heideggeriano. Por último, no Capítulo VII – *“Encontros e Possibilidades”*, a visão de

complementaridade do significado de família entre os achados empíricos e os desta tese, e suas possíveis relações com as áreas de educação, cuidado e pesquisa.

Capítulo II - EXPLORANDO A FAMÍLIA

1.- A Família No Tempo

O propósito básico deste capítulo é abordar a família numa perspectiva histórica para visualizar alguns elementos que lhe foram dando identidade, em diferentes comunidades, definindo suas formas de viver. Conhecer o passado ajuda a compreender a realidade cotidiana da família atual.

Todos sabemos o que é uma família, ou pelo menos assim o pensamos, embora a palavra **família** gere diferentes imagens em cada um de nós, como também no significado que lhe atribuído. Dependendo do contexto social e cultural de referência, torna-se campo de estudo de grande interesse para as diferentes áreas do saber humano, não só pela riqueza de vivências que gera, mas também por seu relacionamento e influência na vida dos povos.

Não existem dados precisos da origem da família. Arqueólogos e antropólogos continuam descobrindo evidências de fósseis e esqueletos dos primeiros seres humanos. O primeiro humanóide, o membro da família humana de quem evoluiu o *homo sapiens*, viveu faz uns seis milhões de anos. Não se sabe com certeza quando e como evoluiu a primeira família, mas é certo que remonta a antes da história escrita.

Antropólogos, sociólogos e historiadores – europeus e americanos – foram os que mais se inclinaram a explorar a família através de sua história, utilizando diferentes fontes de dados e de informação: fotografias, museus, diários de família (onde se anotavam os acontecimentos domésticos), obras pictóricas, trabalhos literários, registros paroquiais (nascimentos, batismos, casamentos), censos populacionais para explorar as origens e a evolução da família em diferentes comunidades.

Ao longo do tempo, a família emerge muito vinculada ao estudo da estrutura social, econômica e política das diferentes sociedades, tanto no período pré-industrial como industrial, ao ser considerada a unidade básica da sociedade. Em sua estrutura, processo e funções, a família tem sido uma resposta às necessidades habituais dos

povos. As diferentes formas de viver a família, segundo os estudiosos do assunto, não fazem mais do que espelhar aspectos fundamentais da mentalidade de cada época.

O sentido de família, ao longo de sua história, esteve ligado à habitação ou teto, reprodução, regulação do sexo, organização familiar, vínculos sanguíneos, produção, transmissão de valores, socialização dos membros de uma sociedade ou ao cuidado dos enfermos. Na Idade Média dois critérios se impuseram para definir a família: primeiro foi o da consangüinidade, logo seguido pelo da coabitação; ambos estavam relacionados mais à estrutura do que às funções que a família desempenhava.

Alguns desses importantes estudos foram desenvolvidos por pesquisadores franceses, ingleses e norte-americanos, como Robertson Smith, McLennan, Morgan, Tylor, Levi Strauss, Tocqueville, entre outros, que se destacam por suas contribuições à história da família. A maioria deles remonta à Idade Média, na qual começam a identificar elementos que caracterizavam a vida da família, em diferentes sociedades do continente europeu, preponderantemente na França, na Inglaterra, na Espanha e na Itália, mas não na Europa Oriental; na América; na África e na Ásia despertaram pouco interesse nos estudiosos.

O estudo da história da família começou segundo Engels (2000) – economista e teórico socialista alemão – em 1861, com Johann J. Bachofen, jurista e historiador suíço, com seu trabalho *Direito Materno*. Na literatura clássica antiga, esse historiador encontrou indícios de que entre gregos e povos asiáticos tivesse existido uma primitiva etapa antes da monogamia, um estado social em que não apenas o homem podia manter relações sexuais com várias mulheres (poliginia), mas também a mulher mantinha relações sexuais com diferentes homens sem violar as normas morais da época. A descendência era contada só pela linha materna (matriarcado). Essa exclusiva filiação matrilinear se manteve até depois da monogamia, outorgando posição social mais elevada à mulher.

Por volta de 1886, John F. McLennan – advogado inglês – sucessor mais imediato de Bachofen, descreve que, em povos selvagens e até entre os civilizados nos tempos antigos e modernos, as formas de casamento diferiam de povo para povo.

Enquanto em uns, homens e mulheres estava obrigados a buscar seus esposos e esposas respectivamente fora de seu grupo (exogamia), em outros deviam buscá-los em seu próprio grupo (endogamia). Segundo opinião desse pesquisador, a exogamia não está relacionada com a consangüinidade e o incesto; sua causa poderia estar no costume muito difundido entre os selvagens: o infanticídio feminino, que consiste em matar os bebês do sexo feminino depois do nascimento. O excedente de homens em cada tribo leva-os a terem a mesma mulher em comum (poliandria), definindo-se, assim, as formas de casamento. McLennan identifica só três formas: poligamia, poliandria e monogamia (ENGELS, 2000).

Embora mais tarde fossem encontradas evidências de que em povos primitivos houve outras formas matrimoniais como o casamento em grupos, no qual grupos de homens e grupos de mulheres se relacionam mutuamente, os estudiosos são unânimes em afirmar que essa forma de casamento em grupo se deu pela inexistência de freios sociais para as relações sexuais entre irmãos e irmãs, entre pais e filhos.

Em 1871 o etnógrafo norte-americano Lewis H. Morgan começou a ter notoriedade por seus estudos sobre a evolução do sistema de parentesco vigente nas tribos americanas, que passaram de organização de tribo à organização doméstica. Nesses tempos predominava o casamento em grupos já descrito em 1870 por Lubbock, biólogo inglês, darwinista, etnólogo e arqueólogo. Morgan observou que a tribo se dividiu em grupos de acordo com genes² consangüíneos por linha materna, estando proibido o casamento entre os integrantes do grupo; para casar-se, o homem devia buscar sua mulher na própria tribo, mas de diferente gene. Isso lhe permitiu avançar na determinação do direito paterno (ENGELS, 2000).

O incesto foi permitido em comunidades primitivas de África, Hawai, Egito e Peru incaico, porém mais tarde seria proibido. Hoje a Suécia descriminalizou o incesto. Edward B. Tylor, antropólogo britânico, por volta de 1865 se destaca por sua importante concepção sobre o incesto, atribuindo sua proibição à necessidade dos grupos

²Genes: grupo que constitui um círculo fechado de parentes consangüíneos por linha feminina, que não podem casar-se entre si. Em cada tribo podem existir outros (ENGELS, 2000, p. 44)

humanos de cooperar entre si para permitir sua sobrevivência. A exogamia permite à tribo em crescimento vencer os pequenos grupos nos quais se pratica a endogamia. A exogamia reforça a integração de grupos sociais mais amplos (CORTÉS MORATO & MARTINEZ RIU, 1991).

Já Claude Levi-Strauss, etnólogo e filósofo francês, em 1969 concebe que tanto as regras de casamento como o tabu do incesto e as estruturas de parentesco estão destinadas a assegurar certa cooperação e comunicação entre os indivíduos, permitindo substituir um sistema de origem biológica – as relações consangüíneas – por um sistema sociológico de estabelecer relações de parentesco e evitar assim que cada grupo fique fechado em si mesmo. Observou que em comunidades da Ásia e da Polinésia cada membro tinha identificadas as categorias das pessoas com as que *devia, podia* ou *não podia* casar-se. Essas eram as *estruturas elementares de parentesco* que permitiram abandonar as relações consangüíneas. Relaciona a proibição do incesto com menosprezo à endogamia, a fim de estender as relações sociais e evitar o aparecimento de conflitos no seio da família (CORTÉS MORATO & MARTINEZ RIU, 1991; CASEY, 1992).

No entanto, em seus trabalhos, Bachofen em 1861, e Morgan em 1878, já lançam suspeitas de que os primeiros seres humanos tenham vivido num estado que eles chamam de “promiscuidade original”, em que não havia regulação social das relações sexuais; os primeiros homens e mulheres não tinham relacionamentos permanentes, não foram desenvolvidos métodos ou normas institucionalizados para manter ou sancionar relações permanentes. Os seres humanos próximos não buscavam relações permanentes entre os sexos. Não havendo esse tipo de relação, não havia o conceito social de paternidade, como também não havia o papel social de “pai”. Assim, a teoria da “promiscuidade original” sugere que a primeira forma de família foi a “dupla obrigatória” entre mãe e filho. As evidências fósseis sugerem que a família teve origem há dois milhões e cem anos, aproximadamente (GELLES, 1994).

Para Engels (2000), os trabalhos de Morgan contribuíram para identificar estruturas de famílias através de sua evolução. A primeira etapa de evolução da família

foi a *consangüínea* – na qual os descendentes: irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e seguintes graus são todos irmãos entre si e por isso marido e mulher uns dos outros. Tal sistema ainda vigora na Polinésia. Esse tipo de família evolui para a família *punaluana*, em que se excluem pais e filhos das relações sexuais recíprocas na primeira fase, para logo depois serem excluídos os irmãos por linha materna, ficando impossibilitados de casar-se entre si. Como exemplos de casamento por grupos entre genes, temos as tribos da Austrália e do Hawai, com o mesmo sistema de parentesco vigente entre os índios americanos: os filhos das irmãs da mãe são também filhos dela, assim como os filhos dos irmãos do pai são também deste; todos eles são irmãos dos filhos/as do casal. Mas os filhos dos irmãos da mãe são sobrinhos e sobrinhas dela, assim como os filhos das irmãs do pai são sobrinhos e sobrinhas dele, e todos são primos e primas dos filhos/as do casal.

A organização da família evolui a outro tipo de família, a união por pares, que Morgan chama de família *sindiásmica*, de duração mais temporária, com exigência de fidelidade da mulher, podendo o homem ser eventualmente infiel. A união podia dissolver-se por iniciativa de um ou de outro integrante do casal. Os filhos pertencem à mãe. É a união clássica da América do Norte, ocorrendo também na Rússia, na Alemanha e na Itália.

Essa organização familiar permite a evolução até a *monogamia*, caracterizando-se pela solidez dos vínculos conjugais, não podendo separar-se por vontade de nenhuma das partes, embora com supremacia da autoridade masculina. Sua finalidade é a procriação, cuja paternidade é inquestionável por estar monopolizado o serviço sexual da esposa. A família monogâmica surgiu nas sociedades mais desenvolvidas. A rigidez que teve entre os gregos não foi encontrada em todos os lugares e épocas. Da mulher legítima se exige tolerância à infidelidade do marido, embora devesse ela própria guardar castidade e fidelidade rigorosa. Para o homem, não passa de mãe de seus filhos legítimos – seus herdeiros –, aquela que governa a casa e vigia as escravas, que podiam transformar-se em concubinas, segundo a vontade do homem.

Isso imprime um caráter específico à monogamia: só para a mulher, e não para o homem. Atualmente conserva esse caráter (ENGELS, 2000).

McLennan e Morgan coincidem quando argumentam que o vínculo familiar através da linha masculina (patrilinear) é uma construção artificial; o vínculo natural de qualquer pessoa é o que o vincula à mãe (matrilinear); só ao final do século XVIII começa a organizar-se em torno do pai.

Já Ariès (1981), historiador francês, resgata em suas pesquisas que na Idade Média o sentimento de família não existia, pois a família não tinha a função afetiva, significando que o sentimento entre os cônjuges, entre pais e filhos, não era necessário para o equilíbrio da família. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas fora do âmbito familiar – em encontros, festas, visitas – em um meio social em que vizinhos, amigos, amos, criados, crianças, velhos, homens e mulheres podiam manifestar-se livremente. Nesse ambiente a família conjugal se diluía. Não obstante, estava submetida a um movimento de moralização promovido por reformadores católicos ou protestantes tendentes a preservar a estrutura da família, sem maior interesse nas relações intrafamiliares.

As estruturas familiares podiam ser mais ou menos abertas segundo necessidades de mobilidade individual dentro do sistema social. Desse modo, na Europa se utilizavam diferentes estratégias sociais – clãs, divisão de patrimônio, desenvolver uma linhagem própria, genealogias – que foram definindo estruturas de famílias representativas de cada povo. Nas culturas orais como as que existem na África, onde predominavam as sociedades pastoris mais simples, impunha-se o clã, grupo de descendência unilinear, ou seja, descendência comum de um antepassado que o criou, pelo lado materno ou paterno, que definia a rede de solidariedade social.

Até o século XVII, na sociedade européia a idéia de coabitação representava o significado de família e não necessariamente essas pessoas estavam ligadas pelo sangue ou pelo casamento. Essa imagem de família foi evoluindo: além de coabitar, essas pessoas tinham o mesmo chefe, a esposa, filhos, seus criados ou servidores; a esposa e os filhos são incluídos na categoria de servidores domésticos junto com os

criados (FLANDRIN, 1995). A vida da família, nesse período, era predominantemente pública, não tinha nenhuma privacidade. A família não existia como valor até o século XVI, quando começa a surgir o *sentimento de família*, alcançando seu vigor no século XVII, nessa sociedade européia, com a idéia de parentesco. Quem eram esses parentes? Os dicionários da época incluíam no parentesco todas as pessoas com vínculos sanguíneos: filhos, irmãos, sobrinhos. Assim surge a família conjugal, à qual se atribui o desenvolvimento do sentimento de família – que subsistia até então silenciosamente – que lhe permite ser reconhecida como um valor e não apenas vivida. Para Casey (1992), sociólogo e historiador, o desenvolvimento da família conjugal, do lar, era a contrapartida necessária para as transformações mais amplas associadas à democracia. Em sua opinião, a criança, a educação e a solidariedade social desenvolvida pela família conjugal produzem a ruptura das estruturas mais antigas da família.

Os antropólogos são os que procuram ver as relações de família dentro de um contexto mais amplo da cultura. Essa nova etapa de evolução do viver em família – século XVIII – das sociedades européias, marcada por esse sentimento tão forte para com ela, gera também importantes mudanças não apenas na estrutura da família, mas também na relação da família com a sociedade e em suas relações intrafamiliares. No âmbito da sociedade, começa a busca da intimidade da vida privada da família, evidenciando-se distanciamento da sociedade, reduzindo as atividades sociais, a casa deixa de ser um lugar público para transformar-se no ambiente exclusivo da família. Progressivamente vai diferenciando-se o espaço público do privado. No que se refere às relações entre seus integrantes, há mudanças que começam a evidenciar-se na relação com as crianças. A relação entre pais e filhos variava de um lar para outro. Os que pertenciam a famílias de camponeses, artesãos, até então eram entregues a mães camponesas substitutas ou se mantinham em casa até a idade em que eram considerados aptos a servir nas atividades domésticas. Nesse momento, eram enviados a outras famílias estranhas para aprender, com os adultos, essas atividades da vida cotidiana, adquirindo conhecimentos, experiência e valores morais, representando esse um ambiente de aprendizagem. Já nas famílias de maior poder econômico essa relação

de pais com o bebê era diferente: contratavam uma ama de leite e a criança se desenvolvia no seio do próprio lar.

Os jovens medievais do Velho Mundo não tinham responsabilidades com a família, mas sim com a comunidade. Aprendiam boas maneiras para ser um cavaleiro ou um ofício com outra família. Nesse período da história não havia escolas, a aprendizagem se dava diretamente de uma geração para outra, com os adultos assumindo essa responsabilidade de “educadores”. Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais. Essa etapa da juventude terminava quando o jovem assumia a responsabilidade de chefe de família, tornando-se adulto para a sociedade.

Quando se resgata a imagem da família desse período – século XVII e XVIII – fica bastante claro que ela era mais uma realidade moral e social do que sentimental. À medida que o sentimento de família vai impregnando a vida familiar, a família moderna muda de atitude com a criança, dá-lhe mais atenção, e a educação começa a ser proporcionada pela escola. A família passa por transformações importantes, à medida que modifica suas relações com a criança (ARIÈS, 1981).

Há coincidências quando se identificam os motivos que levaram a essas mudanças na família e a adquirir importância dentro da sociedade, ao identificar as novas formas econômicas monetárias como a principal causa, como sintetiza Casey (1992, p.197): “a verdade é que a família, em qualquer de suas formas, é apenas um conceito heurístico que nos ajuda a explicar a estrutura econômica e política de uma sociedade particular.”

George Murdock, antropólogo americano, em 1949 examinou os registros de 250 sociedades contemporâneas, reconhecendo que a família nuclear é universal em todo agrupamento social humano. E identifica quatro funções universais da família nuclear: regula o sexo (sexual), produz filhos (reprodutiva), educa e socializa (educacional) e tem base econômica (econômica). Embora as famílias, em algumas sociedades, tenham mais de quatro funções, essas foram vistas como as funções básicas reconhecidas em todas as sociedades (GELLES, 1994).

Alguns cientistas sociais consideram que existem exceções nas quatro funções universais de Murdock. Em 1936, o antropólogo americano Linton expressava que cada sociedade atribui as funções que deve cumprir a família, e identificava uma sociedade que exclui das funções da família a satisfação das necessidades sexuais, como é o caso dos Nayar, da Índia, cujo sistema social não tem um lugar atribuído ao marido e pai. As mulheres se casam de acordo com a lei hindu: o casamento é contraído com um estrangeiro e termina com o divórcio depois do terceiro dia de casados. A satisfação de necessidades sexuais e a procriação se consegue por meio de diversas aventuras amorosas, que são aceitas por essa comunidade por considerar que, por ser uma comunidade guerreira, os homens não devem fundar lares nem assumir deveres de paternidade. Não se estabelecem vínculos estáveis entre o casal nem entre pais e filhos (LINTON, 2000).

Para esse estudioso, a especialização de atividade e a organização que necessariamente a acompanha são importantes para assegurar a continuidade da família. Em suas reflexões expressa que, se tomarmos as funções universais da família, comprovaremos que só existem duas condições preliminares absolutas para que sejam eficientemente cumpridas. A unidade familiar deve ter adultos saudáveis, de ambos os sexos; e a associação entre adultos deve ser bastante íntima e prolongada para permitir que sua educação e sua organização formem essa unidade cooperativa eficiente.

Já na era industrial, em quase todas as sociedades, o cuidado e a criação dos filhos caracterizam toda e qualquer família. Reis (1965) analisa os kibutz israelitas, a criança é separada de seus pais com quatro dias de nascido, para viver coletivamente numa “Casa da Criança”. Ali ela tem cama, comida, roupa e educação. Depois das horas de trabalho e aos sábados as crianças e os pais se encontram, mas nem os pais nem a família têm função educativa na vida das crianças. Tal sociedade é um exemplo em que educação/socialização não constitui função da família. Mas isso não derruba totalmente a noção das funções universais da família (GELLES, 1994, p.82).

De acordo com Hanson & Boyd (1996), só após 1980 ocorrem mudanças importantes, alterando as definições de família para além dos tradicionais laços de

sangue, matrimônio ou adoção legal. Em 1985, nos Estados Unidos a enfermagem adota esta definição: “A família é um *sistema* social composto de duas ou mais pessoas que co-existem dentro do contexto de expectativas de afeto recíproco, mútua responsabilidade e duração temporal. A família é caracterizada por compromisso, tomada de decisões mútuas e metas compartilhadas” (Departament of Family Nursing, Oregon Health Sciences University, 1985).

Para Hanson & Boyd (1996), as estruturas das famílias pós-modernas poderiam ser classificadas, além da tradicional família nuclear – assim reconhecida por Murdock em 1949 – e família extensa, como famílias de um só pai, famílias combinadas, famílias de sexo, casais sem filhos, companheiros de igual sexo e certos grupos extensos.

Quanto à situação da família na América Latina e no Caribe, no século XVIII e XIX, Cicerchia (1996) – historiador social argentino – refere a existência de tipos de famílias que fogem ao modelo tradicional: grupos familiares pequenos entre as classes urbanas subalternas; altíssima proporção de uniões informais e interétnicas, além de elevada porcentagem de famílias com mulheres chefes de família. Considera que os achados dos historiadores da família latino-americana ajudaram a desmitificar em particular que a forma nuclear da família não foi uma criação moderna, produto da industrialização e da urbanização, substituindo a grande família, a estendida, na qual coexistiam várias gerações, mas que era uma forma freqüente de viver em família e que a forma extensa era ainda mais rara do que na atualidade.

Já a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em 1993 manifesta que a discussão do assunto *família* se torna difícil pela escassez de dados estatísticos confiáveis. Considera que a família é assunto polêmico e seu conhecimento apresenta o problema dos limites entre o público e o privado, entre a necessidade de conhecer sobre a estrutura e as funções da família e o respeito à privacidade e à autonomia da família. Ao mesmo tempo, a existência de fenômenos que induzem a transformações de modelos predominantes de estrutura familiar, gerando incerteza sobre as funções que tradicionalmente a sociedade atribuiu à família. Mas sua

pesquisa encontra a resistência e a sensibilidade que normalmente são encontradas quando se trata de assuntos ligados a reprodução e responsabilidade diante das conseqüências do comportamento sexual, além das dificuldades objetivas que a medição da estrutura e das funções da unidade familiar apresenta.

Para a CEPAL, a família como instituição social nessa região mostrou mudanças que vêm sendo verificadas desde a Segunda Guerra Mundial até hoje, reconhecendo fatores econômicos, sociais e culturais incidentes e dos quais não se tem pesquisas confiáveis. A informação disponível sobre o assunto provém de pesquisas demográficas que permitem trabalhar a informação referente à estrutura, mas muito pouco se sabe sobre a dinâmica interna da família, como vivem seus integrantes e o significado que estes lhe atribuem.

Para a socióloga argentina Jelin (1996), as transformações da família no século XX foram profundas, entre as quais identifica a gradual eliminação de seu papel como unidade produtiva por modificações na estrutura produtiva; o individualismo e a autonomia crescente dos jovens e mulheres debilitam o poder patriarcal, além da separação entre sexualidade e procriação. Tudo isso leva a diluir as funções da família como unidade social, permanecendo apenas uma série de vínculos familiares, vínculos entre pais, pais e filhos, entre irmãos e vínculos com parentes mais distantes.

Segundo análise da socióloga argentina Wainermann (1994), a família argentina está indo pelo caminho que percorreram outras sociedades européias e norte-americanas, evidenciando-se redução do número de integrantes, aumento de uniões de fato, casamentos em idades mais tardias, filhos extramatrimoniais, famílias monoparentais, separações e divórcios, famílias recasadas, mães que saem para trabalhar e pais que atendem o lar, crianças que participam das conversas dos adultos, entre outras mudanças estruturais e funcionais.

Também no Brasil, de acordo com Novais (2000), as uniões matrimoniais foram regidas por sistemas legais que variaram ao longo do tempo. O comportamento matrimonial dos brasileiros nas últimas décadas alterou-se em alguns aspectos,

mantendo-se em outros. Aumentou o número de separações e divórcios, conservou-se o da média das idades ao casar, e o papel das uniões não-legalizadas cresceu.

Focalizando os arranjos familiares, vê-se que continuam mais freqüentes os do tipo casal com filhos. Por outro lado, aumentam os arranjos do tipo casal sem filhos. A “família monoparental” cresceu acentuadamente a partir dos anos 60. A chefia feminina é outra característica desse tipo de família (mulheres maduras ou mesmo idosas, separadas, ou viúvas), que também pode ser composta de mulheres que nunca se casaram.

Durante o Congresso Internacional Pesquisando a Família (2002), em Florianópolis, Bilac fala que a chefia feminina gerou mudanças na dinâmica familiar, por isso é importante considerar as relações intrafamiliares nesses tipos de famílias, por sua influência nas crianças; também as relações de parentesco influem nas famílias.

2.- Referenciais teóricos para se olhar a família

Assim como existiram pesquisadores ocupados em conhecer a família através da civilização, existem outros estudiosos que buscaram desenvolver marcos teóricos que ajudem a compreensão, a exploração e o trabalho com a família. Os primeiros pesquisadores sociais propuseram modelos evolutivos da origem da família, especulando que ela deve ter passado por uma série de etapas até alcançar a forma atual. Em geral, as diferentes teorias consideram que a família evoluiu desde uma forma primitiva, acompanhando a evolução da civilização humana, até sua principal forma hoje vigente.

Esse debate sobre os postulados universais da família se viu superado pelo interesse de estudiosos da família, que pesquisaram sua conduta nas seguintes abordagens, entre outras: estrutural funcional, interacionista, legal, institucional, desenvolvimentista, sistêmico, ecológico, fenomenológico, economicista e religiosa.

No campo da antropologia, na maioria dos estudos de família são enfatizados mais seus aspectos formais do que o conteúdo e a variedade da vida da família atual.

Segundo os sociólogos americanos Nye & Berardo (1981), há essencialmente dois enfoques antropológicos importantes para o estudo da família:

- O marco estrutural-funcional, dado pelos antropólogos sociais.
- O marco institucional de referência, característico da antropologia cultural.

No *enfoque estrutural funcional*, Malinowski em 1939; Parson em 1951; Hill & Hansen em 1960; Levy em 1949 – segundo Berardo (1981) – há certo consenso de que a antropologia social se baseia em concepções sociológicas e elementos antropológicos. Isto é, sua orientação teórica pende mais para a sociologia do que para a antropologia, tem mais a ver com a explicação social do que com a cultural. Teoricamente, as sociedades são visualizadas como um todo funcionando, todas as suas partes estão inter-relacionadas. Para avaliar alguma subunidade ou sistema como a família, segundo Berardo (1981), a pessoa deve indicar seu lugar na sociedade como um todo, mostrando sua relação com outros subsistemas e esforçar-se para especificar as funções particulares que desempenha na promoção da existência da sociedade.

Esse enfoque foi caracterizado como holístico, em cuja estrutura a família é percebida como um sistema aberto, sensível a influências externas e transações – a família tratada como variável dependente – e também como um sistema que tende a manter seus limites – a família tratada como sistema fechado. A família é identificada como a unidade social mais significativa a que os indivíduos pertencem; os papéis e relações do indivíduo, em sua maioria, são vistos como existência profundamente dependente de tais membros.

A antropologia social focaliza os aspectos formais dos sistemas do casamento e da família, tais como composição, regras de residência, obrigações de parentesco, modelos parentais, autoridade, formas de casamento e sua regulação, separações, tentando encontrar as implicações estruturais desse aspectos para a comunidade como um todo. A avaliação da família deve ser em termos de seu lugar na sociedade como um todo e as funções especiais que desempenha na existência da sociedade.

O *enfoque institucional*, com Hill & Hansen em 1960; Durkheim em 1951 (KOENIG & BAYER, 1981), foi um dos primeiros modelos empregados para o estudo da família. Originou-se com antropólogos no século XVIII e foi adotado por sociólogos no século XIX. Durante esse período, segundo Koenig & Bayer (1981), a análise da família foi, principalmente, uma análise evolucionária; as mudanças na família foram observadas no tempo e a família foi visualizada numa perspectiva histórica e institucional ampla, como se fosse linearmente progredindo até uma forma mais perfeita.

Estudos da referência teórica institucional foram predominantemente comparativos e descritivos. Na análise, a família é visualizada como instituição multifuncional. Koenig & Bayer (1981) consideram que, no enfoque institucionalista, a unidade de análise é voltada mais para uma instituição do que para um indivíduo, um grupo, um sistema social ou uma cultura, entendendo por instituição um sistema organizado de normas e valores, status e papéis, direitos e obrigações centradas em certas atividades importantes dentro de uma sociedade. Desenvolve-se em resposta a necessidades humanas básicas e sociais; as mudanças em sua forma são um resultado dos efeitos das mudanças sociais e ambientais e condições biológicas, e também da repercussão de seus antecedentes históricos.

No dizer desses autores, a família é um instrumento de controle social, com suas funções primariamente centradas na reprodução e na socialização dos filhos. Consideram que as funções da família são básicas para a existência da sociedade, na qual compartilha com outras instituições, que nela influem e ela, por sua vez, influi nessas instituições. Essa interação entre as instituições gera uma dinâmica social, embora os institucionalistas possam visualizar a família como sistema fechado, independente de outras instituições.

Outro tema de família que ocupou a atenção dos antropólogos foi o estudo do *parentesco*. De acordo com Woortmann (1987), surgiram novos estudos sobre o parentesco, em sua maioria como produto dos postulados do estruturalismo. Para esta autora, o parentesco parece ser uma questão de categorias culturais mais amplas, em

sociedades de tipo complexo; o parentesco, no sentido de relações genealógicas, é um organizador social, sem ser considerado como a “espinha dorsal”, sem qualquer relação com o biológico. É o caso das sociedades ocidentais. Nessa linha de pensamento, fundamenta que a própria base “científica” do parentesco definido por consangüinidade não é menos simbólica em nossas sociedades do que em outras, segundo o trabalho de Schneider de 1972. Se o parentesco é, realmente, uma instituição social, se é uma unidade cultural carregada de valor, ensina Woortmann (1987), então é um genuíno objeto de análise. Parentesco é uma categoria puramente ideológica.

A família, o parentesco, não é apenas uma instituição ou um valor. Por ser um valor, representa certos símbolos carregados de valor, tais como “sangue”, e por isso mesmo proporciona um código que informa a organização do espaço social em determinadas esferas. A análise de parentesco pode ser feita em dois níveis: das estruturas lógico-simbólicas, que Schneider em 1972 chamou de nível de “cultura pura”, e dos sistemas normativos, denominado nível “conglomerado”. (WOORTMANN, 1987).

No nível de “cultura pura, é a cultura que nos diz o que é o parentesco. No nível normativo, temos um sistema de regras, o modelo aqui é de graduação, de *família a parentes até aparentados*. Woortmann (1987) reconhece que o princípio é obrigação, ainda que este modelo seja informado por “sangue”. Sem dúvida, a solidariedade para com parentes é inversamente proporcional à distância genealógica, ao grau de “diluição” do “sangue”. Na escala de obrigações estão os parentes e finalmente os aparentados, isto é, todos os consangüíneos mais remotos.

Nas sociedades ocidentais, o parentesco existe, mas não deixa de ser uma construção ideológica. É parte da estrutura social, como são as classes sociais, embora parentesco e classe social sejam de naturezas diversas.

Por outra perspectiva teórica, o estudo da família se deu também por meio do *enfoque economicista*, com Engels em 1857; Le Play em 1829, analisada por Rice (1981), a família é visualizada como uma unidade econômica composta por indivíduos, cada qual com um conjunto de direitos e responsabilidades econômicas mútuas e

também com relacionamentos. Nesse enfoque, não há família pelo fato de compartilhar o espaço físico, a menos que esses membros que se relacionam, vivam juntos em uma residência comum, compartilhem o consumo das utilidades ao retornar de suas atividades. Essa visão da família explica o uso do lar ou unidade de consumo como unidade de referência (RICE, 1981).

Pelo marco *conceitual do desenvolvimento* representado por Duval & Hill em 1984; Kirkpatrick e colaboradores em 1934; Erikson em 1950, o estudo da família, no dizer de Rowe (1981) foi formulado para organizar os avanços dos estudos da família. Tal estrutura se une ao enfoque social-sistema, com as idéias estrutural-funcional e o reconhecimento psicossocial da dinâmica das pessoas, que são membros da família e indivíduo ao mesmo tempo, que interagem dentro de um sistema semipermeável.

O modelo desenvolvimentista inclui os processos da dinâmica interna no ciclo de vida da família nuclear de procriação, que vai desde o casamento até a morte do cônjuge sobrevivente. A estrutura da família é descrita como sistema semifechado, nem inteiramente independente nem dependente de outro sistema social. Cada membro da família ocupa um lugar na estrutura, com uma posição caracterizada por papéis relacionados reciprocamente, pelo menos um papel em cada um vinculado com o outro membro da família. A família como unidade de personalidades interagindo está inter-relacionada de tal forma que uma mudança que ocorra numa posição ou papel resulta mudança no outro. A cultura define, dentro de amplo critério, a inter-relação de papéis e posições que são únicos para cada sistema familiar.

Rowe (1981) considera que as mudanças no sistema familiar, ao longo do tempo, devem-se a mudanças na idade, modelos pluralistas, escolaridade, funções e posição da família dentro da sociedade. As fases ou categorias do ciclo de vida foram delimitadas sobre a base da transição ou adaptação requerida por situações particulares na vida da família. As atividades de cada fase do ciclo de vida estão inter-relacionadas com a realização das tarefas de desenvolvimento individual que são encontradas simultaneamente em cada posição familiar.

Considera-se que o desenvolvimento da família está relacionado inerentemente ao grau em que cada posição e os complexos papéis da família, esta, como uma coletividade, completa suas tarefas de desenvolvimento individual e familiar, respectivamente. Para Rowe (1981), essas tarefas ou papéis esperados surgem devido a requerimentos biológicos, culturais, aspirações pessoais e valores.

Os sociólogos Klein & White (1996), em seu livro: "*Family Theories: an introduction*", analisaram teorias utilizadas para o estudo da família em diferentes campos do saber, entre os quais o da saúde. Advertem que é possível conceituar família não apenas como um *grupo social*, mas também como *instituição social*. Como tal, são incluídas todas as crenças e práticas *de e sobre* todas as famílias em uma sociedade particular ou contexto geopolítico.

Das seis teorias que Klein & White (1996) examinaram: teoria da mudança, teoria do conflito, interacionismo simbólico, sistemas, ecológica e desenvolvimento da família, os autores reconhecem que só esta última foi expressamente formulada para ocupar-se da família. A primeira estrutura sistematizada desse enfoque apareceu em 1964, num trabalho de Rodgers & Hill. A teoria do desenvolvimento da família, que teve diferentes fases de desenvolvimento, surgiu da idéia do ciclo de vida da família. O principal foco da teoria está nas mudanças modeladas na vida do grupo familiar ao longo do tempo. Para esses autores, a família se compõe de papéis sociais e relações que mudam a cada etapa. Mais tarde, Rodgers propôs abandonar o conceito de ciclo de vida de uma família por um conceito orientado na direção do curso de vida, a "carreira familiar". Tal conceito é desenvolvido por Aldous (KLEIN & WHITE, 1996, p. 121), considerando a *carreira da família* como integrada por subcarreiras, identificando a subcarreira de irmãos, marital e parental influenciadas por carreiras externas à família, como o são a carreira educacional e a ocupacional.

Já para o modelo *interacional*, com Burgess em 1926; Mead em 1934; Kirkpatrick em 1955, de acordo com Schvaneveldt (1981), a família é concebida como uma unidade de personalidades que interagem. Dentro da família, cada membro ocupa uma posição ou posições para a qual um número de papéis é atribuído. O indivíduo percebe

as normas ou o papel esperado pelos outros membros da família. São mantidos seus atributos e condutas individual ou coletivamente. As respostas dos outros integrantes da família servem para reforçar ou mudar essa concepção.

Schvaneveldt (1981) manifesta que a peculiaridade da interação está no fato de que os seres humanos interpretam ou definem as ações do outro em lugar de mera reação a eles. Os membros da família atuam e reagem pelo uso de símbolos. O conceito chave incluído no uso de símbolos é a comunicação. Baseadas na comunicação, as relações interpessoais entre os integrantes da família, constituem um dos principais aspectos distinguidos nesse enfoque.

A sociologia prosseguiu buscando novas abordagens para uma análise do mundo social, enveredando por um caminho filosófico baseado na filosofia *fenomenológica*, que proporciona a base para uma *sociologia fenomenológica* do mundo social. Esta sociologia fenomenológica é diferente da filosofia fenomenológica com respeito a seu objeto, sua metodologia e resultado de suas investigações. (McLAIN & WEIGERT, 1979)

Para Schutz, a fundamental tarefa de uma fenomenologia do mundo social é a descrição do fenômeno “mundo social” nos termos das atividades intencionais da consciência que são constitutivas deste fenômeno como ele aparece na consciência. O método básico da fenomenologia de Schutz do mundo social é criar uma esfera “reduzida” da realidade como esta aparece na consciência por “associação”, atitude natural do sentido comum, cotidiana dos atores.

O conceito central de uma fenomenologia do mundo social é o conceito husserliano “mundo-da-vida”. O mundo da vida é o “único mundo real, o que é realmente dado através da percepção, que é sempre experimentado e experimentável – nosso mundo da vida cotidiana”.

Só os atores, em seu contexto sócio-histórico, proporcionam o que é plausível e que tem sentido empiricamente. Não é o mesmo que dizer que a legitimidade e o significado são um assunto intra-subjetivo ou meramente subjetivo. Então, uma tarefa principal de uma sociologia fenomenológica da família se torna o descobrimento e a

análise dos significados que constituem a família como fenômeno inter-subjetivo. Para chegar ao significado da família que é legítimo para os atores específicos, sócio-historicamente localizados, deve ser empregado o que se denomina “redução sociológica” (McLAIN & WEIGERT, 1979).

Outra estrutura teórica que foi utilizada para a análise da dinâmica familiar é a *sistêmica*. Em 1968, von Bertalanffy publica a teoria geral de sistema que proporcionou, afirma Reuther (1984), uma apropriada base para múltiplos estudos da família. Um sistema tem suas próprias características; suas partes interagem, estão inter-relacionadas e são interdependentes, mesmo quando cada parte tem sua própria função no sistema; o todo é mais do que a soma de suas partes, mais do que a soma de características das partes individuais do sistema. Há mecanismos de intercâmbio entre os subsistemas com o sistema e deste com o suprassistema que é representado pelo cenário em que está inserido.

De acordo com Clements (1983), a teoria de sistema permite valorizar diferentes aspectos da dinâmica interna da família, como também suas relações com outros sistemas sociais da comunidade. A família é considerada um sistema com estrutura e funções. O sistema família é integrado por subsistemas, representado por cada membro. Em sua estrutura organizacional, a família tem sua própria fronteira, que é semipermeável, permitindo-lhe manter sua identidade e interagir com seu meio social para trocar energia e manter sua homeostase, o equilíbrio em seu funcionamento através do *feedback* – respostas que os integrantes dão a estímulos internos e externos. Essa fronteira é definida pelo conjunto de normas e regras que impõe a família para a inter-relação. Em sua dinâmica interna se reconhece um sistema de relacionamento entre suas partes, de comunicação, de valores e uma estrutura de poder.

Reuther (1984) reconhece que essa teoria é uma das mais utilizadas e discutidas por diferentes autores, servindo de base para importantes trabalhos teóricos, como os modelos de enfermagem de Johnson, em 1980, e o de Newman, em 1972. E está permanentemente inspirando trabalhos que orientam a atenção não só da

enfermagem, mas também de outros campos profissionais, como psiquiatria e psicologia.

A teoria *ecológica* humana é outro dos aportes teóricos que apareceram na última parte de século passado. De acordo com Klein & White (1996), Bronfenbrenner desde os anos 70 examina a conduta humana individual como uma consequência da interação entre o ambiente e a pessoa. Bronfenbrenner argumenta que a conduta da pessoa é uma função da interação das características/traços e habilidades da pessoa com o meio. Ele argumenta que para entender o desenvolvimento humano, deve-se considerar o sistema ecológico completo, pleno, no qual ocorre o crescimento.

Este sistema é composto de cinco subsistemas socialmente organizados que ajudam a apoiar e guiar o crescimento humano. Eles se prolongam desde o *microssistema*, que se refere à relação entre desenvolvimento pessoal e o ambiente imediato, como a escola e a família, até o *macrossistema*, que se refere a modelos de cultura institucional, tais como economia, costumes e corpos de conhecimento.

Bronfenbrenner (1996) expandiu e aperfeiçoou esse enfoque. O mais importante que fez foi incluir *tempo* como uma parte mais integral de sua teoria, induzindo a dois acréscimos à teoria. Primeiro: examina sua teoria ecológica para aplicá-la “durante todo o curso de vida” do indivíduo. Além disso, ele agregou a noção de *cronossistema* que incorpora tempo como a história desenvolvida do indivíduo (acontecimentos e experiência) e seu efeito sobre o desenvolvimento.

Na perspectiva *legal*, com Ogburn em 1950, e Black em 1951, segundo Dean & Kargman (1981) a lei aceita a família como grupo social que trabalha e cujos membros têm interesses competitivos, que não necessitam de imposição legal, porque há outras forças culturais que trabalham para manter a família unida. O interesse está centrado no tratamento da legislação de família, que estuda a família sob o ponto de vista das leis. Mudanças na lei refletem a decadência de uma concepção de família e a emergência de outra. O propósito da lei é pautar a conduta humana por modelos autorizados.

Na concepção do Cristianismo Ocidental, no dizer de Reiber (1981), a família esteve e continua intimamente relacionada à religião, uma influenciando a outra. O Cristianismo opera dentro de uma particular matriz de valores. O modelo cristão se sustenta na idéia da soberania de Deus, o que significa que foi Deus quem nos fez, e não nós mesmos. Foi ele quem criou o universo e tudo que há nele. Cada pessoa é um filho de Deus, e sua vida é sagrada. Portanto, cada pessoa tem valor em si mesma. A família está ordenada por Deus, regulada por seus mandamentos e é uma união monogâmica para compartilhar a vida. A vida da família é para beneficiar a seus membros individuais, mas acima de tudo vive para servir ao reino de Deus.

Cada uma dessas sínteses conceituais permite ver as diferentes formas pelas quais se pode abordar o estudo da família; cada uma, por sua própria dimensão da vida da família, oferece caminhos para poder conhecê-la em seu mundo cotidiano. Sempre de uma forma parcelada, enquanto seu cotidiano não é assim. Quando nos encontramos com ela, habitualmente sua realidade supera nosso mundo cognitivo e empírico. Por outra parte, no cotidiano, cada família é única, nenhuma é igual a outra. Nós o sabemos por vivências próprias e através das diferentes disciplinas vinculadas ao estudo da família. Encontramos a diversidade de possibilidades de desenvolvimento de seu ciclo de vida e, com ele, experiências e vivências de vida, saúde e enfermidade. Isto nos leva a refletir que devem existir elementos essenciais por trás daquelas manifestações da existência da família, que encontramos em nossa vida profissional, às vezes com manifestações de felicidade, outras de tristeza, angústia, medo, compromisso, solidariedade, violência, com ou sem carências, estruturadas ou desestruturadas..., mas acima de tudo, determinam que ela seja uma família, embora suas características não se enquadrem no meu referencial teórico e empírico.

Capítulo III – APROXIMAÇÃO DE HEIDEGGER³

Buscando aproximar-me do conhecimento e da compreensão da família, encontro em Heidegger (1997),⁴ com sua concepção filosófica do ser humano, os conceitos básicos que poderiam fornecer-me a sustentação teórica necessária para avançar no propósito de desvelar o *ser da família*.

Aristóteles e Husserl são reconhecidos por Heidegger como suas duas fontes de inspiração, vale dizer, respectivamente, o teorizador da doutrina do ente e o inventor do método fenomenológico.

O nome “Fenomenologia” significa fazer ou deixar que se mostre tal como é em si ou *em si mesmo e por si mesmo*, o que é suscetível de mostrar-se assim (HEIDEGGER 1997, § 7). A fenomenologia hermenêutica (à diferença da fenomenologia transcendental de Husserl; ver Dartigues 1992, cap. 6) surge do pensamento filosófico de Heidegger e proporciona uma interpretação da experiência da vida humana cotidiana, para melhor compreender sua riqueza e complexidade.

O objeto da fenomenologia é mostrar aquilo que, estando oculto e encoberto, constitui a *essência*. O essencial e fundamental é o *ser mesmo*, encontrado no

³ Martin Heidegger nasceu em Messkirch, sul da Alemanha, em 26/09/1889. Fez seus primeiros estudos com os jesuítas, ingressando em 1909 na Faculdade de Teologia da Universidade de Friburgo, cuja base centrava-se na teologia, completada com a filosofia. Seu primeiro contato com a filosofia deu-se através dos textos de Brentano, para logo ler Husserl, Nietzsche, Platão, Aristóteles, Descartes e Kant, entre outros. Em 1919 torna-se assistente de Husserl ensinando fenomenologia. Divergindo de Husserl, sua própria posição referente à fenomenologia é no sentido de separar o método fenomenológico do idealismo transcendental. De 1917 a 1919 presta serviço militar, participando da Primeira Guerra Mundial. Em 1923 é designado catedrático da Universidade de Marburgo, dando aulas de História da Ontologia. Publicou vários trabalhos, dentre os quais se destaca “O ser e o tempo” (*Sein und Zeit*, 1927), que influenciou decisivamente a denominada filosofia existencialista, com a que Heidegger no entanto não quis se identificar. Outras obras suas são: *O quê significa pensar?*, *A essência do fundamento*, *Introdução à Metafísica e Arte e Poesia*. Em 1933 é designado reitor da Universidade de Friburgo, mas em 1935 renuncia ao cargo e continua como professor até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando é afastado por suposta simpatia com o regime nazista. Morre em 26/05/1976, em Messkirsch (GILLES, 1989).

⁴ Neste trabalho temos utilizado a tradução de *Sein und Zeit* ao espanhol feita por J. Gaos (*Ser y Tiempo*), e temos consultado os trabalhos de Olasagasti (1967).

fenômeno, mas tal *ser* é sempre ser de um *ente*. Segundo Heidegger, *ente* é tudo aquilo de que falamos, que mencionamos, também a gente mesma e a nossa maneira de ser. O *ser* está implícito no “que é” e no “como é” alguma coisa; na realidade, no sentido mais estrito; no que “há”.⁵

Na sua obra mais conhecida, *Ser e Tempo* (HEIDEGGER 1997), Heidegger se propõe a responder à pergunta tradicional da filosofia ocidental: Que significa “ser”? Mas para tanto, Heidegger crê necessário começar por analisar aquele ente que se faz essa pergunta, vale dizer o homem, nós mesmos, para, uma vez esclarecido o ser deste ente peculiar, compreender o ser em geral (§ 5).

Heidegger designa o ser humano como “ser aí” (*Dasein*)⁶, porque na sua obra o filósofo vai descrevendo a experiência de viver, de *existir*, tal como cada um de nós a pode experimentar. De acordo com esse enfoque, para cada um de nós, o existir começa pelo *estar aí*, tal como a gente se percebe; é o olhar que cada qual pode dirigir a seu próprio ser.

Com esse conceito de ser aí, Heidegger está propondo uma diferente conceptualização do ser humano, porque nosso “ser aí” é o “lugar” de onde estamos fazendo a pergunta: “O que é o ser?” O “ser aí” é aquele ente que está tratando de conhecer seu próprio *ser* (§ 2). Formular a pergunta que indaga pelo ser significa “ver através de” um ente – o que formula a pergunta – desde a perspectiva de seu ser. O ser humano é o único que pode e deve esforçar-se para compreendê-lo ontologicamente, fazendo-se a si mesmo a pergunta pelo sentido do ser. A esse ocupar-se do próprio ser Heidegger (1997) chama “existência” (*Existenz*), e por isso pode afirmar que tão somente o “ser aí” existe. A análise desse ser é chamada por Heidegger “analítica existencial”.

⁵ Cabe lembrar que essa questão, a pergunta pelo que “há”, pela “realidade” (pelo “ser” no vocabulário tradicional da filosofia ocidental) é característica da disciplina denominada ontologia ou metafísica (v. Ferrater Mora [1951], verbetes correspondentes)

⁶ A terminologia heideggeriana é notoriamente difícil de traduzir, principalmente porque o autor trabalha com base numa elaborada análise dos termos na sua língua materna. Para este trabalho temos utilizado a tradução espanhola de J. Gaos (1971), e conservamos a sua maneira de adaptar os termos alemães a uma língua latina.

Para Heidegger (1997), o *ser* é a maneira como algo se torna presente, manifesto, entendido, percebido, compreendido e conhecido para o ser humano, “ser aí”, *Dasein*. As características fundamentais que possibilitam as várias maneiras em que o “ser aí” se torna manifesto são “ópticas”, vale dizer, relativas à peculiaridade dos entes. Pelo contrário, aquelas características próprias do *ser* de um ente são “ontológicas”. Aristóteles já havia denominado “categorias” essas características mais gerais dos entes. Heidegger denomina “existenciais” aquelas próprias do ser aí.

Para Heidegger, a substância do homem não é o espírito, mas a *existência*.⁷ O *homem* não se caracteriza por seu corpo nem por determinadas propriedades físicas, mas *por sua maneira de existir*, diferente dos outros entes. O ser humano tem o privilégio de um conhecimento do ser: ele “sabe” intuitivamente o que é *ser*. Isto implica compreender não apenas o seu próprio ser, como também o ser dos outros entes, humanos ou não, porque o homem tem que ser “em meio deles” e “com eles”.

O *ser* de cada um de nós – segundo Heidegger – começa por “*ser um* “ser aí”. O primeiro que percebe o olhar que se dirige a seu próprio ser, é que “*está aí*”, está em uma situação que é espacial e temporal e implica outros entes e outras pessoas; está “aberto ao mundo”. Outra característica imediatamente dada ao “ser aí” é o já mencionado “*ser relativamente ao próprio ser*”, é o fato de que nós mesmos estamos sempre preocupando-nos do nosso estar-aí. Sempre estamos tomando uma posição; não vivemos de maneira instintiva, inconsciente ou automática, mas estamos constantemente fazendo alguma coisa com relação a esse estar aí, à nossa existência. A terceira característica é “*ser, em cada caso, meu*”: à diferença de qualquer outro tipo de entidade – lápis, cachorro, pedra – em que cada exemplar é apenas um caso da classe ou espécie; nossa existência não é um mero caso, algo accidental, mas algo essencial.

A *essência* do “ser aí” – resume Heidegger - é a existência (§9). A “existência” faz com que o “ser aí” possa ser (como veremos) “propriamente” ou “impropriamente”, ou ainda, que possa estar na indiferenciação modal. O “ser aí” que é no modo da

“propriedade” é “ele mesmo”, dono de si mesmo, de compreender-se a si mesmo. O “ser aí” que é no modo da “impropriedade” não é “ele mesmo”, mas “um”⁸ (qualquer) como “os outros”, “um” dos “outros”, ou simplesmente “alguém”. Mas há um modo de ser do “ser aí”, o modo “de termo médio” (Heidegger) da vida diária, o modo da “cotidianidade média” que é o modo da in-diferença (o não diferenciar-se dos Outros).

Para avançar na analítica existencial, Heidegger procede a descrever e interpretar a estrutura mais abrangente do “ser aí”: o “ser no mundo”.

1. Ser no mundo

O ponto de partida da analítica do “ser aí” está na interpretação da estrutura denominada “ser no mundo” (§12). Heidegger apresenta-a como fenômeno “dotado de unidade”, porque ela é experimentada assim e não de maneira atomizada (mundo, homem e a sua relação). Sem embargo, para fins da “analítica da existência”, é necessário focalizar sucessivamente cada uma de suas três partes constitutivas.

Quais são essas partes ou elementos constitutivos que dão sentido a essa estrutura fundamental do “ser aí”? Essas partes constitutivas são as que em seu relacionamento definem a existência do “ser aí”. O primeiro elemento é o “mundo”, que é onde eu sou, onde posso existir, onde o “ser aí” é. O outro elemento, o “ente” que é no mundo, é o eu, o “ser aí” que está em busca de *quem ele* é. O terceiro elemento existencial desta estrutura é o “ser em”, ou seja, a específica relação entre os primeiros dois elementos.

1. 1. O “mundo”

A análise da estrutura “ser no mundo” começa com o elemento constitutivo *mundo*. Heidegger (1997, § 14 e 15) trata de explicar a noção de “mundo” através da

⁷ Daqui que se tenha podido ver em Heidegger um dos grandes filósofos “existencialistas”, embora ele rejeitasse sempre essa identificação.

análise do mundo cotidiano, e este último, por sua vez, pela análise dos entes que nele aparecem.

Eu não posso falar do meu ser senão em relação com alguma coisa que eu não sou, e que é o mundo, meu mundo, tal como eu o experimento. O “ser aí” está no mundo, no sentido de que está *ocupando-se do seu estar no mundo*. Este vincular-se ao mundo não é circunstancial, mas permanente. “Ser no mundo” – comenta Heidegger – expressa um modo de ser humano que escapou até aqui à compreensão cotidiana (e filosófica). Um ser que se ocupa e se preocupa de seu ser e por último, do ser em geral.

Tratemos de seguir o fio da análise realizada por Heidegger, e desvelar como surge o *mundo* do “ser aí”. Para tanto, é interessante resgatar o significado de “mundo” que adota Heidegger (1997, § 14). Desde o nível óptico (vale dizer, desde a experiência de cada um de nós), Heidegger trata de explicar a noção de mundo analisando o mundo de todos os dias. E esse mundo é aquilo “em que” um “ser aí” efetivo vive.

Aqui Heidegger reconhece diversas possibilidades desse “mundo”:⁸ distingue o mundo “público” do “nós” e o mundo circundante “peculiar” e mais próximo (doméstico). Deste mundo fazem parte os entes “ante os olhos” (contemplados), “no” mundo, denominados “entes intramundanos”: as coisas, naturais e “dotadas de valor”. Esses entes, o “ser aí” só pode descobri-los porque ele se encontra “aberto” (ao mundo) e desse modo, pode relacionar-se com eles. Esse relacionamento evidencia diversos modos de ser do “ser aí” através do “ocupar-se de (eles)”.

A relação com os entes intramundanos na nossa cotidianidade é tão evidente que passa despercebida, e os *significados* dos entes são vividos sem serem percebidos como tais; não há significados, mas “coisas”. (Não nos damos conta, v.g., de que uma casa é “casa”, não por sua presença física mas por sua função em nossa vida). Apenas quando algo nos falha, nos falta ou se converte num obstáculo, é que seu significado pode tornar-se manifesto. Quando por exemplo o relógio não indica a hora, é quando

⁸ Toda esta parte da análise heideggeriana é muito difícil de expressar em português, devido à inexistência, em nossa língua, do equivalente da expressão alemã *man*, equivalente ao francês *on* e ao espanhol *uno*.

⁹ Que não é o mundo “em si” (tal como pensado por filósofos e cientistas), mas o mundo vivenciado pelos seres humanos.

parecemos reparar na sua função e na necessidade que sentimos de “medir” o tempo. Em todo caso, “ser no mundo” é estar constantemente relacionando-se com as coisas do mundo, que formam um sistema.

Esse “sistema de relacionamento”, diz Heidegger (1997, § 15), possibilita um conhecimento mais do que meramente sensorial: é o conhecimento pragmático que o “ser aí” possui em sua vida cotidiana dos entes que não são “ser aí”. Esses entes que o enfrentam no “ser no mundo” nos diversos modos de “ocupar-se” (deles), chama Heidegger “úteis” (ou seja, o que usamos).¹⁰

Um útil não se dá nunca em forma independente: trata-se de entes cuja forma de ser não é a do “ser aí”, a “existência”, mas do “ser à mão” (ou seja, coisas para serem usadas, manejadas, em sentido amplo). As coisas, que propriamente não “existem”, mas que “estão presentes”, podem tornar-se “ante os olhos” (ou seja, serem contempladas) quando sua funcionalidade – como já mencionamos - de algum modo não corresponde ao esperado.

Um útil é essencialmente “algo para”. O útil é descoberto quando ele é referido a algo (o martelo, para martelar; o banco para sentar-se), “serve para”, o que representa sua essência. Há diversos modos de “ser para”, como por exemplo, o servir “para”, ser adequado “para”, poder-se empregar “para”. Isto se denomina “referência” de algo a algo (como o martelo, “para” martelar) ; ela define o caráter de uma relação que atribui *significado*. Por exemplo: para o ferreiro, o útil que denominamos martelo tem um significado, enquanto para o médico traumatologista tem outro. Um útil enquanto tal não é possível isolado, senão apenas em certas relações ou referências, todas elas “à mão” (HEIDEGGER, 1997, § 15 a 17). O “ser aí” é quem define a relação, o significado.¹¹

O “ser aí” “se conforma” com um útil “em” algo (por exemplo, com o martelo em martelar). Mas o “ser aí” tem a possibilidade de conformar-se ou não com o útil; neste último caso não o “deixa ser” como é, mas o transforma, melhora ou desfaz.

¹⁰ A “utilidade” deve ser entendida em sentido amplo: o chão é o “útil” sobre o que caminhamos e a água é o “útil” com que saciamos a nossa sede, , assim como o lápis é o “útil” com que escrevemos, etc.

¹¹ Isso implica que, sem o homem, não há propriamente “martelos” nem “livros”, etc.

Assim posto o relacionamento do “ser aí” com os úteis, de que maneira pode levar-nos a compreender o sentido do mundo e da “mundanidade”? Até aqui estão se desvelando os elementos constitutivos do “mundo”, permitindo-nos compreender como o ser do “ser aí” vai estabelecendo seu relacionamento a partir de como ele se encontra localizado no mundo. O “ser aí”, ao estar sendo, continuamente busca realizar sua própria existência, abre-se para o mundo, relacionando-se fundamentalmente com os úteis na medida em que estes estejam vinculados à satisfação de suas necessidades, às suas possibilidades de ser. Heidegger diz que nessa familiaridade com os úteis, o “ser aí” se significa a si mesmo, dá a compreender seu ser e “poder ser” a respeito de seu “ser no mundo”.

À totalidade de relações que o “significar” representa dá-se o nome de “significatividade”, e é isso que constitui o *mundo*. O mundo não tem a forma de ser dos “úteis”, o “ser à mão”; o mundo não é um ente “à mão”, um útil. O mundo é um ente integrante do “ser no mundo” do “ser aí”, porque o mundo está já “aí” na experiência de qualquer útil. Com efeito, todo útil remete a outros, com os que está relacionado, e alude em última instância ao sistema total dos úteis. E cada útil pode “mostrar-se” apenas na medida em que faz parte de um “mundo” (p. ex., o mundo da marcenaria, no caso do martelo) e *do* mundo em geral.

O “ser aí” pode ser a partir de um mundo que o enfrenta, e que ele comparte com outros que também “são aí”. O mundo é um ente cuja forma de ser é a “mundanidade”; a “mundanidade” é o *ser* que faz com que o mundo seja o *ente* que é. De onde vem a mundanidade? A estrutura do sistema de relações que estabelece o “ser aí” é o que constitui a “mundanidade” do mundo. Esse “sistema de relações” é o que possibilita o “conhecimento pragmático”, subjacente a nossa vida cotidiana. O também: mundo é o sistema de significações em que o “ser aí” pode ser.

Tendo analisado a mundanidade do mundo, Heidegger trata de pôr de manifesto a constituição ontológica do “em” na expressão “ser no mundo”. O que “em” pretende aqui expressar não é a posição puramente espacial de uma coisa que existe dentro do mundo, como por exemplo, a água em um copo, ou o livro na biblioteca. Ambos estão igualmente “em” um lugar “no” espaço. Em tal sentido, trata-se da forma de ser de um

ente que é “em” outro. Com o “em” referimos a recíproca *relação de ser* de dois entes dispostos “no” espaço. Esses entes cujo ser uns “em” outros pode determinar-se assim, têm todos a mesma forma de ser, a de “ser ante os olhos”, como coisas que vêm a estar diante “dentro” do mundo, tratando-se de uma nota categorial, própria de entes não humanos.

Como a espacialidade é algo constitutivo do mundo, o útil tem seu “sítio”, é inerente a seu *ser* mesmo – ao “ser à mão” – uma certa “espacialidade”. Essa espacialidade não é a mesma para os entes “mundanos” e para o “ser aí”. O “à mão” do cotidiano “andar em torno” (maneira como Heidegger descreve nosso circular no mundo) tem o caráter de “proximidade”. Heidegger (1997, § 22) expressa que essa proximidade não é fixada medindo distâncias objetivas. Essa proximidade é regulada pelo “calcular” próprio do conhecimento pragmático. Para Heidegger (*ibid.*), essa cercania do útil é dotada de *direção*. Isso significa que o útil não se limita, sendo “ante dos olhos” a estar em algum lugar, mas que enquanto útil é essencialmente colocado, posto, instalado, situado, onde serve à atividade do “ser aí”.¹² Isto só é possível dentro de um horizonte que abre, para todos os úteis, a possibilidade de ter um sítio. No seu trato com as coisas, o conhecer pragmático tem sempre presente esse horizonte, que é “para onde” todas as coisas devem confluír, enquanto elas têm “seu” sítio. É o que Heidegger chama de “paragem”. Todas as coisas têm seus sítios e “paragens”, múltiplos e cambiantes, por exemplo: o copo está com água sobre a mesa.

O “em” do “ser no mundo”, segundo Heidegger (1997, § 28), expressa, ao contrário, uma estrutura do ser do “ser aí”. Esse ente ao qual é inerente o “ser em” é o ente que em cada caso sou eu mesmo. O “ser em” é um “existencial”, e, como tal, exclusivo do ser humano. Isso faz com que a espacialidade do ser humano seja diferente, que essencialmente não seja nenhum “ser ante os olhos”; não é nem um estar no “espaço cósmico”, como o ser simplesmente presente, nem um estar num sítio, como o “ser à mão”. A sua espacialidade provém do “ser-no-mundo” e Heidegger a

¹² Por isso, a luminária está “acima”, o tapete está “debaixo da mesa”, os óculos estão “sobre o nariz” etc.

denomina “des-afastamento”¹³ e “direção”. O “ser aí” existe suprimindo o afastamento dos úteis em direção a si mesmo.

O “olhar em torno” do “ocupar-se de”, fixa a direção do “próximo”. No dizer de Heidegger (1997, § 22), o “ocupar-se de” do “ser aí” descobre as “paragens”, determina o espaço, a “proximidade” dos úteis que podem fazer parte de sua possibilidade de ser. Isto só é onticamente possível¹⁴ porque o próprio “ser aí” é “espacial” no que concerne a seu “ser no mundo”, permitindo que algo seja “à mão”, que o enfrente seu espaço “circunmundano” (seu mundo circundante).

É nesse contexto que se reconhece a Natureza, como a matéria prima para o conjunto dos seres manejáveis e utilizáveis. Nosso mundo primário, como já foi dito, é de úteis e não de coisas meramente contempladas. A “conformidade” constitui o ser do manejável. O “para quê” de cada instrumento, em seu conjunto, dá lugar à cadeia de “conformidades” até chegar a um último “para quê” que já não é tal, mas um “em vista de” que pertence ao ser do *Dasein*, ou seja, implica uma possibilidade do seu ser. Em outras palavras; todo sistema de úteis está “ancorado”, por assim dizer, em última instância no homem.

Esse “desafastamento”, que significa fazer desaparecer a distância de algo, não é o aproximar “materialmente” um útil; é um “desafastamento” no sentido de que o “ocupar-se de” um ente torna-o presente no primeiro termo de nosso vital interesse. O “ser-aí” é essencialmente “desafastador”: enquanto é o ente que é, permite que em cada caso enfrentem entes na sua proximidade. O presumivelmente “mais próximo” não é em absoluto o que está à menor distância objetiva “de nós”, mas o que se vincula com o nosso interesse e a nossa atividade. Os astros estão “perto” de um astrônomo, ao passo que certos objetos de sua sala podem estar “longe” dele; para uma pessoa tetraplégica, um copo de água colocado ao lado de sua cama está “longe” dela, se quiser a beber. No que diz respeito à proximidade física, o mais “próximo” se acha no que está distanciado dentro de uma possibilidade média de alcançá-lo, procurar, tê-lo à

¹³ A palavra alemã é *Entfernung* (distância), que Heidegger desmembra: *En-fernung*. Infelizmente, não temos um termo equivalente em português. Seguimos Gaos, que traduz “des-alejamiento”.

¹⁴ Vale dizer, são possíveis todas as situações espaciais concretas.

mão. O “desafastar” acontece dentro da perspectiva do conhecer prático. Por exemplo: ao fixar a atenção num quadro, consegue-se “desafastá-lo”; ao fixá-la mais, consegue-se “des-afastá-lo” mais.¹⁵

Quando o “ser aí”, ao “ocupar-se de”, traz algo para sua proximidade, isso não significa, necessariamente, que o fixa em um lugar do espaço situado a mínima distância de algum ponto do corpo. “Na proximidade” quer dizer: dentro do círculo do “à mão” imediatamente no “ver em torno”¹⁶. A aproximação, diz Heidegger (1997, § 23), não se orienta pela coisa “eu dotado de um corpo”, mas pelo “ser no mundo” “ocupando-se de”, vale dizer, pelo que enfrenta imediatamente este ser. Este é um modo do ser do “ser aí” de descobrir o espaço no “ver em torno”, que consiste em relacionar-se com os entes que o enfrentam espacialmente “desafastando-os” constantemente.

O ente constituído essencialmente pelo “ser no mundo” é ele mesmo, em cada caso, *seu* “aí”. Em seu sentido corrente alude o “aí” ao “aqui” e o “ali”. Para Heidegger (1997, § 28), o “eu” de um “eu aqui” se compreende sempre por um “ali” “à mão” no sentido do ser, “ocupando-se”, dirigindo e “desafastando”, relativamente a este “ali”. A espacialidade existencial do “ser aí”, que assim determina seu “lugar”, está fundada ela mesma no “ser no mundo”.

Em todo caso, o “ali” é a determinação de algo que enfrenta dentro do mundo. Portanto, um “aqui” e um “ali” só são possíveis em um “aí”, isto é, trata-se de um ente que abriu a espacialidade como ser do “aí”. O “aí” expressa esse essencial “estado de aberto”, graças ao qual o “ser aí” é ele mesmo “aí”.

O esclarecimento da espacialidade do “à mão” dentro do mundo, e da espacialidade do “ser no mundo”, senta as bases para manifestar o fenômeno da espacialidade do mundo e propor o problema ontológico do espaço. *Nem o espaço é no sujeito, nem o mundo é no espaço* (HEDEGGER 1997 § 24). O espaço é “no” mundo na medida em que o “ser no mundo”, constitutivo do “ser aí”, abriu um espaço. O espaço

¹⁵ De qualquer modo, a distância nunca se suprime totalmente, pois o “ser aí” é “no mundo”, porém ele *não* é o mundo.

¹⁶ Assim denomina Heidegger a maneira de termos consciência pragmática do mundo.

não se encontra no sujeito, nem este contempla o mundo como se fosse um espaço, mas o “sujeito” ontologicamente bem compreendido, o “ser aí”, é espacial.

1. 2.- O ente que “é no mundo”

Heidegger (1997, § 25) indaga a seguir *quem é* o “ser aí” no modo da cotidianidade de termo médio. Para ele, todas as estruturas do ser do “ser aí” são modos de ser do “ser aí”. A caracterização ontológica desses modos é – como já dissemos - uma caracterização existencial.

Heidegger já mostrou (1997, § 9) que o *Dasein* não pode ser senão “existindo”. Por isso, apenas a análise existencial poderá esclarecer *quem é* no mundo. Para nosso autor, a resposta a essa questão deve obter-se mediante a análise daquela forma de ser em que “imediate e regularmente” se mantém o “ser aí” (HEIDEGGER 1997, § 26). Essa análise vai mostrar que, assim como não há “ser aí” sem mundo, tampouco há “ser aí” isolado. No mundo circundante aparecem “os Outros”.

Com efeito, a descrição do imediato mundo circundante, por exemplo, do mundo do trabalhador manual, descobre que, junto com os úteis que utiliza no trabalho, se relaciona com outros “seres aí” a quem se destina a obra do trabalhador (assim como também os Outros que fabricaram as ferramentas e ensinaram a trabalhar com elas).

“Os Outros” são entes que não são nem “ante dos olhos” nem “à mão”. Tal como o “ser aí”, eles são “também e juntamente aí” (Heidegger, id., *ibidem*). “Os outros” não quer dizer o mesmo que a totalidade dos restantes (seres humanos) fora de mim de que se destaca o eu; os outros são aqueles dos quais regularmente *não* nos distinguimos nós mesmos, entre os quais somos “qualquer um”.¹⁷

O Outro é algo que tem também a forma de ser do “ser aí”, ele “também” é “ser no mundo” “preocupando-se de” (seu ser). O mundo do “ser aí” é um mundo compartilhado. O “ser no mundo” é “ser com” (outros). Quando aparece o Outro em minha vida diária, meu mundo se converte em “nosso mundo”; assim, ao compartilhar

¹⁷ *Das Man* em alemão; *uno* em espanhol. Ver acima, nota 7.

experiências do mundo circundante, o outro ser humano penetra na minha existência e ela se converte em “co-existência”. Porque os entes relativamente aos quais se conduz o “ser aí” enquanto “ser com” não têm a forma de ser do útil, do que está “à mão”.

Dos entes que não são como ele, o “ser aí” “se ocupa” (*Besorgen*)¹⁸; de outros “ser aí” ele “se cuida” (*Fürsorge*)¹⁹; a respeito de si mesmo sente e se expressa como “cuidado” (*Sorge*)²⁰.

O *cuidado* é o ser do homem. O homem é “preocupação”; tudo mais, como entendimento, vontade, desejo, paixões etc., provém do cuidado. Também o procurar alimento e roupa, o cuidar do corpo doente é “cuidar de”. Como atividade social efetiva que se organiza em instituições (v.g., hospital, escola) o “cuidar de” baseia-se na estrutura do “ser aí” enquanto “ser com”. O “ser um para outro”, “um contra outro”, “um sem outro”, o “passar batido junto a outro”, o “não importar se um com o outro”, são modos possíveis do “cuidar de” ou “tomar a seu cuidado”. Justamente esses modos da deficiência e a indiferença caracterizam o “ser um com outro” cotidiano e de termo médio. Esses modos indiferentes do “ser com” facilmente induzem ao erro de interpretar imediatamente o “ser um com outro” como puro “ser ante os olhos” de vários sujeitos.²¹ Parece tratar-se apenas de insignificantes variedades da mesma forma de ser, e sem dúvida há ontologicamente uma essencial divergência entre o “indiferente” “ser junto diante dos olhos de qualquer coisa e o “não importar-se nada um com o outro” de entes que são “uns com outros”.

O “cuidar de” tem duas possibilidades extremas (HEIDEGGER 1997, § 26). Pode o “ser aí” pôr-se no lugar do Outro, substituindo-o no próprio “cuidado”, como é o caso de pais superprotetores. O Outro é, nesses casos, tirado de seu lugar, passa a segundo plano, para receber posteriormente aquilo com que se preocupou (seu próprio ser) como algo acabado e posto à sua disposição. Nessa situação de “cuidar de” pode o

¹⁸ *Besorgen*: segundo Gaos (1971, p. 139) é “curar-se de”; neste trabalho, “ocupa-se”.

¹⁹ *Fürsorge*: segundo Gaos (1971, p. 139) é “procurar por”; aqui traduz-se como “se cuida”.

²⁰ *Sorge*: segundo Gaos (1971, p. 139), é “cura”; neste trabalho é traduzido como “cuidado”.

²¹ Heidegger denomina “ser-ante-os olhos” as entidades que contemplamos objetivamente, à diferença daquelas com que con-vivemos (coisas ou pessoas).

outro converter-se em dependente e dominado, ainda que isso permaneça oculto para o dominado.

Contrária a essa possibilidade é a de um “cuidar de” “antecipativo-liberador”, que não substitui o Outro, mas se lhe *adianta* em seu “poder ser” existencial, não para tirar-lhe o cuidado, mas para ajudá-lo a ser, como é o caso do educador. Isto concerne essencialmente ao verdadeiro “cuidar”, vale dizer, à existência do Outro, ajuda-o a “ver através” de seu cuidado; e o deixa em liberdade para assumir seus próprios caminhos, crescer, amadurecer, encontrar-se consigo mesmo. Tudo isso faz parte do autêntico “cuidar”.

Entre os dois extremos do “cuidar de” – o substitutivo-dominador e o antecipativo-liberador – se mantém o cotidiano “ser um com outro”, produzindo múltiplas formas intermediárias. Ambos, segundo Heidegger (1997, § 26), podem transitar com o “cuidar dos” respectivos modos deficientes e indiferentes, até chegar ao tratar de alguém automaticamente, sem consideração.

De acordo com essa análise, é inerente ao ser do “ser aí”, “ir-lhe” em seu próprio ser o “ser com” outros. O “ser com” é um constituinte “existencial” do “ser no mundo”. O “ser aí” se encontra “a si mesmo” imediatamente no que faz, usa, espera, evita – no “à mão” *de que se ocupa* imediatamente no mundo circundante. O “ser aí” se compreende imediata e regularmente por seu mundo. A expressão “ser aí” mostra que esse ente é *imediatamente* na não referência a Outros, embora ulteriormente possa ser também “com” Outros e possam os Outros “ser com” ele. O “ser com” determina existencialmente o “ser aí” ainda quando de fato nenhum Outro é “diante dos olhos” nem percebido. O “ser aí” em geral é, tem a forma de ser do “ser um com outro” como uma característica fundamental do existir humano, como um “existencial”.

Enquanto cotidiano “ser um com outro” o “ser aí” está sob o domínio dos Outros (na forma do impessoal *se*). Não é “ele mesmo”, os Outros lhe arrebataram o ser. O arbítrio dos outros dispõe das cotidianas possibilidades de ser do “ser aí”. Não como “ele mesmo” mas como “um” (qualquer), pertence aos Outros e consolida o poder daqueles. “Os Outros” são os que no cotidiano “ser um com outro” “são aí” imediata e

regularmente. O “quem” não é este nem aquele; não é ele mesmo, nem alguns, nem a soma de outros. O “quem” é *qualquer* um.

Esse “ser um com outro” impessoal dissolve totalmente o peculiar “ser aí” na forma de ser “dos outros”; apaga o característico e diferencial de cada “ser aí” com relação aos Outros. Assim, cada *um* desfruta e goza como se goza, fala como se fala; inclusive – diz Heidegger (1997, § 27) – cada um se separa dos “outros” como se apartam dele. O “(qualquer) um” que não é ninguém determinado e que são todos, embora não como soma, dita a forma de ser da cotidianidade, e “tiraniza” o “ser aí”.

O “(qualquer) um” mesmo tem seus peculiares modos de ser. O “termo meio” é um caráter existencial do “(qualquer)um”. Na vida de “termo meio” todo privilégio se desfaz; toda originalidade acaba aplanada como coisa “sabida” há muito tempo; tudo quanto foi conquistado se torna vulgar; todo mistério perde força. O “se” (no sentido do “se diz”, “se faz”, “se costuma”, etc.) regula imediatamente toda interpretação do mundo e do “ser aí” e tem razão em tudo. E não porque faça “ver através” do “ser aí” em forma singularmente apropriada, mas exatamente por não entrar “no âmago dos assuntos”, por ser insensível a todas as diferenças de nível e de autenticidade. O “se” pode dar-se o gosto de que o “ser aí” apele constantemente a ele. Pode responder de tudo com a maior facilidade, porque não é ninguém que tenha de enfrentar nada. Pelo fato de sair constantemente o “se” ao encontro do “ser aí” do caso “descarregando-o” de seu ser, conserva e consolida seu domínio.²²

A massificação e a mediocridade controlam de imediato cada maneira pela qual o “mundo” e o “ser aí” são interpretados. Cada um é o Outro e ninguém é ele mesmo. O “se”, “a gente” é aquilo que proporciona a resposta à questão do “quem” é o “ser aí” cotidiano, ele é *ninguém*, a quem o “ser aí” cotidiano está, ele mesmo, submetido ao “ser em meio dos outros”.

O “si mesmo” do “ser aí” cotidiano é o “(qualquer)um mesmo”, que distinguimos do “si mesmo” próprio (eu mesmo, tu mesmo, etc.). Se o “ser aí” é familiar para si mesmo como “ele (qualquer um) mesmo”, este quer dizer que o “(qualquer) um”

desenha a interpretação imediata do mundo e do “ser no mundo” simultaneamente. Quando o “ser aí” descobre o mundo em seu próprio modo e o aproxima, quando desvela para si mesmo seu próprio autêntico ser, essa descoberta do “mundo” e esse desvelamento do “ser aí” são consumados como um libertar-se das ocultações e das eclipses, com um rompimento dos disfarces com os quais o “ser aí” mesmo obstrui seu próprio modo, chegando assim a ser propriamente ele mesmo, ou seja, “si mesmo”.

Com a elucidação do “ser com” e do “ser si mesmo” por meio do “se” está respondida a pergunta sobre o “*quem*” da cotidianidade do “ser um com outro”, permitindo a compreensão concreta da estrutura fundamental do “ser aí”. O “ser no mundo” se fez visível em sua cotidianidade e em termo médio.

1. 3. –“Ser em”

Como sabemos, a analítica existencial do “ser aí” tem como propósito desvelar a estrutura fundamental e original do ser do “ser aí”, de que se derivam as suas possibilidades e modos de ser. Após analisar o *quem* (no mundo) e o mundo, cabe analisar o último elemento constitutivo da estrutura “ser no mundo” o “ser em”. O “ser aí” traz consigo seu “aí”; sem ele, não apenas não é, de fato, mas também não é o ente dessa essência. O “ser aí” é, como sabemos seu “estado de aberto”. Como devemos interpretá-lo?

Aqui Heidegger analisa a palavra “em” já não no sentido de uma possível relação espacial que tenhamos com o mundo, mas no sentido que em cada momento que estamos no mundo, temos um *estado de ânimo* determinado. É o estado de ânimo, segundo Heidegger, o que nos coloca em nosso “aí”. O Estado de ânimo segundo Heidegger nos indica que o “ser aí” é um permanente *encontrar-se* (no sentido literal: encontrar a si mesmo).

²² Vale dizer, os padrões sociais nos aliviam da necessidade e a responsabilidade de decidir o que fazer, pensar, etc., ao mesmo tempo que nos subjugam.

Desde o nível óntico (HEIDEGGER, §29), “encontrar-se” é o mais conhecido e mais cotidiano: o estado de ânimo. No entanto, não se trata aqui de meros sentimentos no sentido de estados subjetivos. O ser se torna evidente no estado de ânimo, pois nele, o “ser aí” é colocado ante seu ser (como “aí”), ou seja, é *situado*. Esse encontrar-se segundo Heidegger (1997) revela ao homem uma dimensão básica (um “existencial”) de sua vida: ser (sempre) *já* no mundo sem tê-lo escolhido nem decidido. Heidegger denomina isso a *facticidade* do “ser aí”, que lhe demonstra o “estado de jogado” no mundo e constitui (como veremos) a dimensão do *passado* da existência. O passado, na visão heideggeriana, é aquilo desde o que estamos enfrentando a situação presente, entregues à tarefa de viver, de ser relativamente ao nosso ser.

O estado de ânimo torna patente “como vai” o “ser aí” no mundo.²³ Nesse “ir” (no mundo, de tal ou qual maneira) o estado de ânimo põe o “ser aí” em seu “estado de aberto”. O estado de ânimo coloca o “ser aí” ante o “que é” do seu “aí”; implica seu agora, seu presente, porém como diz Heidegger (1997 § 29), o “de onde” e o “para onde” permanecem na escuridão. Por que? O estado de ânimo, como já dissemos, está longe de ser aqui tomado como um mero estado psíquico. Ele não vem “de fora” nem “de dentro” do “ser aí”, senão que como modo de “ser no mundo” emerge deste último. O estado de ânimo abre nossa existência um determinado modo de ser e nos permite ou não compreender mais a fundo a mundanidade do mundo. Os diversos modos do “encontrar-se” tornam possível compreender em maior ou menor medida a situação em que o “ser aí” é seu “aí”.

Junto com o “encontrar-se”, a análise fenomenológica mostra que o “ser em” é também sempre um *compreender*. Esse compreender é sempre afetivo (na medida em que emerge num estado de ânimo). Não é uma forma especial de conhecimento frente a outras, por exemplo, frente ao conhecimento “explicativo”: ele é prévio a toda forma explícita de conhecimento. Trata-se de um “existencial”. O “ser aí” – afirma Heidegger – *existe compreendendo* (1997, § 31). O compreender é, antes que um modo de conhecer, um *modo de ser*. O primário compreender do *Dasein* consiste em que ele

²³ A importância deste assunto patenteia-se na maneira de cumprimentar. Em nossas línguas, perguntamos: “Como vai?”, ou “Como está?” (no mundo).

está aberto a si mesmo em seu mais peculiar ser, em sua “existência” como um *poder ser*, e portanto, como “projeto” (literalmente, “algo jogado para a frente”, o que indica a dimensão do futuro). O “ser aí” é em cada caso aquilo que pode ser e tal como é a sua possibilidade (id., ibid.)

“Poder ser” é abrir-se a possibilidades, ao futuro: não significa no entanto um “poder ser” livremente flutuante. Enquanto essencialmente determinado pelo “encontrar-se” (pelo seu passado), está o “ser aí” em cada caso já mergulhado em determinadas possibilidades; enquanto ele é o “poder ser” que é, ele deixou passar outras. O “ser aí” é a possibilidade de ser livre para “poder ser”. O “ser possível” “vê através” de si mesmo em diversos modos e graus. O “compreender” é o ser desse “poder ser”.

O compreender tem em si mesmo a estrutura existencial denominada “projeção”. É a estrutura do ser do livre espaço, do efetivo “poder ser”. O projetar não tem nada a ver com um conduzir-se relativamente a um plano concebido sobre a base do qual organizaria seu ser o “ser aí” (embora este existencial seja a base de toda atividade de planificação), mas o “ser aí” já se projetou em cada caso e, enquanto é, é projetante. Seu “poder ser” é entregue à responsabilidade da possibilidade de encontrar-se de novo em suas possibilidades.

Em seu caráter de projeção, o compreender constitui aquilo que chamamos o “ver” do “ser aí”. O “ver” que é existencialmente junto com o “estado de aberto” do “aí”, é o “ser aí” nos modos fundamentais de seu ser: como “ver em torno” do “cuidar-se de” (os úteis) , e “ver por” do “cuidar de” (os outros homens). O “ver” que se refere primariamente e em conjunto à existência se denomina “ver através”.

Ao ocupar-se do mundo em torno, o ser humano compreende que conformidade pode guardar em cada caso com os objetos – úteis – que encontra nele. Esse mundo em torno, por sua vez, ao ser compreendido no “ver pragmático”, resulta *interpretado*. O “ver em torno” descobre, *signi-fica*: o “mundo”, já compreendido, resulta interpretado, tem “sentido”; o que compreendemos, compreendemo-lo “como”: como mesa, como ponte, como sinal... ; vale dizer: nós o interpretamos.

A interpretação é um desenvolvimento e explicitação do compreender; não é um tomar conhecimento do compreendido, mas um desdobramento das possibilidades projetadas no compreender.

Dissemos que os existenciais fundamentais que constituem o ser do “aí”, o “estado aberto” – a abertura – do “ser no mundo”, são o “encontrar-se” e o “compreender”. O compreender admite em seu seio a possibilidade da interpretação, vale dizer, da apropriação do compreendido. Dado que o encontrar-se mantém-se dentro de uma evidente compreensão, corresponde-lhe, de certo modo, a interpretação. A compreensão é sempre já articulada, inclusive antes da interpretação que dela se “apropria”. Aqui surge, articulando o “encontrar-se” – o vivido – e o “compreender – as possibilidades – do ser do “ser aí”, o terceiro existencial, a *fala*, ou seja a expressividade do “ser aí”. Segundo Heidegger (1997, § 34), a fala é a articulação da compreensibilidade. O articulado na articulação da fala é a significação. Das significações nascem as palavras, e não são as palavras que fornecem as significações. A fala se evidencia na linguagem. Essa totalidade de palavras resulta assim um ente intramundano com que nos defrontamos como algo “à mão”. Mas enquanto estrutura existencial do “estado de aberto” do “ser aí”, a fala é constitutiva de sua existência, sendo-lhe inerente como possibilidades o ouvir e o calar.

No dizer de Heidegger (ibid.), falar é articular “significativamente” a compreensibilidade do “ser no mundo”,. Falando, exprime-se o “ser aí” como “ser no mundo”, e compreendendo é já “fora”. Falar é sempre falar “sobre” (algo). Em toda fala há sempre algo falado “por” ela. Mediante isso *comunica-se* a fala. O falado “na” fala é sempre “para” (alguém). À fala é inerente o “ser com”. O “ser um com o outro” é “falante”: “dá” a sua palavra e também pode “retirá-la”. O “ser com” é “comum” na fala: comunicação.

A fala é a articulação significativa da compreensibilidade, unida com o “encontrar-se” do “ser no mundo”. A relação da fala com o compreender e a compreensibilidade fica clara quando se fixa a atenção numa possibilidade existencial inerente à fala mesma: o *ouvir*. Não por acaso, quando não ouvimos “bem” dizemos que não “compreendemos”. O ouvir é constitutivo do falar. Sobre a base desse “poder

ouvir” existencialmente primário, é possível um fenômeno como o do “escutar” as sensações sonoras e a percepção dos sons (Heidegger 1997, § 34). Só onde é dada a possibilidade existencial de falar e ouvir pode alguém escutar. Falar e ouvir se fundam no compreender. Só quem já compreende pode “estar atento”. O mesmo fundamento existencial tem o “calar”. Só no genuíno falar é possível um verdadeiro calar. Para poder calar, o “ser aí” necessita dispor de um verdadeiro “estado de aberto” de si mesmo, isto é, abandona o estado de indiferença, de impropriedade para um estado de propriedade, de “poder ser”.

Essas três dimensões – encontrar-se, compreendendo e expressando-se – do “ser aí” encontram-se cotidianamente dominadas pelo se, imersas no “(qualquer) um” que se apropria dele. Assim, a cotidiana forma de ser do “estado de aberto” do “um” vê seu “encontrar-se reduzido à *ambigüidade* (de não distinguir o que realmente se compreende do que não); seu “compreender” se transforma em *avidez por novidades* (curiosidade) e sua fala na *conversa* intrascendente, feita de lugares comuns, dominada pelo “já sabido”. Esses caracteres não são “ante os olhos” no “ser aí”: eles contribuem para constituir seu ser. Esse tríptico fenômeno constitui o que Heidegger descreve como o estado de “queda” do “ser aí” (§ 38).

A *queda*²⁴ é a forma inautêntica do “ser no mundo, em que nos encontramos habitualmente perdidos no “um”, no mundo de nossas ocupações. A queda é uma tentação permanente que espreita o *Dasein*, que nos traz uma quietude, uma falsa segurança de saber tudo. O *Dasein* finge autenticidade agarrando-se ao “um”, com o que faz mais do que fugir dela.

O “estado de caído” “no” mundo se refere ao deixar-se absorver no “ser um com outro”, que é dominado pelo trivial pelo impessoal. Esse “estado de caído” é identificado como a “impropriedade” do “ser aí”. O “não ser ele mesmo” funciona como possibilidade do ente que, “cuidando-se de”, absorve-se num mundo. O “ser aí” depara-se constantemente com a tentação da queda. O “estado de caído” é tranquilizador porque nele parece como se nele a existência toda estivesse já dada e resolvida. Esse aquietar-se no ser impróprio, impessoal não provoca a imobilidade e a inatividade, mas

o impulsiona a uma ágil avidez pelas novidades e, inquieto mas fingindo, busca uma compreensão universal do “ser aí”. O “ser caído” no “mundo” não entra em repouso. Libera o ser humano da responsabilidade de decidir como vai viver, como se o mundo onde vive tivesse decidido por ele.

Se colocamos agora o ser do “ser aí” na referida estrutura do “ser no mundo, torna-se evidente que a queda, enquanto forma de ser desse “ser em”, representa a prova mais elementar a favor da existencialidade do “ser aí”. Como reflete Heidegger, (1997), na caída não está em jogo nenhuma outra coisa senão “poder ser no mundo” no modo da propriedade ou impropriedade. O “ser aí” só pode cair porque “lhe vai” o “ser no mundo” encontrando-se e compreendendo. Por isso, não é a existência própria, autêntica, nada que flutue por cima da cotidianidade cadente, niveladora, mas algo inerente a esta última. Desse estado de queda só a *angústia* pode resgatar o “ser aí”.

2. Angústia, temporalidade, cuidado: o ser do “ser aí”

Segundo Heidegger (1997, § 40), o fenômeno da angústia permite um especial estado de abertura do ser que no entanto só é possível dentro do “estado de aberto” inerente ao “ser aí” e fundado no encontrar-se e compreender.

O angustiar-se abre original e diretamente o mundo como mundo. O que é a angústia? Ela é, certamente, um dos possíveis estados de ânimo do ‘ser aí’, e semelhante ao medo. É uma sorte de medo singular. No entanto, à diferença deste último, em que tememos ante algo *do* mundo que ameaça nosso “ser no mundo” (um perigo, uma doença, o ataque de alguém), na angústia nos sentimos ameaçados, porém não sabemos por que. O “ante que” da angústia, descreve Heidegger, não é nada em particular. Não é nenhum elemento do mundo (tanto que, quando passa, dizemos que estávamos assustados “por nada”).

Ocorre que a angústia é o estado de ânimo que vem resgatar o “ser aí” da sua “queda” no mundo. Aquilo pelo que se angustia a angústia é o “ser no mundo” mesmo.

²⁴ O “ser aí” está então como “caído” de seu autêntico ser.

A angústia tira assim do “ser aí” a possibilidade de compreender-se caindo no mundo e o retira do público “estado de interpretado”. Atira o “ser aí” contra aquilo mesmo pelo que se angustia, seu “poder ser no mundo” próprio, autêntico. Na angústia, o ‘ser aí’ angustia-se *ante* seu “ser no mundo” e *por* esse “ser no mundo”. Com o “porquê” do angustiar-se abre o “ser aí” como “ser possível”, vale dizer, o ser livre para a liberdade do eleger-se e empunhar-se – “tomar-se’ – a si mesmo. Põe o “ser aí” diante do “ser livre para”.

O “porquê” se angustia a angústia se descobre como aquilo “diante do que” se angustia: o “ser no mundo”. Todo encontrar-se, já foi dito, torna patente “como vai” alguém. Na angústia, o “ser aí”, convertido em “(qualquer) um”, vai inospitadamente, no sentido de “não estar em sua casa”. Assim, a angústia quebra a cotidiana familiaridade em que se encontrava o “ser aí”. O “ser em” passa ao modo existencial do “não em sua casa”. Essa inospitalidade persegue o “ser aí” e ameaça seu cotidiano “estado de perdido” no “se”. A angústia (que pode produzir-se nas situações mais inócuas) singulariza, e essa singularização tira o “ser aí” de sua queda e torna patentes a propriedade e a impropriedade como possibilidades de seu ser. Mas a angústia é provocadora de autenticidade na medida em que des-vela²⁵ a *constitutiva finitude da existência*. A angústia é angústia porque o “ser no mundo” é “ser para morrer”.

*

No “ser aí”, expressa Heidegger (1997, § 45), enquanto ele é, falta algo ainda em cada caso, que ele *pode ser*. A existência é sempre possibilidade. Ora, o que o “ser aí” pode ser é muito diverso, porém entre as suas possibilidades existe uma peculiar; a do seu fim. O fim do “ser aí” é a morte. Este fim, inerente ao poder ser, deslinda e define a totalidade em cada caso possível do “ser aí”. A morte tão somente existe na forma de um existencial: “ser relativamente à morte”. A estrutura existencial deste ser revela-se como a constituição ontológica do “poder ser total” do “ser aí”.

²⁵ Cabe mencionar que Heidegger resgata o sentido grego da palavra verdade (*aletheia*) como desvelamento (1997, § 44).

Na essência da constituição fundamental do “ser aí” reside um constante “estado de inconcluso”, um faltar algo no “poder ser”. Enquanto o “ser aí” é um ente que é, não alcançou nunca sua “totalidade”. Mas quando a ganha, ensina Heidegger (1997, § 46), o ganho se converte em perda pura e simples do “ser no mundo; já não é possível ter nunca mais experiência dele. Com a morte, o “ser aí” se nega fundamentalmente toda possibilidade de experimentar-se como “ser total”.

Igualmente inerente ao “ser aí” é a morte dos Outros, porque o ser do “aí” pode aceder “objetivamente” a ter um fim do “ser aí” de outro. Aqui, ele pode conseguir a experiência da morte por essencialmente “ser com” os outros. Também o “ser aí” dos outros é na morte “já não ser aí” no sentido de “já não ser no mundo” (HEIDEGGER 1997, § 47). No morrer dos Outros pode-se experimentar o fim do ente *qua* “ser aí” é o princípio desse ente *qua* “diante dos olhos”. No morrer se mostra que a morte está constituída ontologicamente pelo “ser em cada caso meu” e a existência. Heidegger (1997, § 72) sustenta que totalidade do “ser aí” está dada pelo espaço entre esse fim que é a morte e começo que é o nascimento.

A interpretação até aqui realizada limitou-se à cotidianidade de “termo meio” do “ser aí”. A cotidianidade é o ser “entre” o nascimento e a morte. A cotidianidade se descobre como um modo da *temporalidade*, que através do desvelamento do “ser-aí” permite “ver através” dele, o fenômeno completo da temporalidade, que por sua vez torna compreensível por que pode o “ser aí” ser *histórico* no fundo de seu ser.

Heidegger (1997, § 72) expressa que essa cotidianidade parece constar de uma seqüência de vivências “no tempo”. Em tal seqüência de vivências só é “propriamente real” a vivência “ante os olhos” “no agora de cada caso”. As vivências passadas e futuras, ao contrário, já não são ou ainda não são “reais”. O “ser aí” percorre o espaço do tempo entre os dois limites de tal forma que, sendo “real” só no “agora”, vai de um a outro dos “agoras” que integram a seqüência de seu “tempo”. Por isso se crê que o “ser aí” é “temporal”. No entanto, a analítica existencial mostra que o “ser aí” no é temporal por estar “no” tempo, senão que pode ter “tempo” (e representá-lo para sim) *por ser constitutivamente temporal*. De maneira análoga, não é histórico porque tenha história, senão que pode tê-la *por ser constitutivamente histórico*.

Heidegger (1997) considera que a “temporalidade” proporciona o fundamento ontológico original da existencialidade do “ser aí”²⁶. Para ele, como sabemos, há dois modos constitutivos de ser o “aí”: o “*encontrar-se*” e o “*compreender*”, ambos determinados pela “*fala*”. Esses “caracteres de ser” do “ser aí” são existenciais.

Heidegger (1997) sustenta que “a unidade original da estrutura do *cuidado* (*cura*) reside na temporalidade”, entendida, não como uma estrutura externa ao ‘ser aí’, mas como dimensões desse mesmo ser, dimensões que Heidegger denomina “êx-taseis” (literalmente, “estar-fora”), porque cada uma delas implica certo modo de estar “fora de si” “no mundo”. À facticidade, ao “estado de jogado” corresponde o êx-tase do *passado*, o “ser já” no mundo. À compreensão, ao pro-jeto, corresponde o *futuro*, o “pre(vio) ser-se” no mundo. Por isso, Heidegger pode sintetizar a temporalidade como “pre-ser-se-já-em”. E completa: “como ser junto aos entes’ (êx-tase” do *presente*)

Heidegger (1997, § 41) remarca que o efetivo existir do “ser aí” não se limita a ser em geral o indiferentemente um “poder ser no mundo”, porque sempre é já absorvido no mundo de que “se cuida” (*cura*). Este ser do “ser aí” constitui o significado do termo “cuidado” (*cura*) que se utiliza nesta sua acepção ontológica, existencial. O cuidado é *a priori* com relação a toda “conduta” efetiva do “ser aí”. Isso não quer dizer em absoluto uma primazia da “prática” sobre a teoria. “Teoria” e “prática” são possibilidades de ser de um ente cujo ser define-se como *cuidado*.

Daqui, diz Heidegger (1997), que fracasse a tentativa de fazer remontar o fenômeno do cuidado (*cura*) a atos ou movimentos especiais, como o querer e o desejar ou o impulso e a inclinação, ou a tentativa de construí-lo com eles. Querer e desejar têm suas raízes no “ser aí” enquanto cuidado, não são simples vivências ontologicamente indiferentes. Isto não é menos válido de que o impulso e a inclinação. Eles também se fundam no cuidado. O cuidado é ontologicamente “anterior” aos fenômenos mencionados.

No querer resulta “empunhado” um ente compreendido, quer dizer, projetado em suas possibilidades, como um ente de que há que cuidar ou que tem de ser levado a

²⁶ Desta maneira torna-se claro o título do livro: *Ser e Tempo*.

seu ser por meio do “cuidar de”. *Por isso é* em cada caso inerente ao querer algo querido. São constitutivos da possibilidade ontológica do querer: o prévio “estado de aberto” do “ser aí”, o “estado de aberto” daquilo de que cabe cuidar-se e o compreensivo projetar-se do “ser aí” sobre um “poder ser relativamente a” uma possibilidade do ente “querido”. No fenômeno do querer transparece a totalidade do cuidado que existe em seu âmago.

Naturalmente, o cuidado é afetado pela cotidianidade. A cotidianidade de termo meio do “cuidar-se de” é cega para a possibilidade mais própria do “ser aí” e fica quieta no simplesmente real, vale dizer, nas múltiplas solicitações do ser no mundo. Essa quietude não exclui portanto uma ampla atividade do “cuidar-se de”, mas a desperta, sugerindo que o “ser aí” está dedicado a algo fundamental (quando na verdade está apenas mergulhado na agitação). O “ser relativamente às possibilidades” mostra-se então regularmente como mero desejar. O desejar é uma modificação existencial do projetar-se compreensivo que se limita a inclinar-se em direção às possibilidades. Contrariamente a esse desejar “mundano”, o *querer* do “ser aí” próprio, autêntico, é um movimento de realização que pode dar a impressão de quietude. Em todo caso, para Heidegger o impulso a viver não pode ser aniquilado, como tampouco é possível suprimir a inclinação a ser ‘vivido’ pelo mundo. Por fundamentar-se ambos no cuidado, são onticamente modificáveis. Em todo caso, seja própria ou impropriamente, o cuidado é o mais profundo ser do “ser aí”. E na medida em que esse cuidado se realiza temporalmente, a temporalidade é também a instância mais profunda do “ser aí”.²⁷

**

Nesta breve exposição tentei apresentar a estrutura fundamental e original do ser do “ser aí” que Heidegger (1997) desvelou, com o propósito de deixar referidos seus conceitos básicos; alguns deles me ajudarão a aproximar-me do ser da família concebido como um peculiar “ser aí”.

²⁷ A “historicidade” (de que não tratamos aqui) decorre da novidade que o futuro (poder ser) vai introduzindo no ser do “ser aí”, de tal modo que ele pode “ter história” porque é constitutivamente *histórico*.

Capítulo IV – CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo de meu trabalho representa, em grande parte, a síntese das diferentes situações que vivi para poder chegar à elaboração do relato desta pesquisa. Vivências e experiências foram inter-relacionando-se, constituindo progressivamente uma rede que sustentaria a elaboração da tese. Vivências predominantemente satisfatórias – algumas complexas e difíceis – talvez por haver iniciado este caminhar com o pensamento de que “o todo vivido deve proporcionar-me aprendizagem, sejam acertos ou desacertos”, sem os quais não teria chegado até aqui. Este processo foi sendo gerado em diferentes etapas, cada uma com características próprias, que percebo como avanços de meu pensamento, da consciência de estar desvelando um mundo que antes só prestava atenção a suas manifestações.

Quando iniciei a preparar-me para esta pesquisa, meu interesse estava centrado no “sistema de cuidados cotidianos” da família, como atitude própria dela, fazendo parte de sua vida diária. Para tanto, iniciara com leituras básicas de fenomenologia e de Heidegger, procurando alcançar toda compreensão possível de seu pensamento para desenvolver a tese. Assim, descobri uma forma de estar no mundo da família, cuja descrição não era suficiente para compreendê-la plenamente.

Considero que o desenvolvimento desta pesquisa se iniciou com o ingresso no doutorado, que está culminando com este trabalho e abre oportunidade para outros mais. Identifico duas fases desta pesquisa, cada uma com seus momentos próprios, diferentes, que foram surgindo e concluindo segundo a aproximação que ia alcançando com relação ao objeto de estudo (OE), a família:

1. Fase de *“Aproximação ao mundo da filosofia fenomenológica heideggeriana”*:
 - Momento de exploração
 - Momento de desvelamento de Heidegger
2. Fase de *“Aproximação ao ser da família”*:
 - Momento de “Encontro com a família”

- Momento de “Desvelamento do ser do ‘ser-aí da família”

Cada momento não se deu de maneira linear no tempo; por instantes confluíam dois ou três momentos quando buscava a compreensão de conceitos para avançar no desenvolvimento da tese. A inter-relação das fases foi permanente, havendo momentos de predomínio de uma sobre a outra, permitindo-me prosseguir na exploração para atingir o objetivo deste estudo.

1. Fase: Aproximação do mundo da filosofia fenomenológica heideggeriana:

- **Momento de Exploração**

Ao iniciar o doutorado, optei pela Área de Concentração de Filosofia em Enfermagem e Saúde. Nos seminários que comecei a frequentar, buscava elementos que me servissem de subsídios para aprender a fazer uma abordagem filosófica do estudo da *família* e encontrar o referencial teórico que sustentaria minha tese. Participei de seminários sobre Tópicos avançados de Pesquisa e Família, assisti a exames de qualificação, dissertações, defesas de teses, todos relacionados a família.

Estava terminando de cursar os créditos requeridos e não encontrava a resposta para minha pergunta: *Como fazer uma estudo filosófico? Como deveria aproximar-me da família para estudá-la?* Mas já tinha a definição do referencial teórico que utilizaria para abordar o objeto de estudo de minha tese: Martin Heidegger, por sua obra “ O Ser e o Tempo”.

Falei com o professor que poderia orientar um estudo independente sobre esse filósofo e consegui ser aceita. Após a primeira entrevista com o docente, saí refletindo sobre alguns dos elementos conceituais sustentados por Heidegger que me foram apresentados e o conversado sobre meu projeto de tese, tipo de estudo a realizar e o porquê da escolha desse filósofo.

Acabara de assumir um importante desafio e sabia que teria de dar esse primeiro passo. Mas como? Não sabia explicar nesse momento. Começaria a palmilhar um caminho completamente novo e isso me motivava, pelas possibilidades de aprender

importantes elementos teóricos para minha formação profissional. Ao fim do primeiro ano, acertei um estudo específico para minha tese, levando a bibliografia indicada e algumas sugestões de como poderia trabalhar os textos de Heidegger para obter maior aproveitamento, especialmente reduzir a ansiedade e não pretender compreender tudo, nem ler assuntos que não fossem indicados para essa etapa. Assim procedi.

Com o estudo independente tive dois elementos definidos para minha tese: referencial teórico e paradigma que adotaria: interpretativo e, dentro dele, a fenomenologia. Foi um significativo avanço, pois me permitiu organizar meu estudo apoiada nesses dois pontos, o que me ajudou a diminuir os níveis de desacertos por estar trabalhando já com o que utilizaria para desenvolver meu projeto de tese e poder qualificar-me.

▪ ***Momento de desvelamento de Heidegger***

Iniciei o segundo ano da pós-graduação com um plano de trabalho pré-tese que abrangia três áreas de estudo consideradas básicas para prosseguir com a tese:

- ✓ Fenomenologia
- ✓ Heidegger
- ✓ Família

As duas primeiras me eram completamente desconhecidas, e complexas devido ao nível de abstração de seus conceitos, o que não acontecia com a família, que vinha estudando desde meu mestrado e está vinculada a minha experiência profissional. Mas mesmo assim me inquietavam muitas indagações; era o momento de ir definindo como elas orientariam minha pesquisa.

Quando iniciei minhas leituras, Heidegger era impenetrável; seu vocabulário e expressões não me permitiam captar um conceito, me pareciam tão abstratos que não encontrava elementos nem para imaginá-los. Começaram a surgir elementos que não me eram familiares e outros que conhecia, mas com significados diferentes: fenômeno, ente, ser, mundo significante, Dasein, ser-no-mundo, espacialidade, temporalidade,

compreender, interpretar, vivência, experiência, unidades de significado, variação imaginária, ôntico e ontológico, entre outros. Foram trabalhados através de estudo independente, no qual podia analisar dificuldades que surgiam à medida que avançava a análise de cada área e me aprofundava. Cada um me despertava perguntas e questionamentos que me levaram a trabalhar com duas fontes de consulta permanente:

- *Consulta de textos, publicações, produções científicas de base de dados, entre outras*, relacionadas a Heidegger e Fenomenologia. O material de estudo referente a Heidegger consistia não apenas daquele sugerido pelos especialistas, mas também os que procurei por iniciativa própria à medida que avançava neste estudo, obtidos em referências bibliográficas de livros, publicações, pesquisas. Assim me aproximei de algumas de suas produções, bibliografia (livros e teses), publicações científicas, consulta a bases de dados e trabalhos de outros autores e pesquisadores que interpretaram e aplicaram o pensamento heideggeriano em diferentes áreas do saber: filosofia, educação, psicologia, enfermagem.

De todas as leituras realizadas, a que ocupou o centro de atenção foi “O Ser e o Tempo”, do qual saía em busca de abertura de meu pensamento para atingir a compreensão de um significado e ao qual retornava quando desvelava o encoberto. Por suas referências, outras leituras contribuíram para que eu pudesse vislumbrar possíveis caminhos metodológicos, incluindo teses de enfermagem e livros sobre pesquisa fenomenológica em enfermagem e psicologia.

Assim, comecei a adentrar o campo da fenomenologia, buscando explorar e conhecer o caminho metodológico que poderia percorrer para fazer uma análise filosófica, através de bibliografia (livros e teses), análise de diferentes tipos de pesquisas fenomenológicas – implementadas como método e como filosofia – para poder detectar diferenças e características de cada uma, contatos por via eletrônica com especialistas, como os pertencentes ao Institute for Philosophical Nursing Research, da Universidade de Alberta, no Canadá; o Boston College School of Nursing, nos Estados Unidos. Desse modo, buscava encaminhar o delineamento da metodologia de estudo estribada no pensamento heideggeriano. Essa modalidade

de trabalho me permitiu adquirir segurança e confiança no manejo de conceitos e vocabulário, facilitando a análise e a elaboração da tese com elementos filosóficos, coisa que jamais fizera. Ambas as áreas estiveram sempre interligadas ao serem desenvolvidas.

Essa fase do trabalho foi autodirigida, pela necessidade de encontrar respostas – fase de pré-compreensão – aprofundando todos os assuntos nos quais não me sentia segura até que julgava tê-los compreendido e isso ocorria quando podia encontrar, ou não, coerência na compreensão dos textos trabalhados, e avançava no meu estudo. Aqueles elementos que não conseguia compreender eram levados a consulta com o professor. Foi aí que comecei a perceber a interferência que geravam meus pré-conceitos em alguns assuntos, como, por exemplo, o subjetivo e o objetivo, não me permitindo alcançar a compreensão do objeto de estudo a partir de si mesmo. Foi uma aprendizagem gradual.

- *Consulta a especialistas*: esse momento era utilizado para buscar validação das respostas que havia encontrado – fase de compreensão – gerando troca de idéias, principalmente buscando o relacionamento com a família para ir delimitando o problema de pesquisa. Neles também buscava a análise daqueles assuntos que não conseguia compreender.

Sem me dar conta, ia progressivamente avançando no caminho da *fenomenologia*, à medida que conseguia compreender alguns dos conceitos presentes na obra “O Ser e o Tempo”, no qual Heidegger (1997) foi desvelando seu pensamento. Esses conceitos foram brevemente considerados no capítulo anterior.

Com as diferentes leituras descobri que a *fenomenologia* é considerada um movimento filosófico e uma metodologia. Como filosofia, a fenomenologia se abriga no campo do ideal, puro, no plano conceptual, nela identificando-se um ramo epistemológico e outro ontológico. Como metodologia, foi caracterizada por sua preocupação em dar uma descrição pura do *fenômeno*, um retorno à experiência vivida do mundo pelo sujeito, sempre intersubjetiva e intencional. Para Heidegger (1997, § 7) em particular, a *fenomenologia* significa ter acesso ao *fenômeno* – o que se mostra por

si mesmo, o patente – ver o que se mostra, tal como se mostra por si mesmo; indica o *como* mostrar, a maneira de proceder da filosofia, e tratar o *que* deve ser tratado nessa ciência do *ser* dos entes – ontologia.

Para ele, a fenomenologia significou primariamente o conceito de um método, a partir do que especificou algumas características desse “caminho” que nos pode aproximar de desvelar a questão do *ser*. Precisou exatamente que o primeiro progresso filosófico na compreensão do problema do *ser* não está em “contar contos”, ou uma história como se o *ser* tivesse o caráter de um possível *ente* – tudo aquilo de que falamos, relativamente ao que nos conduzimos, desta ou daquela maneira, é também aquilo que somos nós mesmos e a maneira de sê-lo – fazendo uma observação: uma coisa é contar contos dos *entes*, e outra é expressar o *ser* dos entes. Daí surgiu uma das minhas indagações: Como deveria aproximar-me da família para poder apreender o *ser* da família?

Segundo o pensamento heideggeriano, o *ser* requer uma forma especial de mostrá-lo que se distingue essencialmente do descobrimento dos entes. Para ele, perguntar pelo *ser* quer dizer “*ver através de*” um ente – que é ele que pergunta – sob o ponto de vista de seu *ser*. A esse ente, que somos em cada caso nós mesmos, e que tem, entre outros traços, a “*possibilidade de ser*” de perguntar, Heidegger denominou “*ser-aí*”. Assim mesmo, especificou que o perguntar ontológico é anterior ao perguntar ôntico das ciências positivas. E também adverte que a caracterização da pergunta que interroga pelo *ser* é uma pergunta *sui generis*.

Chegar a compreender o sentido do *ser* gerou em mim diferentes momentos e estados de ânimo, imagens que surgiam buscando objetivá-lo e se misturavam, acompanhavam minhas dúvidas: onde localizo o “*ser*”? Como me dou conta de que é o “*ser da família*” e não uma manifestação do “*ser-aí da família*”? Como devo perguntar para chegar ao “*ser*”? Por causa disso, cotidianamente efetuava “exercícios” de desvelamento do *ser* do “*ser-aí*”, meu *ser*, com cada conceito que ia compreendendo. Buscava, a cada momento, desvelar o caminho que me permitira aproximar-me logo do “*ser da família*”.

Embora Heidegger não tenha falado de família, tomei licença de optar pela possibilidade de abordá-la pela característica do “ser-aí”, quando ele próprio referiu que a existência do ser humano é possível com base na sua relação com os outros “ser-aí” e com as coisas com as quais compartilha o mundo; é no mundo da família que o “ser-aí” inicia sua existência, é parte do grupo, torna possível a existência dela que promove o ser da família e também a família, a ele.

Enquanto buscava elucidar esses questionamentos, entre outros, achei que Heidegger nos advertiu de que, o perguntar mesmo tem, enquanto conduta de um ente, um diferencial “caráter de ser”, que nos movemos sempre com certa compreensão do ser de onde surge a pergunta que interroga pelo sentido do ser, sem que possamos fixar em conceitos o que o “é” significa. Mas considera que nem sequer temos noção do horizonte do qual devemos apreender e fixar o sentido. Essa compreensão do ser ele a chamou de “*termo médio*”; é *vaga*, é um *factum*. Para Heidegger, a *compreensão* do ser foi ela mesma uma “determinação do ser” do “ser-aí”, além de ser histórica, porque o ente é sempre temporal, determinado por seu passado que influi em suas possibilidades de ser (futuro). O “ser-aí” se compreende sempre a si mesmo partindo de sua *existência*, de uma possibilidade de ser ele mesmo (autêntico, próprio) ou não ele mesmo (inautêntico, impróprio).

Cada elemento que desvelava da descrição fenomenológica heideggeriana me inquietava, tratava de encontrar respostas a minhas perguntas que surgiam continuamente: Como deveria ser minha atitude, meu modo de ser autêntico, para poder desvelar o ser da família? Como deveriam ser as perguntas aos integrantes da família, para compreender seu ser? Como me daria conta de que consigo compreender o ser? Estas são perguntas próprias de quem começa a enveredar por um ramo do saber no qual o ser humano não é abordado por suas características individuais, como é minha profissão, mas por seus traços universais.

Prosseguindo na busca de encontrar clareza no pensamento de Heidegger, descobri que é inerente ao “ser-aí” não só uma compreensão do ser, mas que pode dispor de várias modalidades de *interpretação*; que busca por distintos caminhos e em

diversa medida a interpretação dos modos de ser do “ser-aí”. Para ele, só quando se tenham manifestado em grau suficiente as estruturas fundamentais do “ser-aí”, alcançaria a interpretação do “ser-aí”, sua justificação existenciária. É o que se chama de *hermenêutica* – interpretação do sentido do ser – vale dizer, permite alcançar a certeza sobre o que o fenômeno significa, captar o sentido dos fenômenos humanos (fala verbal e não-verbal). Toda compreensão implica uma interpretação. Como se manifestariam essas estruturas fundamentais do “ser-aí”, na família? Como saber que estou interpretando significados da família sem modificá-los? Como poderia alcançar essa compreensão do ser da família se o faço com base na minha própria existência? Essas e outras tantas perguntas estavam em permanente movimento, buscando uma resposta que iluminasse o modo de desvelar o fenômeno objeto de estudo, o ser da família.

Continuando nessa busca, descobri que para Heidegger (1997) a forma de acesso e de interpretação deve ser escolhida de maneira que esse ente possa mostrar-se *em si mesmo por si mesmo*, tal como é “imediate e regularmente” em sua cotidianidade “de termo médio”; quer dizer, evitar imposições e permitir-lhe que se mostre como é, espontaneamente. Esclarece o autor que na interpretação devem ser manifestadas não estruturas acidentais e arbitrárias, mas *estruturas essenciais que sejam determinantes do ser em toda forma de ser do “ser-aí” fático*. Mas Heidegger indicou que aquilo através do qual o “ser-aí” em geral compreende e interpreta, o que se diz “ser”, é o tempo como horizonte.

Como deveria ser meu olhar fenomenológico para perceber quando a família se mostra em si mesma e por si mesma? Como chegaria a desvelar o modo de ser próprio, autêntico, do ser do “ser-aí da família”?

Assim foram feitas leituras e mais leituras, seguidas de momentos de reflexão. Havia momentos em que me sentia “pairando no ar” – sem sustento conceptual consistente – acumulando perguntas que iam gerando novas buscas, que foram mobilizadoras de pensamentos, reflexões, que me permitiram construir o “caminho” para aproximar-me da família numa abordagem filosófica. Por que busquei essa

abordagem filosófica? Buscava uma *aproximação* de elementos teóricos que contribuíssem para a compreensão do “*ser*” da família, quaisquer que fossem suas diferenças, o que dependia mais de pressupostos filosóficos do que de método. Ou seja, do desvelamento das estimativas fundamentais do “*ser aí*” da família como “*ser família no mundo*”, desvelar aquilo que antes não se nos mostrava; sobre a base do conceito fenomenológico, “deixar que as coisas se mostrem”. Desse ponto, fui definindo as partes que iriam constituir a tese e os passos que seguiria.

2. Fase: Aproximação do “*ser da família*”

▪ Momento de “*Encontro com a família*”

Chegar à família, objeto de estudo, exigiu, além de analisar o referencial teórico que acompanharia minha pesquisa, ir mais a fundo no estudo da família, ao que dediquei parte de meu tempo preparatório. Desenvolvi dois estudos independentes específicos do tema, além de leitura de material bibliográfico (livros, teses) e publicações, cujas consultas me permitiram explorar as áreas que haviam sido estudadas, formas de abordagem, achados, história da família, entre outros assuntos.

De posse desse referencial teórico da família, mais o referente a Heidegger, chegava o momento de aplicar muitos dos conceitos que vinha desvelando, para definir o “*caminho*” que me permitisse atingir o propósito desta tese, fundamentalmente com base nos pensamentos de Heidegger, e com as pautas de organização do material empírico fornecido pela Orientadora.

Aqui iniciei a *coleta de dados*. Para consegui-los, desenvolvi diferentes atividades que podem ser agrupadas em duas classes: as destinadas à escolha da família e as referentes à realização das entrevistas e observação.

- *Escolha da família* – A primeira decisão que devia tomar estava relacionada com a busca da família que se transformaria em objeto de estudo (OE). Para desvelá-lo, o fenômeno “*ser da família*” deveria ser estudado com base na experiência vivida pelos integrantes de uma família.

Chegou o momento de fazer a seleção da família. Por ser uma escolha intencional, busquei uma família que tivesse determinadas características que garantissem o desenvolvimento do plano de trabalho previsto com ela:

- ✓ Abertura para a comunicação por parte da maioria de seus integrantes, para facilitar a obtenção de dados que me permitiriam explorar o fenômeno “ser da família”
 - ✓ Abertura de sua história de vida grupal e individual
 - ✓ Disponibilidade de tempo de seus integrantes para as entrevistas
 - ✓ Habilidade para comunicar-se, poder manter uma conversa fluida que lhes permitisse expressar suas idéias sem barreiras gramaticais
 - ✓ Evidência de atitudes de colaboração com o pesquisador.
- *Implementação de entrevistas e observações* – Escolhida a família, combinei o primeiro encontro para explicar-lhe os motivos da visita: buscar sua participação nesta pesquisa, explicar os objetivos do estudo e atividades que desenvolveria com seus integrantes: as entrevistas. A partir do momento que aceitaram participar, deu-se início aos trâmites para coordenar os encontros para as entrevistas.

Com as *entrevistas* buscava promover a descrição de suas experiências vividas e as que vivem em família, individual e grupalmente na vida diária, através do relato de cada membro participante.

A preparação das entrevistas seguiu algumas recomendações dadas por Rubin & Rubin (1995). Para conseguir esses relatos de vivências em família, antes de cada entrevista eram preparadas perguntas principais, abertas, para provocar respostas amplas que foram utilizadas como guias de conversação, procurando despojar-me de juízo de valores e pré-conceitos. Essas perguntas surgiram de um esquema geral de perguntas que incluía diferentes tópicos

relacionados com o propósito da pesquisa, para possibilitar as descrições das experiências cotidianas do viver em família. Foram entrevistas flexíveis, permitindo buscar-se o enriquecimento dos relatos por meio de perguntas secundárias, como foram classificadas por Rubin & Rubin (1995) – para promover a continuação do relato de um tema – obtendo maior clareza do assunto tratado.

Foram realizadas duas rodadas de entrevistas: na primeira se trabalhou com todos os assuntos básicos para esta pesquisa; na segunda rodada se buscou aprofundar descrições de algumas vivências familiares ou pessoais que na primeira rodada não haviam sido trabalhadas em profundidade e que estavam vinculadas ao propósito da tese. As perguntas, sobre as diferentes experiências cotidianas, alcançavam sua saturação quando as respostas dadas pelos diferentes integrantes da família não traziam novos elementos, e as reiteraões apareciam em diferentes momentos em cada um deles.

Para dispor do seu registro fiel, os relatos foram gravados com o consentimento da família, e depois transcritos, permitindo-me lê-los tantas vezes quantas fossem necessárias para detectar – nessa etapa – assuntos novos ou buscar ampliar ou esclarecer outros, além de poder utilizá-los noutra etapa da pesquisa, a análise de dados.

A *observação* foi o outro recurso utilizado para obter dados gerados pela linguagem não-verbal: gestos, troca de olhares, atitudes dos membros da família durante a conversação, manifestações de afeto, modos de relacionamento com outras pessoas, modos de utilizar o espaço físico. Tais dados – registrados em *notas de observações* – permitiram complementar os dados obtidos com a linguagem verbal.

Assim também foram de grande utilidade para essa fase os outros registros que realizei: o de *notas teóricas* elaboradas no momento de analisar as entrevistas realizadas, ia registrando as dificuldades ou logros que ia tendo ao trabalhar com o material empírico (entrevistas) e buscar a relação com elementos

teóricos. O registro de *notas do pesquisador* continha minhas percepções de como estava aí, comigo mesma, frente ao objeto de estudo ao qual não sabia como chegar, embora "soubesse" aonde queria chegar, mas não podia expressá-lo; desse lugar, buscava desvelar como estava desenvolvendo-se minha experiência cotidiana de pesquisadora. O outro registro, *notas metodológicas*, representava a descrição dos passos que ia desenvolvendo para desvelar o ser da família; contém valorização de entrevista (como foram formuladas as perguntas, termos que foram utilizados, manejo do silêncio etc.); também ali estão os esquemas de cada entrevista que eram preparados para orientar cada uma delas; além os ajustes que ia fazendo depois de cada entrevista, buscando superar a qualidade de cada encontro (eliminar valorizações subjetivas nas perguntas, buscar expressões claras e que permitissem fácil compreensão de cada pergunta) com perguntas novas ou aprofundando as já efetuadas.

▪ **Momento de “Desvelamento do ser do “ser-aí da família”**

Este momento indica a etapa de análise de dados da parte empírica da tese. Que caminho percorri? Não tendo encontrado, na bibliografia consultada, referências metodológicas específicas para desenvolver um trabalho pela perspectiva da filosofia fenomenológica, minha aproximação do OE não foi um processo linear nem predeterminado. As etapas que foram desenvolvidas surgiram de uma combinação de recursos.

Por momentos, esse caminhar foi intuitivo; em outros, trabalhei sobre a base de referenciais teóricos que surgiram de minhas diferentes leituras básicas – Heidegger (1997), Stein(1991) e Cupani (1986) – que me deram luz para eu refletir e compreender o método fenomenológico aplicado por Heidegger, que buscou superar o pensamento da subjetividade. Segundo Stein (1991, p. 2), esse pensamento se funda num modelo binário: velamento-desvelamento do sentido do ser que pode ser alcançado por um esforço *interpretativo* – hermenêutica – que permite alcançar a *compreensão* do sentido dos fenômenos humanos. Esse

movimento é circular (círculo hermenêutico). Cada passo dado era no sentido da possibilidade de desvelar aqueles elementos estruturais que fazem com que a família seja família – acima de toda diferença estrutural ou funcional que possa haver no cotidiano – não se confundindo com outro grupo social.

Para estabelecer uma organização básica do trabalho desenvolvido, são identificadas duas etapas, cada qual com suas características próprias: a primeira foi orientada para a análise de dados, e a outra foi centrada na busca do desvelamento de características que fazem a estrutura do “ser da família” sobre a base do descobrimento das estruturas do “ser-aí”, por inferir que, ao integrar o “ser-aí da família, o ser humano faz parte de sua estrutura fundante de seu ser porque lhe permite “ser-com”.

- *Etapa de análise de dados*

Talvez esta tenha sido a etapa que mais incerteza e desconcerto me causou, porque não conseguia convencer-me de que as ações que implementava – leitura, identificação de significados – me conduziram a descobrir essas características próprias da família em geral, ou seja, o ser da família, estruturas que todos os entes da família compartilham. Por momentos, ao interpretar as expressões dos integrantes da família, sentia que estava fazendo psicologismo (para não entrar numa análise lógica), e não compreensão através da linguagem, como diz Heidegger (1997, § 7): “*fazer patente aquilo de que ‘se fala’, na fala*”. A verdade fenomenológica, segundo Heidegger (1997), é o desvelamento fenomenológico do ser, e só é possível pelo desvelamento das estruturas do “ser-aí”.

Como deveria fazer essa leitura compreensiva para desvelar aquelas características? Quando considerava que compreendia, era verdadeiramente esse o significado que os entrevistados teriam referido? Como validar esses achados?

A *validação* dos dados obtidos nas entrevistas se realizou por:

- ✓ Ausência de contradições nos relatos de cada membro em relação aos outros relatos da família.
- ✓ Coincidência de assuntos e significados entre os integrantes da família, através de diferentes entrevistas.
- ✓ Aparição de um mesmo significado em diferentes momentos do relato do mesmo integrante.
- ✓ A concordância de análises entre pesquisadores.

A *credibilidade* dos dados se estabeleceu pela entrega das entrevistas transcritas para que suas expressões fossem revisadas – por integrantes que delas participaram – caso achassem necessário, assegurando-se de que nada teria sido acrescentado ou eliminado de seus relatos.

Que material utilizei para desenvolver essa etapa? As seis (6) entrevistas transcritas, feitas com integrantes da família selecionada, e o registro de observações feitas durante cada entrevista. Com esse material disponível comecei a desenvolver as atividades próprias de cada etapa, resumidas em cinco passos:

1. Passo – *Leitura integradora das entrevistas e organização dos textos*

Cada entrevista foi lida buscando “completar” a pré-compreensão global do material, que começara no momento de realizar as entrevistas, continuando na sua transcrição. Em cada uma dessas instâncias essa pré-compreensão era parcializada. Essa instância integradora me permitiu reviver cada momento dessa relação “ser-com” estabelecida com cada entrevistado, buscando uma pré-compreensão da vida cotidiana em família que tinha cada um dos seus membros. Vale dizer, completar a imagem do viver em família que as expressões verbais e não-verbais de cada integrante ofereceram, com o intuito de ser fiel na reprodução, evitando a interferência de meus preconceitos.

Em seguida, realizei a identificação de cada intervenção que foi ocorrendo em cada entrevista, sem outra análise valorativa.

2. Passo – *Pré-compreensão*

Quando completei o passo anterior, continuei esse processo de aproximação da compreensão heideggeriana – última etapa da pesquisa – mas até aqui não estava segura de que o conseguiria com este trabalho. Foi realizada uma leitura interpretativa de todo o texto de cada entrevista para obter uma compreensão geral, cujo conteúdo foi tomado como descrição de seu mundo cotidiano do viver em família. Prestou-se atenção aos significados contidos em cada expressão, sem buscar relacionamento entre eles nem com o referencial teórico, nem categorial, registrando-os ao lado de cada uma.

Durante esse passo, acompanhou-me o dilema de como utilizar os dados nessa etapa para não objetivá-los. Quando ia avançando na análise, sentia certa insegurança ao escrever os termos, porque não sabia se o que colocava estava representando o que os entrevistados queriam dizer, ou se estava deixando de considerar algo que era importante para eles. Nessa etapa emergem significados vinculados a sentimentos, percepções, pensamentos que cada membro expressava em relação ao seu cotidiano viver em família.

3. Passo – *Deteção de elementos temáticos e relacionamento*

Dos significados que cada entrevistado expressou em seu discurso, foram identificados elementos temáticos que chamaram minha atenção, ou por aparecer com frequência, ou por sua excepcionalidade, ou ainda por referir-se a dimensões concretas da vida em família. Além disso, essa deteção me permitiu identificar temáticas comuns entre os membros da família e aquelas só evidenciadas por filhos ou pais, que iam sendo registradas.

Para poder identificar esses elementos temáticos, confeccionei uma lista de significados detectados em todas as entrevistas, permitindo-me ter uma visualização global de todos eles. Em seguida, passei a identificar os temas com os quais se identificavam esses significados. Assim, por exemplo, surgiu a dimensão do passado vinculada a diferentes acontecimentos relatados por cada integrante, bem como a comunicação e as relações intra e extrafamiliares, entre outros.

Este passo, como o anterior, permitiu tirar elementos gramaticais e progressivamente me vi avançando sobre elementos semânticos – desvelando significados.

Uma vez analisado esse material, cada entrevista foi submetida a nova leitura, agora por outro pesquisador, para constatar se os significados e os elementos temáticos detectados eram concordantes com os significados que cada membro estava tentando mostrar.

Concluída essa validação, elaborei a maneira de integrar esses elementos temáticos e os dados observados, no capítulo “o ser-aí da família Solidariedade”, que representa minha fase de pré-compreensão dessa família. Tentei aqui mostrar o ente família, como diz Heidegger (1997), em “sua cotidianidade” de “termo médio” – modalidade ôntica. Essa análise fenomenológica do ente, segundo Stein (1991), é uma condição imprescindível para poder realizar a análise fenomenológica do ser. Com esse referencial teórico, busquei gerar um recurso para descobrir, na última etapa, as estruturas da existência da família (dimensão ontológica).

4. Passo – *Releitura das expressões significantes*

Os significados que denominei "unidade de significados da família", identificadas no passo 2, são transcritos em novo registro de três colunas: uma corresponde à mãe, outra ao pai e a outra aos filhos. Prosseguindo na exploração dessas expressões, buscava ir mais fundo na compreensão do mundo da família percebido por cada participante. Por isso, identifiquei em cada membro, através de leituras reiteradas, que geraram diferentes perguntas que estavam vinculadas a significados como, entre outros: o que é a família? Que significam os diferentes momentos da vida da família para cada um deles? Como é o mundo da família para cada membro? Como é o papel de cada um? Completada essa interpretação e compreendidas as diferenças e as coincidências entre os integrantes, decidi avançar na minha busca de aproximação ao desvelamento do "ser da família", confeccionando uma lista com elementos que surgem das "unidades de significados" para poder traçar um perfil do que é a família. Por exemplo, emergem dessa

compreensão: a família gera energia interna; é conviver com diferenças individuais; define princípios de autoridade; e assim vão emergindo elementos que passam dos cinquenta.

Uma vez completado esse trabalho de identificação de unidade de significados, realizei a sua releitura para explorar o horizonte de significações de cada membro e desvelar as possíveis “variações imaginárias” – assim denominadas pelos fenomenólogos – que se iam descobrindo quando procurava encontrar o sentido de família em cada uma das expressões significantes. Perguntas “disparadoras” me ajudaram a orientar a busca do objeto de estudo e alcançar outro nível de redução para diferenciar “feitos” e “significações”. Entre essas perguntas, surgiram as seguintes: como são os modos de comportar-se na família? Como é o relacionamento entre eles? Como “vêm” a família? Como são os vínculos afetivos? Como vivenciam a temporalidade? Como é o mundo da família? Como é a experiência de cada membro de viver em família?

Para poder chegar a minha primeira identificação de “estruturas fundamentais” (variações imaginárias) selecionei aquelas estruturas mais globalizantes, ou seja, que estavam contendo as outras estruturas fundamentais e que davam uma imagem de família. Assim surgiram treze estruturas iniciais.

5. Passo – *Extração de significados*

Pelo “jogo” da interpretação e da compreensão – o chamado *círculo hermenêutico* – que venho utilizando, busquei nesta etapa, após haver identificado “variações imaginárias” daquelas estruturas fundamentais, começar a detectar elementos que pudessem ser próprios da família, abandonando aqueles elementos que poderiam ser encontrados tanto nela como em outros grupos humanos. Com eles produzi uma lista de seis “variações imaginárias” que no início foram consideradas como possíveis elementos fundamentais que fundam a existência do “ser-aí da família” e que estavam transparecendo o fenômeno. Mas antes devia buscar validação desse processo.

Cada uma dessas estruturas significativas foram submetidas a outra análise com base nas expressões significantes que representavam a “compreensão do termo médio” de cada membro da família – trabalhadas no passo 4 – para constatar a existência de coerência entre as expressões significantes presentes em cada integrante e os possíveis elementos fundamentais do ser da família. De acordo com esse propósito, para cada uma das seis estruturas, individualizei aqueles elementos significantes que eram manifestações de cada uma das estruturas, para mostrar que essas estruturas significativas do ser de família são experimentadas pelo ente família em sua cotidianidade. Concluída a validação desse nível de compreensão, considerei que havia alcançado o nível de abstração do significado que a família quis expressar ao descrever sua cotidianidade, e estava em condições de abordar o último passo desta pesquisa.

- *Etapa de desvelamento do ser do “ser-aí da família”*

Com as estruturas significativas validadas, iniciei a última etapa do desvelamento da existência da família. Agora devia alcançar a compreensão dos significados à luz do pensamento heideggeriano, o que foi acontecendo com avanços e retrocessos.

Quando desenhei o projeto, pensava que faria esse desvelamento do “ser da família” por meio de alguns conceitos heideggerianos previamente determinados. Isso se modificou após o exame de qualificação, quando a orientadora e o co-orientador consideraram que esse critério limitaria as possibilidades do estudo, decidindo-se deixar aberto e, depois de passar o momento empírico da pesquisa, identificaria os conceitos que permitissem alcançar uma compreensão fenomenológica do ser da família: a estrutura “ser-no-mundo”. A proposta foi adotada por permitir uma abordagem integradora do fenômeno objeto do estudo.

Considerações éticas

Como enfermeira pesquisadora que trabalhou com relatos de experiências de vida de outras pessoas, assumi obrigações éticas para esta pesquisa baseadas na Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde – tendo considerado: consentimento informado por parte de cada membro da família entrevistado; garantia da liberdade de

responder por tratar-se de assuntos referentes a sua privacidade; não revelar a identidade dos participantes em nenhum documento ou publicação, usando, para tanto, nomes fictícios; informação dos objetivos do estudo que se estava desenvolvendo; informação sobre o manejo dos dados que eles forneceram; elaboração de material com o intuito de reportar da maneira mais fiel possível os significados que cada um expressou; validação do processo de compreensão e interpretação; reconhecimento de limitações teóricas pessoais.

Capítulo V – O SER AÍ DA FAMÍLIA “SOLIDARIDADE”

O propósito deste capítulo é tentar desvelar o mundo de uma família. Durante os encontros que tivemos, compartilhamos diferentes momentos de sua vida. Sem dúvida, a confiança e a segurança que sinto para explorar essa gama de dados, por ora, não é plena, especialmente quando penso que posso interpretar suas narrações de maneira diferente dos significados que eles – cada um dos integrantes da família – pretenderam dizer e significar. Li repetidas vezes cada entrevista, acompanhada pelas imagens dos momentos que representam cada um dos textos que tenho em mãos... Começo a trilhar esse caminho, buscando ser fiel a meus princípios de busca e da confiança com que eles me brindaram ao permitir-me adentrar seu mundo diário, e poder retratá-lo com eles, como me permitiram experimentá-lo.

A *família Solidariade* foi o nome que lhes dei depois de nosso primeiro encontro, devido aos significados evidenciados nas expressões verbalizadas ou não pelos integrantes, nome que se foi confirmando com o passar dos dias. Naquele dia percebi um ambiente de harmonia e calor humano entre eles, com abertura e cooperação. Era um morno entardecer de verão – 38° quando me decidi a iniciar minhas visitas à família escolhida para realizar o trabalho. Por que foi ela a escolhida? Minhas experiências de trabalho com famílias são nessa comunidade à qual pertence a Solidariade. Trata-se de povoação localizada na periferia da Capital da província de Santiago del Estero, Argentina. Durante esse tempo me foi possível conhecer várias famílias, de modo que, quando tive de determinar com qual família trabalharia, ela foi escolhida por sua simplicidade, fácil comunicação e disposição para colaborar quando se lhe demanda algo.

Aquele crepúsculo mormacento não afetava a rotina da família: reunidos pais, filhos, parentes (avó, prima, neto) e amigos ao redor de uma mesa, alguns deles preparavam comida para vender, enquanto conversavam e riam. Quando cheguei, o ar se tornava irrespirável pela elevada temperatura; a brisa se fazia esperar; o sol estava

nos últimos momentos de sua jornada; o gorjeio dos pássaros estava em seu apogeu, como se contassem as aventuras do dia que viveu cada um; os cachorros, sufocados pelo calor, dormiam por perto. Mas ali estava a família, como que indiferente a tudo aquilo, traçando projetos da viagem que fariam o pai, a filha e amigos no dia seguinte – domingo – para ver uma partida de futebol de seu time preferido, que acompanham em cada encontro, mas para isso teriam de vender de manhã a comida que estavam preparando e arranjar o dinheiro necessário à viagem. Fui ali incorporada a sua “roda” e participei daquele momento. Senti-me cômoda. Havia neles uma atitude natural, a conversação era fluida, todos participavam, enquanto os que trabalhavam avançavam em seus afazeres: preparação da comida e a distribuição de pessoas para efetuar a venda. Ao anoitecer, o trabalho já findava e eles começavam a ordenar as coisas utilizadas. Durante esse tempo todos se moviam sem perturbar o outro, pois cada qual sabia o que lhe cabia fazer; os amigos aos poucos se foram retirando; alguns parentes e filhos foram a outro lugar da casa. Foi então que pude privar de mais intimidade com os donos da casa e dois de seus filhos para iniciar minha primeira entrevista, combinada com antecedência e explicados seus objetivos. Antes de começar, pedi licença para utilizar o gravador.

A família Solidariedade²⁸, uma de tantas que povoam os bairros da cidade, humilde, é composta pelo casal – Ana e João – e seus seis filhos matrimoniais e dois filhos extramatrimoniais de Ana – Noemi, 33 anos, e Ricardo, 32 anos, que vivem em Buenos Aires com suas respectivas famílias. Só três filhos vivem com eles: dois varões – Mariano, 15 anos, e Manuel, 16 anos – são os menores e estudam no ensino médio, e a única filha do casal – Júlia, 24 anos, que deixou a universidade e atualmente trabalha. Os outros filhos têm suas respectivas famílias – Roberto, 21 anos, e Gustavo, 20 anos – não são casados, vivem uniões de fato, têm filhos, menos Luís, 23 anos, que se uniu este ano. Também faz parte dessa grande família um menino de três anos, Alberto, produto de uma relação extramatrimonial de um dos filhos da família Solidariedade. O chefe da família é o pai, com 47 anos, que trabalha como empregado no comércio de segunda a sábado, e sábado à tarde, com

²⁸ Os nomes utilizados são fictícios para resguardar a verdadeira identidade dos entrevistados.

Mariano e vizinhos, preparam alimentos com recursos que recebem de diferentes pessoas e instituições da comunidade, para dar de comer a crianças carentes do bairro. A mãe, 51 anos, dona de casa, divide seu tempo na atenção à casa, a sua família e o trabalho com a Igreja através do grupo de mães para ajudar famílias do bairro. Os filhos casados e suas respectivas famílias sempre se encontram ali nos finais de semana, pois no dizer da mãe são “muito mamãezeiros”, expressão reiterada nas diferentes visitas.

Através dessas entrevistas foram surgindo diferentes temas vinculados a suas vivências em família, cuja intimidade, no seu cotidiano viver, revela distintas facetas: encontros, alegrias, decepções, realizações, solidão, tristezas, projetos, desencontros, fé, temores, solidariedade, amizade... todos dinamicamente interagindo. Ali, em meio a essa realidade, estou tratando de aproximar-me para poder conhecê-la.

O primeiro contato foi iniciado quando Ana faz um comentário da atitude de Mariano com os filhos, reconhecendo-lhe a facilidade de relacionamento com os pequenos: “as crianças o seguem...”. Isto se deu pela presença de Alberto que chegava com sua mãe, uma jovem de 18 anos que vive na redondeza. A partir desse comentário começou a analisar as diferenças de comportamento que tem com Manuel, surgindo ali uma reflexão em voz alta sobre as atitudes e exigências que requer o papel de mãe, para ver em cada filho suas características individuais, conhecê-los e saber como estão “...*havia sido... que... ...a mãe é como psicóloga, para saber como estão... conhecê-los só num olhar, saber se estão bem, se não estão bem, eu pelo menos, vejo isso...*”. Mas, para ela, essa função também teve e tem dificuldades, como recorda: “*havia momentos em que não sabia o que fazer... procurava sempre ir falar com os pais...*”.

Enquanto ela falava, seu esposo – João – e seus dois filhos menores a escutavam atentamente, seus olhares a acompanham, trocando com o marido um sorriso que avalizava suas expressões e a história compartilhada, quando Ana reconhece que o assessoramento buscado e encontrado ajudou-a, como as conversas mantidas com seu esposo: “*sempre falávamos com ele, o assunto dos filhos...*” Suas palavras deixam transparecer aceitação da realidade, embora antes tivessem vivido momentos de dúvidas, dilemas, conflitos com as decisões que tomaram seus filhos:

“...às vezes nos questionávamos como pais, porque a gente tinha outras expectativas, porém não as nossas expectativas, mas as expectativas que eles tinham e ser...”
Decisões que começaram a surgir quando seus filhos adolescentes cursavam o ensino médio e começaram a abandoná-lo. Atingem realmente a compreensão de cada filho? Ou é uma atitude permissiva?

Das palavras de Ana vai surgindo a narração de sua história de vida em família. Por momentos se expressa acompanhada de risos, talvez reavaliando aqueles momentos que hoje, vistos à distância e com a experiência acumulada, pode fixar-se mais aos sucessos que alcançou do que aos fracassos. Havia procurado dar a seus filhos um recurso como a educação, para contar com melhores possibilidades de vida, diferente da que eles tiveram, e seus filhos maiores não a aproveitaram. “...nós dois nos sentimos frustrados, eu pelo menos um pouco frustrada, mas também, dar-lhes a oportunidade de escolher o que querem ser, se não querem estudar que procurem trabalho, que vejam de que se vão ocupar...”. As possibilidades para realizações pessoais dos filhos não fecha, abre alternativas, pode-se falar delas em família, os filhos podem decidir, porém os limites são estabelecidos pelos pais e prevêm responsabilidades a cada um. Poder manifestar-se, ser compreendido, reconhecido cada um como é no mundo familiar contribui para que a família seja ela mesma e não um simples grupo?

Retomando suas expectativas, Ana relembra: “eu dizia: ah! Quando meus filhos crescerem vão ser... vão me ajudar... e ele me dizia: ‘não te iludas, não vai ser assim’”. A vida foi mostrando-lhe que nem todos vão pelo mesmo caminho nem utilizam o mesmo mapa de rota para andar no mundo da vida, que podem por momentos encontrar-se em algum ponto e trocar coisas, ilusões, experiências, temores, dúvidas, ensinamentos, mas é impossível predizer o futuro de cada um.

Aqui João – o esposo – decide sair de sua atitude de acompanhamento para participar na conversa e dar sua opinião: “... ela me dizia sempre: ‘olha, quando meus filhos forem grandes’... e eu digo, ‘olha, eu creio que estás enganada, talvez antes, porém... hoje já não...’”; com sua voz pausada, sem inquietar-se quando relembra o passado, mas com idéias claras em sua relação com a realidade, reconhecendo-a

como ambiente no qual se tem as possibilidades de aprender a viver e onde as experiências do outro não servem nem para aprender nem para assumir responsabilidades, continua refletindo: “...quando se começa a raciocinar a gente é sempre dono de seus próprios atos, a decisão tem que ser da gente, porque quando o engano é da gente, aí aprende, quando outro me faz enganar-me, aí não vou aprender, vou continuar cometendo erros...” Esse raciocínio implica que a pessoa ao ter capacidade de pensar se auto-impõe responsabilidade? Essa auto-responsabilidade implica que cada membro desenvolva suas próprias características como ser?

Os filhos da família Solidariedade têm as possibilidades de crescer de acordo com os meios oferecidos por seus genitores ou eleger eles mesmos os próprios; segundo sua escolha, seriam definidos os modelos de relacionamento entre pais e filhos; se optassem pelo projeto de vida proposto pelos pais, a responsabilidade como que passa a ser compartilhada; caso contrário, o filho assume plena responsabilidade de vida e recebe só acompanhamento de seus pais.

Para o chefe da família, seu passado de vida é ponto de referência de sua vida atual no que se refere a comunicação pais-filhos; compara o estilo de vida familiar que ele teve – um pai de pouco diálogo, distante – com o estilo de vida que ofereceu a seus filhos: de comunicação aberta para tratar diferentes assuntos de que necessitem, sem tabus: “*eu tenho uma forma de comunicar-me, de dizer as coisas de frente e dizer o fato é assim, a realidade é assim...*” reconhecendo que seus filhos nem sempre entendem assim: “... *hoje em dia eles buscam ter suas próprias experiências para saber, a experiência da gente não serve...*”, embora ele, ao recordar sua juventude – talvez sem se dar conta – esteja reconhecendo que em sua conquista de mundo da vida, utilizou recursos semelhantes aos dos seus filhos hoje quando expressa: “...*antes havia a possibilidade de conhecer coisas que nessa idade outro moço não conhecia, de ter experiência...*” Por que essa forma diferente de ver os mesmos fatos? Será que o momento histórico de sua vida o conduz a assumir significados distintos de seu capital vivencial e experiências? Será que seu nível de responsabilidade assumida promove significações distintas do mundo?

João continua narrando sua história juvenil, tratando de mostrar como foi construindo sua vida, na qual se ligam projetos, metas, que foram sendo alcançadas nem sempre acompanhada de pleno compromisso de sua parte – especialmente em suas primeiras etapas de casamento (casado aos 20 anos) – no dizer de Ana, que interrompe seu relato: *“era sustentado pelos pais, eu vivia com meus filhos do casamento anterior, mas ele não assumia a responsabilidade que tomara, já havia a Júlia...”* Embora vivessem na casa dos pais de João, ele havia começado a construir sua própria casa antes desse relacionamento. Ele busca resgatar em seu passado aquelas coisas que possam atestar suas aspirações: *“desde menino eu dizia a meus pais: ‘no dia que me casar vou ter minha casa, vou ter isso e aquilo’... pois se a gente fixa um objetivo e luta por ele...”* mas reflete: *“naquele tempo eu era fogo, ainda..., reconhecendo suas atitudes irresponsáveis nos primeiros tempos de seu casamento.*

Sem dúvida, reconhece que recebeu apoio de seus pais em diversos momentos, como quando decidiu formar sua família, seu pai lhe disse: *“veja, filho, se gostas dela está bem, mede as conseqüências, daqui pra frente, toma tua decisão...”*. Ao mesmo tempo seu pai lhe impunha limites, em momentos de tomadas de decisão para mudar o rumo de sua vida, especialmente seu compromisso como chefe de família, como lembra Ana quando seu sogro falou a João: *“filho, arruma o puxadinho dos fundos, aí te viras com tua mulher e teus filhos... ali ele começou a saber o que é manter uma família”*, expressa Ana, ele sorri aceitando as lembranças de sua esposa – seus filhos Mariano e Manuel os escutam com atenção – e completa, tentando explicar: *“realmente, para mim era uma experiência nova...”*. Uma vivência que havia superado sua imaginação, não percebera plenamente a responsabilidade assumida naqueles momentos, o que se traduz em sua expressão: *“por mais que a gente pense em fazer algo que se quer que a mente da gente faça, mas não, às vezes a realidade se impõe.*

A noite estava presente. Os *coyuyos* começaram sua sinfonia noturna, acompanhando a cálida noite. Ali, conversando, por momentos nos esquecíamos do calor intenso que não nos dava alívio. Ana e João estavam abrindo seu mundo para mim, tranquilos, por momentos reflexivos, divertindo-se com suas próprias recordações e vivências. O mundo cotidiano e a imagem de seus pais foram para João os fortes

referenciais na etapa de formação de sua família. Talvez essa história de vida de João não fosse muito diferente do que teve de viver com seus próprios filhos, mas parece que ele não tem essa percepção.

No seu papel de pai empregou e emprega princípios de vida aprendidos no lar paterno: *“...a única idéia era criá-los dentro de minhas possibilidades, dando-lhes o melhor que pudesse, como meus pais me ensinaram... dar-lhes as condições mínimas para que as crianças pudessem desenvolver-se, estudar, dar-lhes essa possibilidade...”*, princípios que surgem misturados com sonhos de uma vida melhor para seus filhos, talvez buscando que seja diferente da sua, que os desacertos que ele teve não se repitam neles, e recorda uma de suas conversas com os filhos: *“como eu dizia a meus filhos: tive a possibilidade e não soube aproveitar... e hoje me arrependo de verdade...”*

Pela óptica de pai, sua percepção de mundo hoje é diferente da que tinha quando era jovem, solteiro; trata até de imaginar o que seus pais possam ter sentido com ele quando “desperdiçou” as oportunidades que lhe ofereceram de estudar, que o ajudaram a construir seu papel de pai e ao valorizar sua experiência cotidiana no crescimento e desenvolvimento de sua família: *“hoje me dou conta do quão ruim teria sido para meu pai e minha mãe se a gente tivesse fracassado, como hoje me sinto...”* João desenhou um modelo de vida para seus filhos, especialmente em relação a sua educação e à comunicação intrafamiliar, utilizando sua experiência de vida. Sem dúvida, ele considera que não conseguiu com que seus filhos terminassem seus estudos; as sensações que hoje vivencia, quando vai reconstruindo o caminho percorrido com seus filhos, se fazem evidentes quando comenta: *“eles não conseguiram captar a mensagem que a gente lhes passou ou não sei o que pode tê-los influenciado...”*. Não obstante, sua confiança nos filhos está intacta, valoriza o que são: *“...tenho filhos excelentes... têm suas coisas como todos os jovens...”*.

Os projetos de vida que os pais reservam para seus filhos não coincidem com os que cada um tem para si. Como são aqueles elementos que permitem construir um projeto de vida familiar e poder manter esses vínculos entre o mundo de cada membro?

Com sua forma de ser modesta, simples, João continua abrindo seu passado e mesclando-o com o presente e seus projetos, matizando-os com reflexões, autocríticas, enquanto sua esposa e seus filhos atendiam a comida que cozinhavam; sabe resgatar valores nos seus e pensa que: “...*tudo se move com base no amor, ao carinho que se lhe entrega...*” embora reconheça que foi uma pessoa muito pouco expansiva, que lhe custa fazer-lhes carinho, atitude que busca explicar resgatando suas vivências passadas da relação com seu pai: “*talvez muitas vezes meu pai não o tenha feito comigo...*”, especulando com a crença de seu pai de que se exteriorizasse seus afetos perderia autoridade. Ele não concorda com esse pensamento, pois entende que a autoridade se vai construindo na família, baseando-se no respeito e na comunicação; ademais, um recurso para ensinar os filhos a viver, eles podem decidir, independente das expectativas dos pais.

Em outro momento de sua conversa, quando começou a evocar o que ajudou a consolidar sua família, João pensa que “*houve uma coisa muito importante, ela [esposa] tem um caráter especial; eu é que sou de caráter difícil...*”; reconhece que Ana é comunicativa, facilita a convivência. Aqui, ela ri ao recordar suas experiências nas etapas iniciais de seu casamento, que não foram fáceis pela dificuldade de comunicar-se com João. Ele considera que foi possível construir uma forma de convivência superadora a partir da vinculação com a Igreja: “*aí nos damos conta de muitas coisas...*”. A Igreja os ajudou a refletir e a produzir mudanças de pensamento e a eliminar preconceitos, como narra Ana: “*no pensamento dele, mulher era para ter filhos e ficar em casa...*”.

Nesse bairro de mais de duas mil e seiscentas famílias de condições humildes, de baixa renda, com cada um construindo sua habitação de acordo com suas possibilidades econômicas, sem ajuda do governo, a Igreja tem importante influência na vida dessa comunidade, promovendo atividades sociais, educativas e espirituais. Por isso, sua mediação na vida da família Solidariedade não é uma exceção. Ana e João reconhecem que, antes de começar seu trabalho com a Igreja, já estavam trabalhando em centros comunitários até que na Igreja, recorda João: “*...começaram a nos pegar pelos nossos pontos mais fracos e começaram a integrar-nos...*”. Nesse momento, Ana

e João já estavam atravessando uma crise matrimonial muito importante: a escassa comunicação entre eles gerava as maiores dificuldades. Ana se refugiava em sua fé religiosa, o que a ajudava a ser mais tolerante. Em seu relato ela expressa: *“Deus quis que seguíssemos juntos... também cada um contribuiu com sua parte... foi quando começamos a juntar-nos, a falar, a trabalhar em reuniões do centro comunitário...”*. Com sua simplicidade de mulher que foi aprendendo a viver no cotidiano, a partir de suas próprias experiências, Ana obteve ensinamentos para não repetir fracassos já vividos, não queria chegar a um fracasso matrimonial como havia tido em sua primeira união. Decidiu mudar de atitude com seu companheiro para resolver essa crise e poder salvar sua família, obrigando João a sentar-se e falar das coisas que os estavam afetando. Enquanto recordava aqueles momentos ela ria, acompanhada pelo olhar tranqüilo de João, que acatava aquele relato com um sorriso.

Para Ana, quando começaram *“a trabalhar na igreja, nos cursilhos, ele começou a se integrar mais aos vizinhos, à família...”*. Para os dois, a vida espiritual tem grande importância para manter unida a família. Num momento de seu relato, ela expressa: *“... a igreja pede o amor e a humildade, nós seguramente continuávamos a nos amar, por isso estamos juntos... e sempre tratando de não nos afastar de Deus...”*. Na igreja encontraram o ambiente não apenas para a aprendizagem, a reflexão e conciliar vontades e esforços para seu trabalho com a comunidade, mas também para valorizar seu papel dentro da família.

João intervém para ratificar o dito pela esposa e acrescentar: *“...a Igreja é a instituição com a qual se trabalha com confiança, porque só se crê na igreja como instituição...”*. Com essa sabedoria que dá o viver cotidiano, ele reflete sobre a forma como ao vincular-se à igreja conseguiram ligar-se aos vizinhos para organizar o trabalho comunitário e agrega: *“...aqui há três coisas fundamentais: saúde, educação e espiritualidade; nesses pilares nos fixamos e temos trabalhado...”*. Assim começou a ser construída essa relação que tem importante influência na vida da família, até o dia de hoje.

Nesse caminhar por aqueles momentos vividos, surgem imagens que se mesclam, de sua vida cotidiana, seus filhos, seus netos, conquistas individuais e

familiares, dificuldades. João e Ana mantêm um diálogo fluido, narram suas vivências, cada um acompanhando o outro com silêncio, ou com um gesto de concordância, ou um sorriso gerado por aquelas recordações carregadas de sentimentos, especialmente quando se referem a seus filhos: “...*por entregar-nos tanto à Igreja, talvez a necessidade da gente como pessoa... perdemos de vista os filhos...*”, relata João. Nesse momento em que tomam consciência desse risco, eles decidem reorganizar as atividades que tinham para estar mais com seus filhos e em alguns momentos compartilhar atividades, como por exemplo, durante a construção de sua casa: “...*eles também iam lá, colaboravam, carregavam água...*”.

Essa preocupação com os filhos se mantém na atualidade, mesmo com os casados, como João comenta: “*a gente trata de apoiá-los, porque se vê... tomaram suas decisões e hoje se arrependem... são bons...*”; busca justificar essa experiência que seus filhos estavam tendo ao formar suas próprias famílias: “*são coisas que pegam da rua, são as próprias experiências que eles querem ter...*”. Ele busca explicações para esse comportamento dos filhos que, muitas vezes, com Ana, questionara sua forma de ser como pais, a partir de sua própria experiência de vida, reconhecendo o ambiente familiar como aquele que dá possibilidades de aprender o melhor, e não na rua: “...*a gente lhes ensina tudo de melhor aqui, vão pra rua para lá... como lhes digo, tenho medo das tentações que há... a gente está vendo diariamente as coisas.*”. Para Ana e João, hoje o meio extrafamiliar não oferece aos jovens possibilidades para realizar-se, como é o caso de Roberto, e João relembra partes de conversas que teve com ele: “*quando tomarem uma decisão, tomem-na por sua própria convicção, não que outros venham e influam... você considera amigo uma pessoa porque bebem juntos?... ou aquele que te ensina a fumar, não são amigos...*”. Como pais procuram estar perto deles. Nesse jogo de valores familiares e extrafamiliares, como a família consolida seu mundo de significações para si mesma?

Essa relação e cuidado que procuram oferecer a seus filhos são projetados também para as famílias que cada um vai formando, mormente quando reconhecem as limitações econômicas em que vivem, agregando-se outras situações vivenciais dos contextos familiares nos quais se integrou cada filho. No dizer de João, para Roberto as

coisas não são tão fáceis “...ele, como não trabalha, têm-no para os afazeres... ela atende a casa, cozinha para o pai, o irmão...”. Essa forma de viver não abala João, por considerar que afeta a dignidade de seu filho, pensa que a esposa de Roberto é uma jovem sem iniciativa, muito dependente dele, preferindo que o marido permaneça em casa para ajudá-la a atender as três filhas. Para João, “...é muito difícil a situação de Roberto...”. A experiência que têm com Gustavo é diferente: convivem com a família da esposa, têm dois filhos e ambos trabalham. Enquanto Júlia, quando tentou formar sua família, fracassou, era maltratada pelo companheiro, que no dizer de Ana: “...ele não a valorizava, e ela quis tirar sua vida por ele...”. Manter-se próxima ajudou a filha a modificar sua própria vida, e hoje ela tem novos projetos de realização.

A comunicação direta e contínua na família Solidariedade é a chave para suas relações intrafamiliares, baseada no respeito mútuo. No dizer de João, a mãe é mais procurada pelos filhos quando se trata de abordar algum problema, embora Ana admita que “...quando eles têm de dizer algo ao pai, dizem-lhe...” mas adverte: “sempre lhes digo para não lhe faltarem com o respeito... pode falar claro, dizer as coisas de frente,, mas se quiserem passar dos limites eu lhes ponho freio...” Sem dúvida, para João aquelas reações de seus filhos “...não o fazem com o intuito de faltar ao respeito, é uma forma de chamar atenção...”. Essas normas e limites, definidos por todos os integrantes, estão incorporados ao cotidiano dessa família, e são percebidos nos diferentes encontros em que às vezes se reuniam todos os filhos, noras, netos, acompanhando silenciosamente o que fala, respeitando a postura de cada um, participando quando o outro termina de fazê-lo, aceitar que alguém possa divergir.

Gerar, manter e fortalecer uma família demanda grandes desafios, solidariedade entre seus integrantes, dificuldades, conquistas, perseverança, de acordo com suas vivências. Ana pensa que seus filhos “... embora não tenham apanhado [da vida, porque eram protegidos pelos pais] ...eles recém agora no casamento estão apanhando... vão apanhar, eu digo: ‘quando viverem sozinhos’...”. Será esta uma das condições para ser família?

No dizer de Ana, é o trabalho que gera e fortalece independência no funcionamento da família, mas essas possibilidades melhoram quando eles estudam.

Seus filhos não conseguiram essa estabilidade laboral nem completaram seus estudos. João concorda com sua esposa: *“...eu penso que estão arrependidos de não haver terminado, pelo menos, o secundário... eu lhes digo: quando se tem vontade, tem-se que mantê-la intacta para coisas boas... se decide estudar, arranja tempo...”*. Para João essa vontade representaria capacidade de decidir, ele pensa que muitas vezes, *“...a gente desaba... tem que levantar-se e seguir andando...”*. Sua experiência assim lhe ensinou e assim conversa com seus filhos *“...nós soubemos lutar quantos anos com vocês nas costas... porque tudo que temos foi adquirido na base do sacrifício... tudo isso vocês têm de valorizar...”*.

Ana assente ao comentário de João. Ela fez parte dessa história de vida na qual houve momentos difíceis para manter a família. Falar com seus filhos sobre os problemas da família foi sempre a atitude principal e permitiu encontrar soluções de consenso. Cimentar a família foi um esforço conjunto, de cada dia, conduzido pelo casal, como reconhece Mariano, que está sentado ao lado de sua mãe, escutando atentamente a cada um deles. Quando lhe peço a sua opinião, expressa: *“...eles trabalharam para que tivéssemos tudo, se esforçaram para que não nos falte nada... cada dia se constrói, cada dia se aprendem coisas novas de cada um...”*. A individualidade, o grupo, a convivência, o cotidiano se assemelha a ingredientes que vão gerando a vida dessa família.

O trabalho na comunidade é outra das dimensões do cotidiano da família Solidariedade. João aprendeu, com seu pai, a trabalhar com os vizinhos; ele lhe ensinou e João buscou transmiti-lo a seus filhos, de acordo com seu critério *“...vocês têm de estar presentes por uma coisa ou outra, o problema deles, com o tempo... ...vai acabar afetando vocês, então tratem de solucionar as coisas para que todos estejamos nas mesmas condições...”*. Esse valor atribuído à solidariedade levou principalmente João e Ana a trabalharem com outros vizinhos para solucionar problemas de sua comunidade relacionados com saúde, educação e espirituais, tratando também de ensinar-lhes, com base em sua própria vivência, como o fazem com seus filhos. Para eles, essa aprendizagem, como outras, começa no lar, assim como o compartilhar. Ana

revela: “...insistimos com eles para que não sejam mesquinhos entre irmãos, aprendam a compartilhar, por menor que seja a coisa...”.

Para Ana, construir uma família é realmente difícil. Quando reflete sobre o tema, diz que era levada a contar suas vivências com João, quando seus filhos – hoje com famílias – lhe comunicaram a decisão de se unir; como pais sentiam necessidade de orientar cada um em relação à responsabilidade que assumiria para manter uma família, as dificuldades que iriam encontrando, de tal maneira que pudessem estar informados para tomar decisões. Ana comenta: “...penso que não há nenhuma condição básica para formar uma família...” embora João advirta os filhos “...estejam certos de que haja amor no meio... que seja amor verdadeiro...”, porque pensa que muitas vezes se confundem, vivem um mês e o amor já acaba, gerando um grave problema.

Enquanto suas vivências continuavam revelando-se, João trata de explicar como se fortalece a convivência de um casal: “...cada um deve dar-se a conhecer tal qual é, porque a convivência de duas pessoas não é fácil; o simples fato de cada um pensar diferente já é um obstáculo...”. Esses conceitos também foram falados com seus filhos.

Essa "docência doméstica" que desenvolvem João e Ana tem como centro de interesse as decisões que seus filhos adotam. Seu passado, em todo momento, é seu cenário de referência para falarem com os filhos, cada qual com diferentes demandas e necessidades: alcoolismo, desemprego, falta de casa própria, auto-estima afetada e tentativa de suicídio, entre outros, são alguns desafios cotidianos que a família Solidariedade enfrenta e tenta resolver. Basicamente através de diálogos abertos, promovem reflexão das vivências que cada um vai desenvolvendo, para encontrar soluções, respeitando suas decisões e a independência de cada família. É uma estratégia que Ana e João aplicam para ajudar seus filhos a assumir responsabilidades, como comenta João: “...quem quiser escolher uma mulher, procure um lugar para morar... posso dar-lhes uma mãozinha, mas aqui não... considero que estando com o sogro ou a mãe, acabam se desentendendo...”. Eles são sempre espectadores e respeitando os tempos de cada um.

Enquanto conversam, eles trocam olhares de apoio, de aceitação do que seu companheiro está falando, por momentos até riem de suas próprias reações, como, por exemplo, quando Ana comenta: “...*eu tomo minhas decisões e só lhe comunico, nada mais, porque se me diz não e eu tenho de ir mesmo, eu vou, porque eu sou assim...*”. Isso provoca risos em João, que comenta alegremente: “...*uma transgressora cem por cento*”. Cabe aqui indagar: O uso da liberdade cotidiana pelos integrantes da família implica maior identidade e responsabilidade do grupo?

Manter unida a família foi sempre um desafio para João e Ana, atribuindo-lhe importante papel; por seu caráter tranqüilo, João explica: “...*eles sempre voltam aqui, por um motivo ou outro, mas sempre vêm... porque ela [a mãe] é sempre a descarga... me sinto tranqüilo porque sei que ela lhes dá o carinho que eu não posso manifestar abertamente...*”. Ana confirma dizendo: “...*a mim vêm e me fazem todas as confissões... mas não somente os filhos, às vezes digo que o vizinho me escuta mais que meus filhos...*”. João acrescenta: “...*também com os casais...*”. Será que essa forma de trocar experiências com filhos, jovens e outros casais ajuda a família a reforçar sua identidade como família?

A cotidianidade da família transcorre mansamente entre as rotinas de cada integrante e aquelas compartilhadas. Cada um é o protagonista de sua própria vida. Ao terminar cada jornada é o momento para compartilhar vivências da escola, do trabalho, do lar e da rua. Habitualmente nos dias da semana Ana se mantém atenta a satisfazer as necessidades de todos os membros da família, cuida de alimentação, roupa, descanso e conforto da casa, com a colaboração de Mariano e Manuel, quando não estão na escola.

A vivência de ser família pelo olhar de outro de seus integrantes – Júlia, a filha mais velha – oferece outros elementos. Naquela tarde ela descansava. Fui recebida por sua mãe, que me acomodou perto de uma mesa. Quando Júlia chegou, Ana se retirou. Ela é uma jovem delgada, espigada, de olhar vivo, tranqüila, de fácil comunicação, trabalha no comércio. Sentamos a conversar, eu com muita curiosidade de aproximar-me de seu mundo cotidiano, como integrante da família Solidariedade.

Júlia prefere falar da família como vivência e não como significado que tem para ela; compara a família a uma “minissociedade” da qual participam distintos temperamentos e no qual cada dia “...trato pelo menos de conviver com eles... sentir-me incluída ou participe dentro de uma família. É sugar realidades e vivências que meus pais nos passam, crescer com eles, com meus irmãos, ver diferentes realidades, várias opiniões, fazer parte disso...” . Essa imagem de família vai incorporando alguns elementos novos aos expressados por seus pais. Júlia começa a esmiuçar suas reflexões: suas vivências passadas e atuais vão ligando-se para deixar a descoberto uma história de vida com muitos matizes. No dizer de Júlia, “...dentro de uma família são postos em jogo muitos valores, nos quais participam muitas opiniões e ao mesmo tempo como que te dão muitas pautas para seguir certas regras...”. Sem dúvida, isso não a impediu de desenvolver e manter sua personalidade, sua individualidade, manifestando-se “...eu trato de impor, dentro do grupo familiar, minha realidade pessoal, íntima, realidade social que tenho, trato de impor um estilo de vida com base na minha família”.

A família representa para Júlia o referencial em quase todos os âmbitos de sua vida diária, reconhecendo-se muito apegada a seu grupo familiar, embora reconheça que não pode demonstrá-lo; ela está sempre atenta aos anseios de cada integrante. Talvez isso a ajude a sentir-se integrante do grupo.

Ao retroceder à sua infância, Júlia se posiciona nos dez anos de idade, aproximadamente, quando se sentia com muita responsabilidade por seus irmãos, pela ausência dos pais que tinham muitas responsabilidades “...porque tinham obrigações, porque tinham outro tipo de tempo para nós...” embora reconheça que assumiu esse encargo por necessidade.

Já decorridos muitos anos daquelas vivências de sua infância, agora pode fazê-la presente por meio de recordações e reflexões sobre as mudanças que se produziram na dinâmica intrafamiliar. Com um misto de nostalgia, expressa: “...mudaram muito os papéis, meus irmãos já são pais, agora meus irmãos já não precisam de ninguém para atender, cuidar... são homens, pensam por si mesmos, decidem por si sós...”. Júlia adverte que aquele papel de irmã mais velha precisou adaptar-se às circunstâncias

atuais de sua família. Com relação a seus irmãos, pensa: “...tenho de acompanhar essas decisões... tratar de guiá-los o melhor possível...”. Seu lugar na família teve de conquistá-lo sozinha, sem imposição dos pais. Comenta: *hoje em dia eles mesmos [seus irmãos] sabem quem sou, sabem que em certas coisas têm de respeitar minhas normas, sugaram isso desde pequeninos...*. Ela recorda aqueles momentos em que acompanhou e ajudou seus irmãos, desvelando-se quando estavam doentes, ajudando-os a comer quando ainda não sabiam fazê-lo, ensinando-os a caminhar, entre outras atividades, que, ao tê-las ‘cumprido’, deram-lhe certa autoridade que ela hoje não admite que ignorem.

Vivências diferentes – no dizer de Júlia – têm fora do lar; ali os frutos de sua maneira de ser valorizam, sua forma de pensar, sua sinceridade, suas responsabilidades, especialmente o respeito, fundamental para ela. Desenvolve suas atividades laborais como vendedora numa empresa de venda de peças de reposição de informática, atividade muito favorecida por sua personalidade extrovertida, independente em seus pensamentos e atitudes, convincente no falar.

Tem abertura para falar de suas expectativas, de seus acertos e desacertos, de seus sofrimentos, de sua vida em família, que no seu modo de ver tem princípios que considera básicos, como: “...a solidariedade... o estar sempre presente quando te necessitam... aceitar que todos os dias aprendemos algo, que todos os dias nos equivocamos, todos os dias temos oportunidades de não voltar a cometer os mesmos erros...” Essa vida cotidiana que a família oferece a cada um de seus integrantes, possibilidades para realizar-se, participar e desfrutar da família de acordo com seus próprios valores, em Júlia é como promover a necessidade de “agarrar” tudo o que vive com sua família: “...aproveitar esse momento... aproveitar ao máximo tudo o que tenho, que são meus pais, meus irmãos... meus sobrinhos...”. A família é tudo isso para ela – princípios, regras, solidariedade, acertos, erros, sentimentos, respeito, compartilhar, lealdade, papéis demandados, imagem dos pais, entre outros fundamentos. Serão esses elementos que permitem que uma família seja família?

No mundo de Júlia, seus pais ocupam um lugar importante, têm muito significado para ela, significado que se foi construindo ao longo do tempo, tempo que lhe permitiu

compartilhar com eles diferentes vivências e experiências: *“...devo-lhes todo o respeito do mundo... devo-lhes muitíssimas coisas, desde a concepção da vida, até o momento menos imaginado que temos passado juntos... eu estive a ponto de morrer...”*; situações de vida que foram gerando sentimentos interligados, atingindo a aura de admiração e *“...um amor único”* por seus pais.

Júlia não economiza no relato de sua vida em família: resgata recordações que a levaram a vivências muito importantes – em diferentes circunstâncias – para definir sua vida e sua atitude diante dela; entre os véus que deixa cair fica a descoberto aquele momento de sua infância (8 anos) quando um integrante da família tenta abusar dela: *“...creio, uma das situações limites que me coube viver... que me marcou...”*; naquele momento ninguém acreditava no que estava ocorrendo, seus relatos de criança não mereciam crédito. O tempo foi passando, iniciava sua adolescência e suas denúncias persistiam enquanto ela sentia os efeitos desse vexame. Esses momentos foram para Júlia de muita solidão. Sentia que sua família não estava protegendo-a: *“... até que caíram na realidade...”*. Essa vivência acabou sendo superada com apoio psicológico e hoje pode dizer: *“...não me custaria o fato de dizer ‘quero viver com alguém ou quero que alguém me abrace...”*; vê a mudança e reconhece que sempre soube superar tudo sozinha, mas reconhece que muitas vezes *“... o não poder ser forte tem suas conseqüências, como a tentativa de suicídio, por exemplo...”*. Essa foi outra de suas vivências fortes; a partir desse momento, Júlia pode identificar um antes e um depois em sua vida, significou para ela *“...o despertar do sono que estava dormindo, e colocar na balança muitas coisas, equilibrar o amor perto de minha família e perto das pessoas que estavam me causando muito dano...”*

Prefere prestar mais atenção ao presente que ao futuro, embora reconheça que está preparada para o futuro pelas vivências e experiência que vem adquirindo, que a levaram a tomar decisões muito importantes em sua família, e a despertar para uma realidade que a surpreendeu, como foi o momento em que sua mãe estava para morrer, tendo de assumir responsabilidades que então a assustavam; sem dúvida, reconhece que *“...isso foi o que me fez ver muitas coisas... por isso digo que não vivo o futuro como algo... iludir-me, tenho meus planos interiores, mas agora é o momento de viver,*

viver cada minuto do que tenho e de quem tenho...” De suas expectativas também fazem parte ter sua família, ser feliz... “...é o mais importante para mim... com base nisso, formar meu próprio estilo de vida... através de todas as coisas que fui aprendendo com minha família”. Dessa escola da vida chamada família Solidariedade aprendeu que há valores que nutrem e fortalecem uma família, resgatando a confiança, a honestidade, sinceridade, trabalho, sacrifício, liberdade, afetos, comunicação, respeito, respeito pelo outro, fortalecimento dos vínculos familiares enfim, seria alguns dos valores que está disposta a promover, quando tiver sua própria família.

Na família Solidariedade – no dizer de Júlia – embora se coordenem as coisas, não faltam desencontros, afetando o estado de ânimo de seus integrantes, sentindo em alguns momentos a necessidade do auxílio de uma pessoa de fora para ajudá-la a reagir. Em situações de dificuldade a família tem sua própria dinâmica para reagir, como expressa Júlia: “...são muito poucas as oportunidades que temos tido de passar por esses momentos, geralmente discutimos os problemas, analisamos... são preocupações que podem ter solução”. Essa atitude, os integrantes da família adotam-na não apenas os membros que vivem perto dos pais, mas também com filhos que moram distante. Essa estratégia de solidariedade, explica Júlia: “... Embora não estejam presentes, nos preocupamos, de uma maneira ou outra, para que se sintam acompanhados...”, ajuda-os no funcionamento da vida cotidiana.

À medida que avançamos na conversa com Júlia, vão aparecendo novas facetas de sua vida pessoal e familiar, permitindo-me conhecer mais detalhes de sua história de vida, na qual encontramos dificuldades na sua relação com seu pai, escolhas equivocadas, desencontros: “...deixei de lado minha família e dei prioridade a outras coisas... hoje percebo... por isso aproveito ao máximo tudo...”. Júlia reflete sobre suas experiências e as resgata, porque sem elas, sua vida teria sido diferente; ajudaram-na a despertar: “...para ver, valorizar, para sentir-me necessária e que é necessária para mim, minha família, para sentir-me... parte dela...”. Reconhece que todo o vivido lhe permite valorizar seus pais e sua família, cujos pensamentos e ensinamentos guarda com carinho, embora aceite que seu pai “...nunca nos fez uma carícia a nenhum de nós, mas por um círculo vicioso porque seu pai (avô) também não

o fazia...” . Mas suas vivências lhe mostraram o que ele sente por cada um de seus filhos, principalmente por ela, como quando se encontrava em situação de risco de vida: “...ele se achegou a mim, me fez um carinho e pela primeira vez o vi chorar... me fez mudar totalmente...”. As relações intrafamiliares ajudam a consolidar a própria existência e ressignificar o próprio mundo de cada integrante?

Júlia se reconhece como uma pessoa que sempre está disposta na família, no trabalho, no seu grupo de amigos, a prestar ajuda, mas às vezes – fora da família – não encontra essa mesma disponibilidade para com ela e sente que a afeta. Em sua família, as coisas são diferentes porque cada um de seus integrantes pode trazer algo no viver diário; têm dificuldades, embora com possibilidades de participar e buscar soluções, como o fazem diariamente com sua mãe, analisam as coisas que ocorreram na família. Ela considera que na família “...cada um tem características distintas que lhes exigem ocupar um lugar...”, e as atividades que se realizam todos os dias condicionam a vida da família: seu pai e ela trabalham fora, seus dois irmãos menores estudam, e sua mãe a descreve como “...o núcleo de todo o básico, de nossas necessidades básicas... ela as cumpre, ter uma cama arrumada, a comida preparada...”. Na ausência da mãe, Júlia assume as funções domésticas utilizando igual sistema de organização das atividades cotidianas, porque pensa que “...isso me ajuda a organizar-me e para ajudar minha família ou minha casa...”.

No mundo diário de Júlia, seus sobrinhos ocupam um lugar e um significado especial. Quando se refere a eles, refaz as imagens do seu nascimento, nos momentos de doença, quando chegam invadindo a casa, talvez porque “...me apeguei muito porque... pelo fato de não ter podido ter meus dois filhos... bem, assumo que são meus sobrinhos, que são parte da minha família...”. Por momentos, os olhos de Júlia transparecem tristeza por suas perdas, suas emoções aparecem à flor da pele, conjugando-se alegria e nostalgia.

Rapidamente reage, busca evadir-se daquele momento; continuamos falando dessa família Solidarietà que diariamente, para Júlia, cada integrante a está fazendo: “...fazemos isso porque desde crianças fomos induzidos a fazê-lo, com o assunto responsabilidade dentro do nosso lar, dentro de nossas próprias coisas;

obviamente que levamos muito tempo até tomar consciência disso...". Hoje ela reconhece que essa experiência de viver em família, como eles o fizeram, deu seus frutos como poder ajudar quando algum membro está com problemas – especialmente a mãe – com quem têm forte apego todos os filhos, mesmo os que já formaram sua própria família.

A vida de Júlia transcorre dentro de suas rotinas laborais e da sua família, permitindo-lhe acumular experiências e conhecimentos que na atualidade lhe dá uma visão mais reflexiva do que acontece no seu lar, como na vida de seus irmãos casados. Ao referir-se a eles, comenta: *"...estão vivendo outro tipo de atitudes, estão tomando outras vivências que não conheciam e estão se adaptando, tratam... às vezes entram em desacordo..."*. Ela consegue compreendê-los e até justificar algumas de suas atitudes. Sem dúvida, não perde oportunidades para fazê-los refletir sobre suas novas vivências, comentando algumas das conversas que tem com eles: *"...a decisão foi de vocês, ninguém os obrigou... mas antes de respeitar tua decisão, te mostrei os prós e os contras, vocês são livres..."* Além de estabelecer limites, tenta fazer com que seus irmãos compreendam o que implica ter uma família: mudar seu ritmo de vida, respeitar a decisão do outro, compartilhar, assumir responsabilidades, sentido de pertença, vale dizer, é um novo espaço que tem suas próprias regras.

Essa possibilidade de refletir em família é transmitida por Júlia em toda sua conversação e se reafirma quando ela diz; *"...o básico que há na família é a comunicação... que suponho que em toda família deva existir, porque são diferentes caracteres que existem dentro de uma família e não se pode viver brigando..."*. Para ela, sempre se tem de buscar a harmonia, adaptar-se às exigências dos integrantes da família segundo suas necessidades e os tempos do outro.

Seu mundo vai revelando-se entre imagens de sua infância, adolescência e juventude, sem nunca desvincular-se da família. Júlia caminha em seu cotidiano buscado o encontro mais que o desencontro entre os membros da família, continua desvelando – sem perceber – o que é uma família, e em dado momento se projeta para o futuro, quando expressa: *"... gostaria de chegar com meus pais velhinhos... de uma maneira ou de outra, que continuem passando para nós seus ensinamentos... que*

continuem impondo-nos limites, regras, mesmo casados e com compromissos...” . Demonstra que não pode viver sem família quando exterioriza: *“...também me vejo de outra maneira, sem tê-los [seus pais] e ainda assim, me vejo numa família unida...”*.

É aquela família que em certos aspectos a contém, lhe determina pautas, embora Júlia reconheça que tem de conduzir-se conforme suas vivências e experiência, tratar de impor seu próprio ritmo de vida. A família Solidariedade resguarda sua privacidade, o que não se dá com as pessoas de fora da família, sua experiência lhe indica, no dizer de Júlia, *“...que o único interesse que tinham era o saber e não o tratar de entender...”* , motivo que os levou a buscar resolver seus problemas no âmbito familiar; *“... deliberar entre todos e ver como se pode chegar e de que maneira...”*. Assim, sua família foi desenvolvendo sua própria dinâmica para superar suas dificuldades e resolver problemas, oferecendo uma imagem para os de fora, na qual *“... se vê um grupo familiar aberto... com pessoas que sabem o que querem... e confiam...”*.

Júlia reflete: *“...nós somos mais importantes como família que individualmente...”*, embora não deixe de reconhecer que é um grupo homogêneo, com pessoas muito individualistas mas que acima de tudo prima pela unidade e *“... isso é o que vêem os de fora...”*. Essa atitude de pessoas extrafamiliares significa para Júlia reconhecimento e satisfação pelo que faz sua família e se orgulha disso.

O presente é muito forte na vida de Júlia, que sem dúvida não deixa de reconhecer que *“...quando tenho de tomar uma decisão penso mais no que me convém hoje, no que teria sido antes e no que seria mais adiante...”* Para ela, esse é um jogo inconsciente, mas foi o passado que a ensinou a viver assim.

Em cada encontro que tenho com integrantes da família Solidariedade, vou-me aprofundando em seu conhecimento, sua imagem de família vai refletindo-se em cada um deles e também em seu ambiente. O ambiente físico do lar da família Solidariedade merece um breve comentário: suas dependências e objetos refletem aspectos da personalidade daqueles que o habitam e reforçam suas expressões. Permitem-me conhecer-lhe algo mais, detectar algumas rotinas que fazem o cotidiano de seus integrantes. Ao ingressar na casa, o primeiro ambiente que encontro é a copa-cozinha,

o mais utilizado diariamente, no qual se desenvolvem as atividades sociais da família – desjejum, refeições, ver televisão, escutar música, receber visitas, tomar chimarrão (infusão de erva mate, açúcar e água quente). Entre os móveis, destaca-se uma grande mesa ao redor da qual se sentam para as refeições e também para conversar entre si e ou quando chega alguma visita – como é o meu caso. Diante da mesa há um grande televisor que é ligado enquanto eles comem, ou em momentos de descanso. Mais adiante, em outro extremo da peça se encontra um equipamento de som e uma mesa que é utilizada para estudar, é o cantinho do estudo. Saindo da copa-cozinha, em sua parte posterior, o setor de dormitórios e banheiro e um amplo pátio onde se reúnem nas tardes de verão.

A vida social dentro da família é a atividade mais característica, na qual “tomar chimarrão” se converte no acontecimento catalisador do cotidiano familiar; podem sentar-se e fazê-lo a qualquer hora do dia, duas ou mais pessoas. Sempre há um amigo ou vizinho, de visita. Compartilhar um chimarrão na família Solidarietà representa um vínculo de afeto, comunicação, descanso, compartilhar o tempo, sendo para o visitante um símbolo de abertura, de amizade. Enquanto se toma chimarrão se vão alinhavando conversações nas quais se comentam as ocorrências do dia, o cotidiano de cada integrante, analisando um problema, buscando soluções, fazendo projetos, trocando idéias, conselhos. Quando se chega a casa sempre alguém está “mateando”, e se não o estão, imediatamente se inicia a preparação da erva, com a qual a conversa começa a fluir mais facilmente.

Assim, a cada visita – em meio ao mate – por momentos surgem elementos novos que vão enriquecendo essa história de vida partilhada; em outros momentos se reafirmam elementos que seus membros percebem como básicos na existência da família. Cada um vai desvelando valores que foram sendo construídos a partir de suas vivências e experiências compartilhadas, alguns, produto de sua relação com a Igreja que os ajudou a relacionar-se com sua realidade cotidiana. As expressões de Ana, em especial são as que mais evidenciam a forma como essa instituição influenciou: “...*poder dialogar com os filhos, poder encaminhar nossos filhos para que encontrem o caminho como pessoas, sobretudo ensiná-los a não ter rancor nem ódio, mas ao contrário,*

ajudar no que puder, ser unidos entre irmãos, não roubar, não brigar... respeitar os mais velhos e claro, o estudo...". Para a família Solidariedade, o estudo é um dos valores principais, como fica evidente quando Ana explica: *"...com o estudo se projetam como pessoas, asseguram o futuro de sua família... que tenham mais bem-estar..."*. (O estudo ajuda a ser si mesmo?)

A preocupação evidenciada pelo desenvolvimento de seus integrantes como parte da família é também extensiva como membros de uma sociedade, embora Ana reconheça que a decisão de adotar os ensinamentos é de cada um: *"...a gente aconselha as coisas boas... fica ao critério deles se acatam ou não..."*. Sobre o comportamento que possam ter fora de casa ela não se arrisca a emitir opinião *"...da porta da casa para fora não sei o que meus filhos fazem..."*. Mas Ana sabe de seus ensinamentos de *"...não roubar, não brigar... respeitar os mais velhos..."*, e confia que sejam aproveitados.

No novo encontro na casa de Ana, aquela tarde de sábado, estávamos as duas conversando em companhia de Mariano, quando chegaram Roberto e Gustavo com suas respectivas esposas e filhos. Habitualmente eles vêm visitar sua família ao entardecer de sábados, e domingos para compartilhar o almoço. Aquela tarde de outono era calma, convidava ao descanso de uma semana de trabalho, conquistas e dificuldades. Esses são os momentos em que os integrantes da família Solidariedade extensa utiliza para partilhar suas experiências cotidianas, em que não falta o humor, as brincadeiras, enquanto compartilham um mate ou um prato de comida.

Roberto e Gustavo são de caráter afetuoso, de fácil comunicação, se integraram ao grupo a conversar. Convidados a participar da entrevista, aceitaram, aproximando-se ao canto da mesa onde me encontrava com Ana. Suas esposas ficaram sentadas no outro extremo da mesa com os filhos. Reorganizei a conversação para incorporá-los e expliquei brevemente os motivos de minha estada ali; eles, com atitude de colaboração e respeito pelo trabalho que realizava, começaram a participar, respondendo a cada uma das minhas indagações que lhes ia colocando em relação a suas vivências de família e ao significado que para eles tem a família.

Cada um expressa seus pensamentos, sem inibições pela presença do outro, buscando explicar a importância que cada um atribui à família. Mariano disse: “...*na família se aprende a conhecer-se uns aos outros... também te ensinam os pais...*”. Já para Gustavo, a família é o ambiente onde “...*se aprendem muitas coisas, ...além de aprender coisas boas se aprendem coisas ruins...*” Este último me chocou; pela primeira vez ouvia diretamente de um integrante o reconhecimento de que na família se aprendem “*coisas ruins*”, embora nos fatos se possam encontrar situações da família que podem ou não incidir negativamente em seus integrantes. Gustavo continua falando e busca explicar esse ponto: “... *dentro da família... fora mais que dentro... às vezes a gente discute... estamos chateados, não nos falamos... e, bem, ocorre um montão de coisas...*”: Sem dúvida, resgata e dá ênfase a esse montão de coisas que significam para ele: conversar, compartilhar coisas, segredos, jogos, onde cada um pode falar sobre o que lhe sucede: “...*com isso de desabafar... dentro de tudo, se aprendem mais coisas boas que ruins... se aprende a compartilhar...*”

Para eles, esse compartilhar não está centrado em elementos materiais, mas se dirige a valores pessoais que podem ser aprendidos e desenvolvidos no ambiente da família. Assim, para Roberto na família se pode “...*compartilhar os maus e bons momentos que a gente passa...*”, o que implica tratar-se de ambiente de reconhecida confiança para falar dos problemas, poder ser escutado, receber ensinamentos, recomendações “...*e, bem, a gente dali pensa...*”. A simplicidade de suas respostas para expressar seus pensamentos é fortalecida por suas atitudes, acompanhadas pelo silêncio e o olhar de seus irmãos enquanto falava. Roberto reconhece que é a sua família que recorre primeiro quando tem um problema e requer um conselho, e é – no dizer de Ana e João – o filho que mais apoio demanda, pelas dificuldades que tem em sua vida cotidiana: vive com a família de sua esposa, não tem trabalho permanente. Essas experiências, nessa nova etapa de vida, fazem-no sentir-se mal por momentos. É um jovem que passa uma imagem de humildade, que demanda proteção; é aquele que a cada entardecer ou em outro momento do dia chega-se ao lar materno para conversar com a mãe, é o que traz recortes de sua infância enquanto se desenvolve

essa conversação, aquele menino que não dormia enquanto a mãe não se aproximasse da cama para dar-lhe um beijo.

Embora na família se possa falar de todos os assuntos, nem sempre Roberto fala de seus problemas quando acontecem, prefere contá-los depois. Talvez buscando reiterar vivências adquiridas com seus pais, Roberto comenta: “...*nossos pais nos contam de vez em quando, o que se passa com eles...*”. Sente que como filho pode contribuir para resolver alguns problemas, mas explica: “...*não gostaria, por exemplo, que papai passasse por maus momentos... de saúde ou mal economicamente, me faz mal, que eu podendo ajudar não possa ajudá-lo...*”. Sensível e vulnerável, inquieta-se o simples imaginar uma possibilidade em que ele não possa contribuir para a tranqüilidade de seus pais, fica em silêncio como se buscasse interromper essa imagem.

Gustavo, que seguia atentamente o que falava seu irmão, nesse momento intervém, se mostra mais seguro, mais independente, é de conversa mais fluida; sua opinião é igual, nessa atitude protetora com seus pais, embora pense que a ajuda que pode oferecer como filho é limitada, pois considera “...*eles são grandes, já têm uma vida feita...*”. Mas pensa que eles, como filhos, devem evitar passar pelo mesmo “...*acontece também que a gente mesmo deve evitar isso, que não passe pelo mesmo que eles, passar um pouco melhor...*”. De suas vivências e experiências, Gustavo não deixa de valorizar aqueles momentos em família: “...*muitas vezes a gente passou maus momentos aqui, e todos compartilhamos esses maus momentos...*”. Essa atitude solidária não é só o que Gustavo reconhece na família Solidariedade, família que sempre foi humilde e sensível, disposta a ajudar seus integrantes quando eles dela necessitam. Hoje com sua própria família, ele pode expressar: “...*a diferença que temos encontrado... tanto dentro de casa como fora, além dos conselhos que eles nos dão... mas às vezes depende diretamente de nós, como diz ela [sua mãe] ela nos deu o exemplo...*” .

Um modelo de vida em família que impregnou com seus princípios cada um de seus membros, para projetar-se em cada história de vida pessoal “...*tenho um filho, uma filhinha, seja como seja, eu os estou criando... como faziam eles [seus pais] como*

eu presenciei...”. Cabe aqui uma pergunta: As vivências e experiências pessoais passadas são mais significativas que aquelas que pode desenvolver agora em sua própria família? Como se gera o ser mesmo na nova família?

Por momentos, Roberto e Gustavo parecem haver combinado os termos e conceitos utilizados em nossa conversa, mais ainda quando expressam suas opiniões referentes a situações, atitudes, atividades dentro da família que julgam indispensáveis para manter uma família, atribuindo ao diálogo e ao entendimento um lugar de destaque. Porém, cada um deles o faz com matizes diferentes: Gustavo reflete partindo de uma expectativa pessoal prática “...quando dialogo... eu pelo menos, com papai e mamãe, eu sei que eles me entendem, porque eles têm seus anos, eu recém estou começando a vida... e eles me aconselham o que é o bom e o que é o mau...”, resgatando dentro dessa relação, o respeito com outra pessoa – pais, irmãos – para manter os vínculos familiares. Já Roberto, que geralmente pensa em termos mais de grupo familiar, e para quem os afetos desempenham importante papel, explica: “...Para mim o fundamental é o diálogo e o entendimento, que haja relação entre todos, que haja amor, que haja carinho... sem esses elementos não é uma família...”. Ele pensa que dialogando se evita o rancor e com isso a destruição da família “...com o rancor vem o remorso de todos... e aí se destrói a família, por isso digo que para mim é fundamental o carinho, o amor, o diálogo, a vontade que há na família...”. Assim, com seu falar pausado e seguro de expressar suas convicções, Roberto traz um elemento novo, nesse processo de desvelar seus pensamentos com relação a como manter a dinâmica intrafamiliar: a vontade de ser família.

Enquanto seu filhos falam, Ana está atenta; por momentos seu semblante transparece complacência e adesão às reflexões de seus filhos, produto de seu viver em família. Continuamos conversando, enquanto as crianças – os netos – brincam ao redor de nós sem interferir; suas mães nos acompanham em silêncio, atentas a nossa conversação, mas sem deixar de prestar atenção aos filhos – o menorzinho mama. Essa imagem da família Solidariedade não parece forçada; o respeito por cada integrante vai evidenciando-se nas atitudes que têm; nenhum tenta interromper, mesmo quando Roberto e Gustavo chegaram de visita com suas respectivas famílias.

Em certos momentos me sentia invadindo a privacidade da família, mas não podia desperdiçar esse encontro com eles. Caía a tarde. Ana intervém para reafirmar as expressões de seus filhos: *“...penso que sobretudo o amor tem de reinar em uma família... a união, o compartilhar, também entre nós, o casal... que eles vejam que o casamento é sólido, sincero, eles sempre estão vendo isso, que esse amor sempre existe... assim como queremos bem a eles, queremos bem a nós [casal] também...”*. Promover o exemplo e ensinar aos filhos o desafio cotidiano que ela não descuida, o exemplo é a ferramenta que utiliza, na intenção de que seja útil aos filhos com suas famílias *“...que eles sejam unidos... pelo menos que a família deles seja como nós, principalmente a sinceridade... que tratem de se falar...”*.

Reflexões que surgem de sua própria experiência de vida, que vêm de sua infância, quando Ana recorda que havia sido abandonada por sua mãe, separando-se de seus irmãos. Aqui se interrompem suas recordações com um pranto silencioso, lágrimas brotavam lentamente e caíam por seu rosto, contendo essa dor, talvez frustrações, angústia, impotência... lágrimas que representam uma síntese de sensações e sentimentos; busca controlar esse transbordamento emocional, enquanto seus filhos a acompanham em silêncio com seus olhares.

Trato de neutralizar esse momento, mantendo silêncio e mudando de assunto, para logo retomar o diálogo com os jovens, explorando suas sensações de fazerem parte de uma família. Roberto e Gustavo imediatamente se localizam no momento em que eles saíram da casa paterna para fazer parte de outra família. Roberto sentiu diferenças quando integrou outra família; para ele sua família é o mais importante, sente que tem *“...uns pais e irmãos que são bons... te recomendam o bem, e o mal que não tens de fazer...”*. A sensação de proteção e pertença que esse jovem vivencia de sua família de origem é forte, é seu referencial em cada momento de sua vida diária.

Já Gustavo, que também não foi indiferente a essas sensações, expressa-as com base em suas vivências dentro de sua nova família: *“...nos primeiros dias, nos primeiros meses, estranhava um montão... não mudou a minha forma de ser, mas mudou minha forma de viver... mudanças que mesmo não querendo tenho de fazer... sinto muitas diferenças em comparação com outro, com outra família...”*. Para ele, sua

família de origem tem valores que a identificam: “...*me sinto bem, sabendo que uma família unida, boa... meus pais nunca quiseram fazer coisas más... ensinando-me coisas boas...*”. Não é aquele Gustavo que há três anos comunica a seus pais a decisão de abandonar os estudos secundários para ligar-se em união de fato com sua noiva, quando seus pais tentam fazê-lo refletir sobre as responsabilidades que estava assumindo sem os devidos recursos necessários – estudos completos, trabalho, casa – para enfrentar esse desafio; hoje, sim pode perceber os valores de sua família.

Gustavo e Roberto não são muito favoráveis a que pessoas de fora participem da dinâmica interna da família. Gustavo pensa que “...*às vezes servem conselhos de fora... às vezes serve muito, às vezes não faz falta que venha outro de fora e nos diga o que devemos fazer, como temos de viver em família. Serve de muito o que pode opinar o de fora...*”. Para Roberto é fundamental sua família; a seu critério não necessita da participação de outra pessoa externa: “...*sim, aqui todos falamos nos vamos entender e ver como solucionar o problema que temos [dele, ou de um irmão ou da família] isso é o que tem que ver...*”. Cada membro da família Solidariedade preserva a privacidade do grupo familiar e histórias de vida pessoais que são resguardadas pelo segredo, compromisso que cada um assume buscando proteger a família da intromissão de pessoas externas ao grupo. Esse cuidado do mundo familiar permitirá preservar o ser mesmo da família?

Mas essa família não busca só ajudar os seus integrantes nos momentos de dificuldades; também o faz oferecendo um ambiente de descanso, descontração, onde possam sentir-se melhor, assim como expressa Gustavo: “...*penso que sempre que chegares a esta casa não vais encontrar caras sérias, sempre se está rindo... quase nunca se está de mau humor... sempre há bom humor... eu venho aqui e me relaxo um montão...*”. Esse é um ambiente do qual talvez se possa falar como um oásis de afetos, que se vem construindo desde as mais remotas lembranças de Gustavo e Roberto, que conseguem lembrar e comparar. Roberto visualiza a família como o lugar onde se esquece de todos os problemas, e reflete: “...*comparo a família com a família que tenho atualmente, te acompanham, te beijam... eu se não dava um beijo na mamãe não ia*

dormir... assim a minha menorzinha se não a faço dormir, não dorme...". Para ele, é a família solidariedade que o faz sentir-se ele mesmo?

O passado é permanentemente retomado, seus efeitos são percebidos pelos membros da família; quando o recuperam não o fazem renegando-o, mas com entusiasmo, embora Ana se manifeste seletiva com seu passado: *"...tratei de não passar aos meus filhos os maus momentos... o meu passado não influi em nada... procuro sempre deixar o anterior e fazer coisas mais para a frente, que voltar para trás..."*. Com essa atitude de filtro, busca selecionar as experiências a dividir com a família, embora ela por momentos tenha utilizado aquelas experiências "más" para ensinar a seus filhos.

A percepção que Gustavo tem do passado é diferente: *"...às vezes a gente pensa no passado, que há passado e... às vezes serve para a gente seguir adiante... às vezes, como diz mamãe, 'não influi nas coisas'... mas também não deixo de pensar..."*. Para ele, recuperar do passado os bons momentos vividos lhe dá ânimo para viver, embora reconheça que pensar nos maus momentos passados lhe dá ânimo para trabalhar. Será para não repeti-los?

Roberto, que estava de pé próximo a seu irmão, retoma a conversação; ele se localiza diante do passado em outro plano. Fiel a sua sensibilidade e adesão à família, reflete: *"...do passado... eu pelo menos, aprendi e vi como se forma uma família, como se a compõe, como se deve fazer para levá-la em frente... como se deve fazer para seguir lutando, que não se deve ficar para trás, que os maus momentos [econômicos] que passamos a gente deve esquecer..."*.

A imagem de família como ambiente de aprendizagem de seus membros continua acrescentando-se com os recursos do passado. Que significado é atribuído ao futuro? Para Gustavo, o futuro se vai construindo dia a dia, enquanto para Ana está centrado na vida de seus filhos *"...ver como não podem, não têm trabalho garantido... porque eu, graças a Deus, não necessito... já temos um bem-estar... mas a mim, o que nunca me sai do pensamento são eles [filhos], que já têm sua família, ou estão tentando ter sua família e tenham de passar talvez pior do que o que nós passamos..."*

na melhor das hipóteses, isso leva a preocupar-me...". Sente que passou seu momento de poder trabalhar e ajudar economicamente seus filhos; recorda que quando tentou trabalhar, pôde fazê-lo só por três meses e adoeceu. Depois, essa experiência não se repetiu, limitando-se assim as possibilidades de oferecer apoio econômico, tanto aos filhos que vivem perto como aos que vivem longe dela.

Não obstante essa situação, Ana considera que para sua vida é importante a presença de seus netos e filhos, que adquirem significado especial, reconhecendo que é exagerado seu sentimento de mãe. Ri de suas próprias expressões enquanto enfatiza a intensidade de seus afetos e procura deixar estabelecido que a intensidade do amor de mãe é diferente da intensidade do amor de esposa, o que seu esposo não aceita. Na dinâmica dessas diferenças se desenvolve a vida da família de Ana, para quem uma família é *"...a união de dois seres, casal, dali vão sair os filhos, a gente começa a caminhar e aprender enquanto os filhos vão se criando..."*. Reconhece que nesse andar foi aprendendo muitas coisas que se foram convertendo em conselhos para seus filhos: *"...de ensinar-lhes o melhor que se pode, o melhor exemplo..."*. Enquanto continua falando, adverte: *"...a família se faz a dois... e comunicando-se, ser sincero, falar..."*. Embora seu passado não lhe tenha sido favorável, haver sido abandonada na infância, pensa que pela proteção divina amadureceu dessa forma. Recorda ter passado sozinha, sem informação, importantes experiências de vida, como a primeira menstruação, o nascimento de seus dois primeiros filhos, o abandono de seu primeiro marido. Assim foi acumulando experiências e reflete: *"...esse ir na vida te faz entender muitas coisas, faz com que a gente se instrua, faz com que leia, te faz aprender na vida, começar a relacionar-se com gente, que um ensina ou aconselha..."*. Haver percorrido esse caminho e ter hoje sua família dá-lhe um orgulho, que exterioriza em seu sorriso, sua voz pausada e carregada de afeto, sem censuras, buscando sempre *"...seguir em frente... colocar os problemas sobre os ombros..."*.

O abandono que Ana sofreu de sua mãe em criança levou-a a viver com outra família. Ali foi localizada por sua tia – irmã de sua mãe – com quem mantinha contato, recebia notícias de sua mãe, que vivia no interior da província, e assim soube que estava novamente ligada a alguém que não sabia de sua existência. Buscando evitar

problemas com seu companheiro, a mãe de Ana preferia não ter notícia da filha. Foi passando o tempo até que um dia sua tia teve um acidente e foi internada num hospital da Capital; veio sua mãe para cuidar dela [tia] e ali começou sua relação: *“sempre tentei aproximar-me dela...”*. Hoje essa relação continua; sua mãe separou-se do esposo, que morreu anos depois. Ana reconhece que nunca falaram de seu abandono; percebe que essa experiência não a afetou em nada, mas adverte que sua mãe *“...sente mais saudade deles [seus dois irmãos, uma mulher e um varão, ambos casados] que de nós”*, embora esclareça que sua mãe tenta hoje fazer coisas por ela que não fez quando ela era pequena. Promove uma relação independente com sua mãe, sem que sua mãe se sinta com obrigações para com ela. Não obstante, Ana tem uma atitude protetora. De seus irmãos, expressa *“...para mim, como irmãos eles não me atraem...”*, dizendo que não está de acordo com a atenção que dispensam a sua mãe, percebendo que ela procura estar mais com aqueles filhos que vivem noutra província.

Essa experiência marcou muito fortemente a vida de Ana. Muitas de suas ações e decisões quando seus filhos eram pequenos eram sustentadas pela idéia de que não enfrentassem os mesmos percalços que ela – na sua infância – teve de atravessar.

O viver diário de Ana gira predominantemente em torno da atenção a sua família: suas responsabilidades de dona de casa e mãe absorvem seu tempo, advertindo que o tempo destinado a seu companheiro *“...nós o perdemos... talvez já não dialoguemos como casal...”*. Isso a preocupa, tenta fazer uma retrospectiva de sua relação com João, buscando encontrar o motivo ou os motivos que geraram esse distanciamento *“...antes nós sabíamos falar as coisas, chegávamos sempre a um acordo... perdeu-se o diálogo entre os dois...”*. Não aceita a possibilidade de perder o diálogo; para ela, não existem motivos. Agora percebe que essa situação não é nova, e em honra ao passado que resgata, ensaia diferentes alternativas de resolução para conseguir a reconciliação. Reconhece que sempre tinha sido ela que iniciava o diálogo quando tinham alguma dificuldade; agora diz: *“...espero que ele dê um passo...”*. Atualmente Ana busca ajuda na Igreja; o desafio é achar a forma mais acertada para conversar com seu esposo; o apoio espiritual lhe dá confiança, reforçando suas recordações da relação com João, a

imagem do início do casal, as mudanças que foi tendo como produto de seus diálogos permanentes. Enquanto Ana recupera o passado, tenta identificar possíveis situações geradoras de conflito. Mas ela reconhece que em sua casa não podem falar por não ter privacidade, mesmo tendo uma casa com dependências suficientes para todos os seus membros; seus filhos entram no quarto quando estão descansando. “...eles entram, e se têm necessidade de falar-nos, falam... já é costume deles, e não vão perder o costume...”.

Ana e João criaram, organizaram e fortaleceram a família Solidariedade, atravessando diferentes etapas na sua evolução. O relato dos integrantes permite identificar três fases, cada uma com características próprias. O começo foi marcado pelos desencontros do casal: experiências de vida diferentes, papéis não assumidos, elementos extrafamiliares que interferiam na família como a excessiva vida social de João, escassa comunicação intrafamiliar, sentimentos de solidão e temor de perdas, foram algumas das vivências que eles tiveram de enfrentar na primeira fase. Ana recorda “...quando recém nos juntamos... ele saía muito... até que um dia eu disse: aqui falo eu, e começou a compor-se... depois mudou um montão...”. A atitude de seu sogro também ajudou a superar essa fase. Foi o período do conhecimento mútuo e da adaptação.

Na segunda fase, eles reconhecem que as dificuldades que atravessaram no início de seu relacionamento ajudou-os a revalorizar o que tinham dentro de sua própria família. Predominando uma comunicação mais fluida entre os integrantes, os afetos fortalecidos, solidariedade, reflexão, a Igreja orientando a vida cotidiana, os filhos crescendo, o casal fortalecendo-se, a vida cotidiana vai matizando-se com as problemáticas próprias da convivência com adolescentes e crianças, responsabilidades assumidas, exemplo de vida como modelo de educação para os filhos, projetos de vida e uma busca permanente de consolidação da família. Na visão de Ana, João foi mudando ao “...fazê-lo ver que tem uma família, que tem filhos, que tem responsabilidade... nós nos fazíamos tempo, por aí eu ia ao centro, íamos à confeitaria e conversávamos os problemas dos filhos...”. Foi a etapa de socialização dos filhos e consolidação da família, na qual os momentos do casal eram buscados e desfrutados.

Tudo faz parte do passado. Hoje são nostalgia muitas daquelas vivências, embora a família Solidariedade esteja vivendo outra etapa de sua vida porque agora existem novos integrantes da família – noras e netos – que dão uma nova imagem à paisagem familiar, onde vozinhas e brincadeiras se intercalam com as vozes dos adultos e jovens, que por momentos compartilham suas façanhas. As crianças rompem a monotonia do mundo dos mais velhos, revigorando aquele mundo carregado de obrigações, projetos, preocupações, decepções e que, em meio àquilo tudo, a família busca recriar um ambiente no qual todos possam encontrar o espaço de relaxamento, do riso, da cumplicidade para surpreender o outro com uma travessura, para falar das dificuldades, para compartilhar uma conquista, para desfrutar no dia-a-dia a gratidão de estarem juntos.

Atualmente Ana faz parte de um movimento da Igreja que integra casais – ela vai só – que têm problemas, compartilhando com eles retiros espirituais. Busca explicar a ausência de João “...*ele sim, já fez cursilhos, mas pouco lhe atraem essas coisas...*”. Mas ela não perde a expectativa de mudança, continua trabalhando para que ele encontre o caminho que a ajude a resolver os desencontros com João, de quem resgata algumas qualidades: “...*é uma pessoa boa... nunca me maltratou...*”. Não centra sua atenção apenas no esposo, seus filhos também lhe ocupam a atenção e têm um espaço em suas preces e abriga suas esperanças “...*tudo isso que faço, retiro [espiritual]... servir a Deus... ofereço a meus filhos para que Deus os encaminhe e para que voltem à Igreja, colaborem...*”. Com um tom de nostalgia e buscando que aquelas imagens se repitam, aquelas crianças que trabalhavam com os pais para construir a casa, aqueles meninos que lhes alcançavam água de uma quadra de distância, no entanto agora “...*nenhum tem entusiasmo para fazer nada...*”. Suas esperanças não se perdem, por isso continua trabalhando por sua família “...*essa vai ser minha luta... alguma coisa vou conseguir...*”. Ana sorri, como se reforçasse sua autoconfiança e esperança em seus filhos, valorizando suas conquistas e atitudes “...*só o fato de terem tido uma educação e que a gente lhes tenha dado carinho, formaram sua família... tornaram-se responsáveis por seus atos, e isso é uma satisfação para a gente...*”.

Nenhuma das perguntas que lhe fazia ficava sem resposta; Ana parecia ter tudo claro e sob controle, recordando até com detalhe cada momento da história de vida de sua família. Mas indagada sobre o que faria e o que não faria se tivesse de organizar de novo sua família – de acordo com a experiência que adquiriu – se surpreendeu “...*sabe que nunca me fiz essa pergunta?...*”. Essa reflexão levou-a a mobilizar imagens em sua memória, misturando-as com instantes de angústia que alguma dessas recordações lhe causava, fala de seus filhos, recordando Ricardo e Noemi – de seu primeiro casamento. Aqui Ana se expressa “...*se soubesse que eles iam ter tanto ressentimento de João quando formalizei nosso relacionamento, talvez não buscasse esse casamento...*”. Quando se uniu a ela, João não aceitava seus dois filhos, mas progressivamente esse relacionamento foi melhorando; seus filhos ocupam o centro de sua vida “...*para mim, são meus filhos antes de tudo...*”. A relação que construiu com João, com dificuldades e distanciamentos, alcançou estabilidade sobre a base do respeito mútuo.

Como se buscasse fazer um balanço para resgatar mais conquistas do que infortúnios de sua família, expressa: “...*estou orgulhosa de meus filhos... apesar de que a gente quisesse vê-los com estudo... de toda maneira me sinto bem... a sua maneira, mas vivem, e sobretudo não deixam, não perdeu essa atitude de família, vêm e vão e se preocupam conosco... tenho que pedir por meus filhos e por meu companheiro também, eu dou graças a Deus por haver encontrado um marido como ele... eu lhe quero muito e vou querer sempre...*”. Mistura de satisfação, dor, frustrações e agradecimento – em que a confiança nessa proteção divina não está ausente – se conjugam para expressar uma síntese das conquistas que ela resgata ao lado de sua família.

Suas palavras vão surgindo como se quisessem dar espaço a seus pensamentos, que por momentos parecem abarrotados, mas Ana mantém a clareza de seus relatos, impregnados de recordações de seus filhos – o mais importante para sua vida – que com eles reconhece que foi apreendendo a complexa função de ser mãe. Assim ela foi percebendo que cada um de seus filhos era diferente, que um exigia mais proteção e afeto que outro que se mostrava mais seguro e independente, outro era

mais reflexivo e comunicativo, outro mais solidário e afetivo; ela e o esposo foram criando estratégias e consolidando experiências para ter e manter a família.

Na visão de João, o mundo cotidiano de sua família é vivenciado com alguns matizes impregnados de reflexões, recordações, autocríticas, dor por expectativas frustradas, mas com a sensação de um pai que sempre buscou fortalecer seu grupo. Para ele, a família se resume na expressão “...o centro da família é o amor... onde tudo gira...”; não quer definir um significado de família, nem descrevê-la, pensa que ela deve ser vivida “...a gente não consegue viver em plenitude o que seja a família realmente, sempre há um assunto pendente...”. Reconhece que o passar do tempo foi deixando suas marcas, mas não quer emitir nenhum juízo de valor sobre a família. João considera que “...isso ficará para os filhos... talvez eles lhes dêem uma definição do que a gente realmente lhes mostrou como família, se a família realmente cresceu num círculo bom, mau, regular... também eles são partícipes disso, se tem de melhorar algo, melhoramos entre todos...”. Para ele é mais importante o julgamento de seus filhos do que o que ele possa dar; adverte que, se não corresponderam à expectativa dele, reconhece “...pode ter sido falha da gente...”, mas em alguns casos “...até certo ponto são falhas compartilhadas...”; pensa que em todas as famílias ocorrem essas situações, nas quais os problemas existentes se sobrepõem à atitude que desejaria adotar como pai.

Ter uma família, para João, não é fácil “...é uma luta constante para melhorar dia a dia... nem todos têm o mesmo caráter...”. Para ele, viver em família demanda confiança nos outros: “...compartilhar coisas boas e ruins, dividir com o outro...”. Em parte, assim ele aprendeu em seu lar paterno, onde cresceu compartilhando sua infância e adolescência com seus pais, duas irmãs e um irmão adotivo.

Com seu olhar tranquilo e falar pausado João vai pensando em voz alta suas vivências como chefe de família. Estamos sentados frente a frente, conversando – em companhia de Júlia – não se surpreende quando lhe pergunto o que faria ou não faria se tivesse de organizar de novo uma família: “...creio que faria o mesmo, melhoraria em coisas de não lhes permitir que a gente foi permissivo... dar-lhes liberdade, mormente a Júlia, aos varões nem tanto...”. Pensa que para manter uma família é muito importante

o relacionamento do casal “...em nós há um equilíbrio... eu não sou tão demonstrativo... então a descarga deles é para ela...”. Esta conjunção de relações do casal com os filhos agora é mais complexa pela presença dos netos, sente que deve dar conselhos aos seus filhos “...para que os ensinem a serem boas pessoas...”.

Embora trabalhe o dia todo fora de casa, João não está alheio ao que sucede a cada integrante de sua família; seu tempo livre é escasso, como é também o tempo de compartilhar com Ana, e isso o preocupa: “...sempre destinamos os momentos para nós, mesmo quando tivemos crises... sempre estão os filhos, às vezes os problemas, não nos damos o momento...”. Sente que há coisas para falar dos dois e não podem deixar passar o tempo, a relação necessita fortalecer-se e evitar o surgimento de imagens fantasiosas, especialmente por parte de Ana. Com tal capacidade de reflexão e abertura que põem em evidência ao falar de suas vivências na organização e na consolidação de sua família, houve um momento anterior em que João pôde refletir sobre os problemas matrimoniais “...quando vês que as situações limites não se podem reverter, conversar... penso que depois de 20 anos houve muitas crises e temos saído para a frente, mas talvez haja situações limites em que a gente já não possa...”. Para essas circunstâncias Ana resgatava a importância que tem o respeito mútuo.

A indiferença não faz parte da vida de João, mormente quando se trata de seus filhos, suas experiências, realizações, fracassos; embora possa aparentar ser uma pessoa fria, não-demonstrativa, quando se refere às expectativas que tinha com seus filhos, comenta: “...eu me senti ferido... tive esperança neles, que dessem satisfação...”, entretanto, imediatamente reage: “mas me sinto com a tranquilidade de haver feito tudo... satisfeito por haver dado todas as oportunidades que estavam ao alcance da gente...”. Talvez estivesse vendo passar as mesmas imagens suas de quando era adolescente e decide deixar de estudar para começara a trabalhar. Ali comprovou que a vida lhe era mais difícil por não haver estudado e quis transmiti-lo a seus filhos, mas não conseguiu: “...muitas vezes a gente se põe a analisar, a experiência da gente parece que não serve para eles...”.

Foram muitas as horas que passei conversando – em meio ao chimarrão – com os membros da família Solidariedade, cada um desnudando seu mundo com suas

próprias características, mas também com muitas coincidências. Neste mundo cotidiano de aparente passividade, cada integrante dessa família vai construindo sua própria existência, onde o individual e o coletivo se conjugam para ir realizando seus projetos de vida pessoal e fortalecendo os da família. Assim se construirá a essência do ser família?

Capítulo VI.- DESVELAMENTO DO SER DO SER AÍ DA FAMÍLIA

A vivência e a experiência humana – cotidiana – de viver em família nos proporciona elementos que contribuem para estruturar, em cada um de nós, uma representação e um significado de família. Todos nós, seres humanos, temos possibilidades de fazer parte de uma família; “viver “ em família é uma experiência única para cada família e para cada um dos seus integrantes, para cada um de nós. Nesta parte de meu trabalho – com o subsídio de alguns conceitos do pensamento fenomenológico heideggeriano, que foram apresentados no capítulo III – busco desvelar algumas características gerais universais, ontológicas, que fazem a estrutura do “*ser da família*”.

Apelando para o pensamento de Heidegger (1997) de que “*só o homem tem o privilégio de um conhecimento do ser*”; procurarei caminhar acompanhada por minhas vivências, experiências e conhecimentos de família, buscando atingir o propósito desta pesquisa.

Como se estrutura cotidianamente a experiência de viver em família para poder gerar, organizar e fortalecer sua existência? Da mesma forma que no passado, hoje a família vem sofrendo importantes transformações em sua estrutura, funções e relações intra- e extra-familiares. Por momentos, fala-se que a família está em crise, mas sua identidade não chega a dissolver-se nem ser confundida. Por quê? Penso que por estar integrada por “*seres a*” – que se reconhecem membros da família – definem elementos fundamentais, universais, cujas características ontológicas contribuem para constituir a estrutura da existência da família, permitindo que ela seja **ela** mesma e não outro ente. Por isso falo do “*ser aí*” da família. Ao tratar do “*ser aí*”, Heidegger (1997) descreve a experiência de viver, de existir. Como é a experiência de viver em família? Como a percebem (e se percebem a si mesmos) os seus integrantes? Na família encontramos diferentes formas de experimentá-la, de percebê-la, daí “*...havia momentos em que não sabia o que fazer...*”; “*...cada dia se constrói, cada dia se aprendem coisas novas de*

cada um..."; "...para mim era uma experiência nova...". Com base nessas características ônticas da família, posso interpretar – inspirada no pensamento heideggeriano – que o “ser da família” está implícito no “ser aí da família” na cotidianidade, no “*que é família*” e no “*como é a família*”, minha, tua, nossa, embora habitualmente o significado das experiências cotidianas como família nos pareça tão evidente que não nos detemos a procurá-lo.

No entanto, ao formular a pergunta: *o que é o ser da família?*, se considero Heidegger (1997, §2), posso inferir que já tenho alguma compreensão do “é”, que ele chama de compreensão de “*termo médio*”, que é uma compreensão comum, vaga, cotidiana. Este é meu ponto de partida. Este é meu “ser aí” que está tentando abrir-se, buscando desvelar o “ser da família”, além do polimorfismo que encontramos nas famílias concretas, para chegar a compreender e interpretar sua existência. Esse ente da família é uma “**unidade existencial complexa**”, e não porque seja a soma de integrantes ou de “*seres aí*”, mas porque existem elementos que fazem as características ontológicas de sua existência, que surgem dessa relação interpessoal que se origina na família. Tentarei desvelar algumas dessas características para aproximar-me da compreensão buscada. Para poder captar o que significa “é” aplicado à família, vou interpretá-lo com base na própria estrutura de vida da família.

No dizer de Heidegger (1997) – como vimos - o homem não se caracteriza por seu corpo, nem por determinadas propriedades físicas, mas por sua maneira de existir diferente dos outros entes. Desse lugar, onde está localizada a família – constituída por “seres aí” – poderemos inferir que a essência é a sua “existência”, diferente da de outros grupos humanos. A família se vivencia a si mesma como algo único em sua vida cotidiana, integrada por projetos, expectativas, frustrações, dificuldades, reflexões, alegrias, responsabilidades assumidas ou não, conquistas individuais e grupais, perdas, todas as vivências²⁹ e experiências³⁰ que co-existem na con-vivência da família. Esse movimento em busca da compreensão do “ser da

²⁹ *Vivência*: vai além do sentido de perceber, envolve sentimentos, pensamentos, percepção. Não é um mundo apenas sentido. Em tudo isso, o vivido. (Martinez & Cortes, 1996, CD-ROM)

família” – pelo pensamento de Heidegger (1997) – significa uma passagem da crença do que o fenômeno família poderia significar no cotidiano, para atingir a convicção sobre o que tal fenômeno significa e chegar à compreensão de sua existência.

Assim como o ser humano tem a possibilidade de compreender-se a si mesmo, também pode compreender o ser de outros entes, humanos ou não. De acordo com o pensamento heideggeriano, o caso da família, que lhe permitiria ser “em meio” deles e “com” eles. Argumenta-se que o ser de cada um de nós começa por ser um “ser aí”. O mais elementar que cada um de nós percebe, é que “está aí”, o que revela uma situação espacial e temporal implicando outras pessoas. Além de “ser aí”, cada um de nós está constantemente tomando uma posição com relação a esse “ser aí”. Dessa maneira, o ente família tem – por seus integrantes – em cada momento de sua vida, a possibilidade de ser. Está sempre buscando desenvolver-se em relação com *seu ser*, de “*estar aí*”. Tal como cada um dos seus integrantes, *a família não vive de maneira inconsciente, instintiva*, mas continuamente está fazendo algo com relação a esse “*estar aí*”; cada integrante se ocupa de fazer possível a existência como grupo e individualmente. Assim, neles está presente a percepção de que “...*cada dia se constrói a família...*”; onde cada membro ocupa um lugar de acordo com suas próprias possibilidades de ser, de perceber seu lugar na vida familiar; admitindo que necessita sentir-se parte da família e reconhecido por ela, evidenciado quando se aceita que “...*cada um tem características distintas que lhe exigem ocupar um lugar...*”. Poderia interpretá-lo como a gênese desta unidade existencial complexa?

Em sua evolução como família, atravessa diferentes fases evolutivas de vida – formação, desenvolvimento, consolidação e declínio – em que vivências e experiências (individual e familiar) cotidianas vão integrando-se e definindo essa “unidade relacional complexa” peculiar do “ser aí da família”, tendo suas próprias características de relacionamento de acordo com seu momento de evolução. Em que sentido o é? Demanda dela, possíveis modos de ser que devem adotar modos estáveis de vinculação, essenciais, que lhe dão identidade, como o ente família percebe que tem de

³⁰ *Experiência*: apreensão sensível da realidade externa. Aquilo de que tenho conhecimento a partir do

ser para cada momento de sua existência: “...a família se faz a dois... comunicando-se, sendo sinceros...”. O “estar aí”, segundo Heidegger (1997), é “*ser relativamente ao próprio ser*”, o qual “vai” continuamente ao “ser aí”, a cada um de nós, membros da família.

A diferença de qualquer outro ente que não é “ser aí”, minha existência, segundo o pensamento heideggeriano, é algo peculiar, é o “*ser, em cada caso, meu*”. O “ser possível” indica que o “*ser aí*” tem a liberdade de assumir a responsabilidade de ser si mesmo, e portanto o “ser aí da família” tem a possibilidade de decidir a adoção de um modo próprio/autêntico, ou impróprio/inautêntico de relacionar-se, de existir: “...às vezes nos questionamos como pais...”, o que Heidegger (1997) fala do “*ser que lhe vai*” ao “ser aí”, vale dizer o ser que está sempre em jogo ao existir. Isso significaria que a família, por seus membros, tem a possibilidade de decidir como ser de acordo com as circunstâncias que tem de viver a cada dia; resolvendo-se segundo seu próprio mundo de significados, a possibilidade de ser ela mesma, embora em outras “*pareça ser*”, vale dizer, mostra-se como o que não é em si mesma. Ou porque ela busca essa possibilidade, ou porque está nela, ou porque chega a ela.

As possibilidades de participar de cada integrante, de “*estar aí*” sem perder suas próprias características ôntico-ontológicas – pessoais e universais – contribuem para definir a existência da família, a possibilidade de “*ser em cada caso a nossa*”. Essa vivência de viver a família é de caráter único. Dessa vivência cotidiana que têm os integrantes, gera-se e fortalece a existência da família, que está mais na vivência compartilhada do que no individual ou no significado teórico: “...nós somos *mais importantes como família do que individualmente*...”. A família tem sua maneira de existir, diferente de outros entes. Tem sua dinâmica de relacionamento cotidiano, em que se compartilham coisas, segredos, modelos de vida, códigos... compartilha-se o cotidiano familiar nutrido de acontecimentos familiares e individuais, em que “...se *aprende a compartilhar... bons e maus momentos que se passa*...”. Compartilha-se a

“outro”. (Martinez & Cortes, 1996, CD-ROM)

vida, a possibilidade de ser família, ocupa-se de existir e se relaciona com sua própria existência por meio de seus membros.

Não obstante, cada membro contribui para gerar outras características que são peculiares da família como “unidade existencial complexa”. Se o “ser aí da família” é em cada caso nosso, em cada caso somos nós mesmos, “...se a família realmente cresceu ... eles [os filhos] são *partícipes disso...*”. Essas evidências ônticas buscam explicar a estrutura ontológica, na qual se determina que em cada caso somos nós, “*ser aí*”, que em presença dos outros membros cada um de nós adquire significado e contribui para constituir o “ser aí da família”.

Avançando nessa aproximação da compreensão do ser da família pelo pensamento heideggeriano, é imprescindível continuar com o desvelamento de outros elementos que podem permitir uma compreensão do “ser aí da família” como unidade estrutural “ser família-no-mundo”. Com tal propósito busco analisar o ente família como: 1. – a família e seu mundo; 2. – a família e sua vinculação com os “úteis”; 3. – a família e seus modos de ser no mundo; 4. – a família vivenciando sua temporalidade e 5. – a família e o cuidado.

1. A família e seu mundo

Como sabemos, para Heidegger (1997), “ser-no-mundo” expressa um modo de ser humano que escapa à compreensão cotidiana, do termo médio; daí inicia seu desvelamento de como surge o mundo do ser do “ser aí” a partir da análise do mundo cotidiano, considerando-o como “aquilo ‘em que’ um ‘ser aí’ efetivo vive”. Mas o que se busca é o *ser*, que só pode ser desvelado quando o “ser aí” se encontra aberto, permitindo-se estabelecer relações com os entes com os quais compartilha o mundo. Desde essa perspectiva de análise, como é o mundo da família?

No dizer de Heidegger (1997), o mundo é ente integrante do “ser-no-mundo” do “ser aí”: ele só pode ser a partir desse mundo com que se relaciona, que compartilha com outros entes que são “ser aí” e outros que não o são. Quando no mundo cotidiano surge a família – casal, par ou mãe/pai/substituto e filho/a – cada “ser aí” que a constitui

está buscando tornar possível sua existência; achamos que, para cada integrante que a funda, é uma etapa nova em sua vida pessoal e ao mesmo tempo um novo sistema de relações dá início com a vida da família “...logo que nos juntamos... ele saía muito... até que um dia eu disse: ‘aqui falo eu’, e começou a compor-se... depois mudou um montão...”. Os membros participam com seus modos de ser, modos de viver aprendidos e desenvolvidos em sua família de origem³¹, com suas histórias – pessoal e familiar – que se inter-relacionam. Essa história de vida familiar se torna possível porque seus integrantes compartilham um mundo onde se podem perceber “seres aí” membros **“compartilhando vivências e experiências do cotidiano familiar”**. Assim, sua existência se fundamenta na co-existência possibilitada pelo con-viver, compartilhar a vida, “...cada um se faça conhecer tal qual é, porque a convivência de duas pessoas não é fácil, pelo simples fato de que cada um pensa diferente...”.

Esse compartilhar tem suas peculiaridades, que lhe dão identidade de mundo doméstico e que cada um de nós não o confunde, nem pode despojar-se dele mesmo distanciando-se materialmente. No momento em que se pode considerar a gênese do “mundo da família”, o “mundo doméstico” passa a ter referência de propriedade: “nosso mundo”. Passa a fazer parte do viver cotidiano de cada “ser aí” integrante: “...sentir-me incluída ou participe dentro de uma família. É sugar realidades e vivências de meus pais, crescer junto deles, junto de meus irmãos, ver realidades distintas, opiniões várias, fazer-me parte disso...”. Segundo Heidegger (1997), o “mundo” é onde “eu sou”, onde o “ser aí” é, porque só na presença do outro minha existência, tua existência, adquire significado. É nesse mundo onde começamos a aprender a compartilhar vivências e experiências que nos ajudam a existir; também aquelas onde o mundo da família, minha família, tua família “parece ser” desconhecido ou rechaçado, sem por isso deixar de ser o mundo da família, de minha família.

Dessa maneira, posso inferir que se no “mundo da família” o ser humano começa a desenvolver sua existência, então tem a possibilidade de evidenciar o “ser com”

³¹ Aquela família (biológica, adotiva, substituta ou grupos extensos) que a pessoa reconhece como sua. Aquela que lhe permite construir e compartilhar sua história de vida pessoal e familiar.

nessa relação de “ser aí” para “ser aí” “co-existir; compartilhando a existência permite que o “ser aí da família” “*seja no mundo*”.

Estar “no” mundo, segundo Heidegger (1997), tem o sentido de marcar relação espacial com o mundo, o que permite interpretar que o “ser em família” está “no” mundo, abrindo um espaço “*nele*”, onde pode, podemos ser uma família. Por sua vez, cada um dos seus membros no mundo da família tem seu espaço, dentro do qual se define sua relação com o mundo familiar de acordo com suas próprias possibilidades de ser e com as possibilidades que no mundo da família pode encontrar. Essa interdependência espacial só é possível na co-existência, na relação de “ser com” que possibilita o compartilhar.

Segundo Heidegger (1997), cada um de nós pode mostrar seu ser desde que haja um mundo. Como é o mundo da família? Analisando o mundo doméstico, nota-se um jogo nos papéis que cada membro da família aprende e mediante os quais se adapta às demandas desse mundo, como às do mundo circundante – mundo imediato ao mundo doméstico, “*...eu pelo menos, com papai e mamãe, eu sei que eles me entendem, porque eles têm seus anos, eu recém estou começando...*”. Modos de ser que se vão definindo e diferenciando-se segundo a fase de evolução da família; assim vão estruturando-se modos de relacionamento que são compatíveis com as suas características de co-existência “*...ela é sempre o [o ponto de] desabafo... me sinto tranqüilo porque sei que ela lhes dá carinho que eu não posso manifestar abertamente...*”.

O “mundo da família” é o ambiente de geração de significados que vão constituir um sistema de significados. Segundo Heidegger (1997), é isso que constitui o mundo (vivido); significados que incluem valorações que não são estáticas na história de vida da família nem na de cada integrante. Elas vão modificando-se conforme “nós família” e cada um de nós percebemos o mundo, conforme a nossa história pessoal e grupal fundamentada basicamente nas vivências e experiências familiares compartilhadas. O surgimento de significados nessa nova unidade relacional permite a fundação do “mundo da família”, constituindo-se no *horizonte* referencial na vida da família e na de

cada um de seus membros. Horizonte a partir do qual a relação com os outros “seres aí” da família e os que lhe são externos vão sendo valorados e alcançam significações na vida da família. Desse “jogo” de valorações, significados, vão surgindo normas e limites para o cotidiano viver do “ser aí da família” no mundo. Assim, “...dentro da uma família se põem em jogo muitos valores, no qual participam muitas opiniões e ao mesmo tempo, como que te dão muitos modelos para seguir certas regras...”, buscando garantir e preservar sua co-existência, seu mundo. Chegando a determinado ponto de suas vivências e experiências de viver, acha que a existência do “ser-aí da família” faz parte da estrutura de seu ser, de seu “ser-no-mundo”, surgindo na vida de cada um o significado de “nós somos”, vivemos no que cada um de nós chama “mundo”. O sentido de pertença vai emergindo em níveis diferentes. Não está ausente em nenhum “ser aí”, e vai além de toda valoração funcional que cada um pode ter de seu grupo familiar. O **sentimento de pertença “primária”** que tem cada membro da família está acima das características observáveis ou medíveis da família, possibilitando “ser-família-no-mundo”, “...isso é o que meus pais me ensinaram...” “...con-viver com meus pais, crescer junto deles, junto de meus irmãos, ver realidades distintas, opiniões várias...”

Esse referenciamento não é compulsivo nem forçado ou deliberado. Ele é autêntico, progressivo em sua evolução; passa a ser parte da estrutura do ser do “ser aí”, da própria vida de cada integrante da família. Certamente, cada ser humano, cada um de nós desde sua origem teve, tem e terá uma família que definiu e/ou define as possibilidades de ser, de existir. Existência que encontramos evidenciada em vivências e experiências individuais e grupais, que gera “sentimento de pertença “primária”, que se promove ao logo da vida individual e familiar, vai consolidando-se o significado atribuído à família por parte de cada um de seus membros. “...trato de impor dentro de meu grupo minha realidade, realidade pessoal, íntima... de impor um estilo de vida com base em minha família”.

Cada um de nós vivencia o “mundo da família” em seu próprio “*mundo significante*”. Pelo existencial se pode compreender que eu existo à medida que me relaciono com os outros membros que integram minha família, quando passo a fazer

parte de seu mundo e por sua vez eles fazem parte de meu mundo, compartilhamos um mundo que se torna “nosso mundo”. Cada um tem a possibilidade de co-existir com cada um dos demais integrantes. O outro está presente mesmo quando estou sozinho/a, pois esse mundo da família é compartilhado “...*na família se aprende a conhecer-se uns aos outros... te ensinam... se aprendem coisas...*”.

Estar vivendo nesse mundo revela uma relação contínua e dinâmica com outros seres humanos e com entes não-humanos, integrando e definindo a “unidade de relação complexa” que é a família, sobre a base de sentimentos de referência que seu mundo torna possível. O mundo da família é diverso, pelas peculiaridades que encontramos no mundo de cada “ser aí”, dependendo de seu momento evolutivo de vida e fase relacional individual e grupal. Mas o “ser aí” da família “em” esse mundo vai constituindo-se como “unidade existencial complexa”, como Heidegger (1997) diria: abriu um espaço no mundo. Sentimentos co-existentes entre dois seres humanos poderiam ser considerados a gênese dessa unidade porque definem um mundo compartilhado que se converte em referencial de vida para cada um deles. Cada um começa a ter significado com a presença do outro “ser aí”, e alcança transcendência na vida dele [do outro “ser aí”], de acordo com as vivências e experiências desenvolvidas no mundo da família de origem: “...*temos aprendido, tenho aprendido, tenho visto como se forma uma família, como se compõe, como se tem de fazer para levar adiante a família que agora tenho...*”. No mundo da família são possíveis, ao mesmo tempo, uma história de vida particular de cada membro e uma história de vida compartilhada. Esta última, que tem características próprias, faz com que se torne o “ser aí da família”, **referencial de si mesma em cada ser aí** “*sempre eles [filhos] voltam aqui, com um motivo ou com outro, mas vêm...*”

Sua historicidade – Heidegger (1997) considera que o “ser aí” pode gerar uma história ao longo da vida – os membros da família vão gerando uma unidade relacional complexa que, na cotidianidade, pode atravessar basicamente quatro fases de relacionamento intrafamiliar: conhecimento mútuo e adaptação; questionamento e reformulação; balanço intergeracional, e, por último, convalidação/invalidação e

contração. Através delas são manifestados modos de ser próprios e impróprios de relacionamento intrafamiliar e extrafamiliar que podem coincidir ou não com as fases de evolução de vida da família.

Na cotidianidade, cada um tem manifestações que identificam essas fases. A fase de conhecimento *mútuo e adaptação* é inicial em qualquer família: cada membro tem seus próprios códigos e necessidades de estar com outro “ser aí” e deve compartilhá-los, exigindo que essa co-existência adote modos de ser possibilitem a consolidação dessa “unidade relacional complexa” que é o “ser aí da família” no mundo doméstico e em sua relação com o mundo circundante. É a fase da busca de identidade como família, quando se vão buscando e gerando modos de ser em cada um dos seus membros e grupalmente, que contribuem para definir a existência da família: “*e nesse tempo era fogo, ainda...*”.

A fase de *questionamento e reformulação* emerge quando um ou mais de seus membros buscam mudanças em sua vida, às vezes por motivações externas ou internas ao ente família. Na cotidianidade pode manifestar-se na busca de novas vivências – laborais, afetivas, culturais, educativas – que levam o “ser aí da família” ou qualquer um dos seus membros a revelar-se nessa cotidianidade, buscando ser si mesma, gerando comportamentos variados nos integrantes da família: “*. . .no processo que me tocou viver, perdi muitas coisas, perdi muito tempo, deixei passar por uma escolha tonta... que deixei de lado minha família e dei prioridade a outras coisas... hoje percebo que fui uma tonta. . .*” Em alguns casos pode comprometer a integridade do grupo familiar.

Na fase do *balanço inter-geracional* os “seres aí da família” visualizam as conquistas que vão alcançando e o que ainda falta fazer para fortalecer a família. Nem sempre todos seus integrantes o manifestam, os modos de ser autênticos entre eles não são simultâneos. Essa fase, assim como as outras, se manifesta progressivamente: “*...eles [filhos] tomaram suas decisões e hoje se arrependem. Hoje para nós são os netos, que vêm... tratar de apoiá-los e lhes dar uma mãozinha, são bons...*” “*...muitas*

vezes passaram maus momentos aqui, e todos temos compartilhado esses maus momentos...".

Já a fase de *convalidação/invalidação e contração* emerge quando os membros da família se percebem como o momento do “dever cumprido” nessa família de origem. Pode manifestar conformidade ou inconformidade com os modos de ser que tenham tido como integrantes e/ou grupo familiar ao viver a vida no mundo da família, buscando “ser-família-no-mundo”: “...*acredito que faria o mesmo... melhoraria em coisas de não permiti-lhes coisas em que a gente foi permissivo, no sentido de dar-lhes uma liberdade... mais para a Júlia, não tanto aos varões...*”. Quando a família está vivendo essa fase sob a tirania do “um”, as possibilidades de explicitar uma autocrítica é rara.

É interessante recordar que para Heidegger (1997), o que determina o relacionamento do “ser aí” com o ser enquanto fenômeno é a linguagem (falada ou gestual). Ele reconhece que a linguagem é a “casa do ser”. Essas fases pelas quais atravessam as relações da família podem ser mais intensas em uma do que em outras vivências, de acordo com as possibilidades de ser de cada “ser aí” e como grupo, segundo possibilidades de viver a vida. A família define uma dinâmica relacional que a caracteriza e identifica em seu viver diário e a distingue de outras organizações. Essa “unidade relacional complexa” se gera quando o “sentimento de pertença primária” vai cedendo lugar a um referenciamento de si mesma, lhe dá identidade, cujos códigos, significados são próprios de seu mundo e são reconhecidos e adotados total ou parcialmente como parte da experiência grupal e individual; escapa a toda imposição do mundo circundante. A unidade relacional é essencial e característica da família.

2. A família e sua vinculação com os úteis

Continuo minha aproximação do mundo da família para desvelar elementos que podem ser próprios de sua existência ou que fazem a existência de cada membro, mas que, na co-existência, possibilitam este mundo compartilhado e por isso, possibilitam a vida. Voltemos ao sistema de relacionamento que o ser humano vai construindo desde seu nascimento. No dizer de Heidegger (1997), como anteriormente expusemos, isso

Ihe possibilita um conhecimento pragmático, que utiliza em seu cotidiano para relacionar-se com outros entes que não são “ser aí”, os “úteis”, dos quais “se ocupa”.

De que maneira “os úteis” fazem parte da família? Aqui devo esclarecer que os significados obtidos do relacionamento com os úteis surgiram predominantemente da linguagem não-verbal. O “ser aí da família”, por ser uma unidade relacional, define uma estrutura de relacionamento que lhe permite definir, por um lado, seu mundo doméstico, e por outro, seu relacionamento externo com o mundo circundante que representa o entorno imediato. Em cada caso possui suas características fundantes que lhe permitem diferenciá-los. Na cotidianidade, conforme suas possibilidades de viver, a família desenvolve suas atividades de acordo com o que a sociedade espera dela – embora às vezes não consiga satisfazer plenamente essas expectativas – para suas metas e para as necessidades básicas individuais e grupais. Ali se conjugam pessoas e coisas – úteis – que permitem o desenvolvimento de vivências e experiências que não seriam possíveis sem a presença de ambos.

Na cotidianidade do “ser aí da família” podem ser identificados dois modos de relacionamento com os entes “à mão”, os úteis, no mundo doméstico: o gerado no grupo e o outro, promovido por cada “ser aí”. Tanto o “ser aí da família”, como o “ser aí” membro têm formas padronizadas e circunstanciais de usar os úteis, como por exemplo, alimentar-se, cozinhar, higienizar-se, descansar, proteger-se e manter-se em segurança, entre outras. Ao analisar as do “ser aí” com o mundo das coisas, Heidegger (1997) interpreta que, ao “estar sendo”, o “ser aí” continuamente busca realizar sua própria existência, relacionando-se com os úteis, enquanto estes lhe permitem satisfazer suas deficiências ou suas possibilidades de ser. Que coisas do mundo cotidiano são importantes para a vida da família? Como caracterizaria a relação da família com as coisas e seu mundo cotidiano?

A satisfação das necessidades básicas se torna essencialmente promotora do relacionamento com os entes “à mão” que estão dentro do mundo da família, delimitados pelo principal “útil” da família: o lar. Pois bem, segundo Heidegger (1997), esses entes são descobertos quando se referem a seu “servir para”. O lar é o ambiente

que define os limites físicos no qual vive a família. Ali se desenvolvem as ações específicas do que constitui o mundo da família; onde a família vive sua vida de acordo com suas próprias possibilidades: “...filho, arruma o puxadinho dos fundos, ali te acomoda com tua mulher e teus filhos... ali começou a saber o que é manter uma família...”. É o ambiente onde o ser do “ser aí da família” pode ser si mesmo ou um mesmo. É o ambiente que possibilita a con-vivência, o encontro cotidiano, o “estado de aberto” de cada membro. Com alguns úteis – fundamentais para a existência do “ser aí da família” – é cotidiana sua vinculação, através de alguns ou de todos os seus membros, para satisfazer alguma deficiência do ter que ver com o mundo no modo de “cuidar-se de”: “...o núcleo de todo o básico, de nossas necessidades básicas... ela [mãe] as cumpre, ter uma cama feita, ter a comida preparada...”. Assim, por exemplo, na família que cozinha, “ao conformar-se” “com” o alimento, “ao” “ocupar-se de” comê-lo/alimentar-se permite a vida de cada um dos membros do grupo, ou seja, é um modo de “cuidar da” família. “...quando chego do trabalho, mamãe me espera com a comida...”.

Um útil enquanto tal não é possível isolado, sustenta Heidegger (1997), mas sempre em determinadas relações. Aqui é onde os “seres aí” membros da família vão atribuindo significações de acordo com a maneira como um ente “à mão” possa servir-lhes para satisfazer determinada necessidade, na “utilidade” que tem para suas possibilidades de ser, de funcionar com sua própria dinâmica. O lar contém uma verdadeira rede de úteis em função das demandas e possibilidades de dispor deles que têm os membros da família. Sua “utilidade” pode variar, de acordo com o momento em que o “ser aí” demanda ou das condições de integridade e funcionalidade do útil demandado.

Outras vezes, se o útil não satisfaz as exigências que dele se demandam, perde esse útil o seu significado habitual na existência do “ser aí” ou do ente família, não integrando sua estrutura de relacionamento. São buscados então novos úteis para substituí-lo. Nem sempre os modos de “ocupar-se de” satisfazem plenamente essas necessidades do “ser aí” ou da família. Existem modos deficientes, quando o ser do “ser

aí” não consegue estabelecer esse relacionamento pleno com aqueles entes que não são “ser aí”, mesmo tendo conformidade com o útil. Por exemplo: quando este demanda um especial e complexo “ocupar-se”, ou não é acessível a seu mundo doméstico por seu custo, ou não é considerado imprescindível: “...*para mim não é necessário ter um quarto esplêndido... primeiro começa pelas pequenas coisas, o saber, por exemplo, eu ensino a meus sobrinhos que no café da manhã ou no lanche lavem o que usam [a louça que tiverem sujado]... te ajuda a organizar as coisas, a aprender que debes voltar a colocar cada coisa no seu lugar...*”

Ao relacionar-se com os “úteis” nos quais o “ser aí da família vai definindo seu mundo cotidiano, utiliza o “ser aí” seus próprios conhecimentos e produz outros novos enquanto vai descobrindo e apropriando-se dos entes que integram o seu mundo. Para Heidegger (1997), todos os úteis com relação a nós ocupam um lugar no mundo – um espaço, no sentido de marcar uma relação permanente – mas o único que possui a vivência e a experiência dessa “espacialidade” é o “ser aí”, na medida em que ele existe “*cuidando-se de*” e “*ocupando-se de*” entes “com que se relaciona como “ser-no-mundo” e para tanto, os “des-afasta” de si: “...*quando minha mãe não está, sou eu que trato de usar o mesmo sistema que ela usa, em tudo, no mais básico que a gente necessita que é ter roupa limpa, razoavelmente acomodada e a comida...*”.

De acordo com Heidegger (1997), cada útil tem seu “sítio”; a cada um lhe é inerente certa “espacialidade”. No ambiente do lar é onde os úteis funcionam como uma verdadeira rede, cada um deles ocupa um lugar em relação à família, a nós e ao sistema de que fazem parte no lar, permitindo e facilitando a co-existência dos integrantes. Eles têm seu lugar, o que Heidegger (1997) denomina uma “paragem”, desde a que estão “à mão”.

Assim se pode inferir que a família tem uma espacialidade específica, “ser-família-no-mundo”, que compartilha com entes que são “seres aí” e outros que não são seres humanos. Achamos que no lar a família tem os úteis distribuídos nos seus “espaços” – paragens (“no dormitório”; “em cima da televisão”, etc.) – onde estão os elementos domésticos segundo suas características, sendo a cozinha e a copa as

paragens mais utilizadas diariamente. Desse modo, o “ser aí da família” está continuamente des-afastando – “aproximação” – úteis ao usá-los do modo familiar. O “ser aí da família vai estabelecendo rotinas, costumes, crenças, que estão sustentadas nesse conhecimento pragmático, que cada “ser aí” utiliza em sua relação cotidiana com os entes que não são “ser aí”. A vida cotidiana do ente família se desenvolve através de diferentes momentos, que têm características próprias; cada um deles demanda paragens e úteis determinados.

A proximidade ou afastamento das coisas se definem pela ação de cada um dos integrantes da família. A utilização dos úteis no mundo da família leva a determinar o espaço para cada um deles em relação a cada “ser aí” integrante e ao grupo, e definir normas e regras para estabelecer nosso relacionamento com eles. Paragens e sítios assinalados para cada momento da vida cotidiana da família permitem intimidade, encontros, relacionamentos intrafamiliares, tornando possível *compartilhar vivências e experiências do cotidiano familiar*. Que úteis fazem parte do mundo cotidiano da família? Os úteis que a família, em seu cotidiano, “des-afasta” estão relacionados com demandas grupais e/ou individuais básicas referentes a proteção, alimentação, descanso, sono, higiene, recreação, interação dos membros da família e deles com outros “seres aí”.

O relacionamento do “ser aí da família” com os úteis estabelecidos em seu mundo doméstico difere do que estabelece o que Heidegger (1997) chama de mundo circundante? Se continuarmos com essa análise fenomenológica, encontraremos que o conjunto de referências significativas do mundo doméstico pode constituir-se para seus membros num sistema de relacionamento “primário” ou inicial. Em conseqüência, permite ao “ser-da-família” estabelecer e definir outros modos de relacionamento com o mundo circundante, imediato, basicamente “provedor” de úteis ao mundo doméstico. No mundo circundante, os membros da família encontram a possibilidade de estabelecer os mais diversos modos de relacionamento, do “ocupar-se” diante do útil “à mão”. Mas também podemos encontrar-nos com um modo de relacionamento de “ocupar-se” deficiente, num modo de ser dominado pela indiferença onde as possibilidades desse

relacionamento possam ser escassas ou limitadas por diversas situações cotidianas – econômicas, sociais, culturais – que o ente da família enfrenta. O sistema de relações, definido com o mundo circundante, contribui para definir a localização do “ser aí da família” nesse mundo e com isso, suas possibilidades de ser “...eles [filhos] agora com o casamento recém estão apanhando [da vida]... eu lhes disse *quando vocês viverem sozinhos, aí, quando tiverem [dinheiro] para um pouquinho de açúcar, para um pouquinho de arroz, aí vão saber o que é apanhar’ mas enquanto haja mãos que se estendam eles vão viver a vida... sem poder raciocinar ainda...*”.

3. A família e seus modos de ser no mundo

Nesse contexto, Heidegger expressa que todas as estruturas do ser do “ser aí” são modos de ser do “ser aí”. Cada “ser aí” tem a possibilidade e a liberdade de ser, busca suas próprias alternativas para configurar a sua existência. Como são os modos de ser da família para possibilitar que, em cada integrante, se gerem modos de ser individual próprios e que contribuam para a existência da família? “...eles [filhos] buscam ter suas próprias experiências para saber...”. Embora nem sempre essa liberdade seja plenamente exercida no mundo da família por cada “ser aí” integrante, a família possui suas expectativas como grupo. Ela espera que cada membro contribua para esse “poder ser” família, nem sempre alcançado. Ao participar no mundo doméstico, os membros da família lhe demandam diferentes modos do “ser-em”, como por exemplo no “compartilhar”: *compartilhar vivências e experiências no cotidiano familiar*. O compartilhar – nesse viver “em” família – significa participar, ajudar, colaborar, ter ou utilizar algo, cooperar em algo que tem a forma de ser do “cuidar-se de” também pode expressar um “ocupar-se de”. Revela interação, que contribui para suas possibilidades de ser, está vinculado a sua vida: “...hoje percebo quão ruim terá sido para meu pai e minha mãe que a gente tenha fracassado, como hoje me sinto... “; “...trabalharam para que tivéssemos tudo, se esforçaram para que não nos faltasse nada...”. O compartilhar torna possível a convivência, com base em características que fazem o “ser aí da família” como são os sentimentos.

Evidencia-se assim a abertura de cada “ser aí” a esse con-viver cotidiano do “ser aí da família”, que vai definindo contextos significativos que sustentam a sua existência com características “inconfundíveis” como são os sentimentos, que só se geram no mundo da família. No cotidiano, responder à pergunta “quem” é o “ser aí da família” pode levar a desvelar modos de ser, algum predominante, segundo se trate do mundo doméstico da família ou do mundo circundante, que fazem sua caracterização “existencial”.

Heidegger (1997) mostrou que no mundo não ocorre um eu puro, sem mundo e sem os outros. Para ele, a resposta para *quem* é o ser aí cotidiano se obtém da análise daquela forma de ser em que, imediata e regularmente se mantém o “ser aí” em sua vida diária. Se nos projetamos na família, podemos descobrir que ela consegue, através da co-existência interna de seus membros, estruturar-se como uma “unidade existencial complexa” em seu mundo doméstico. Mesmo quando cada um de seus integrantes tem suas próprias características existenciais, eles conseguem integrar essa unidade. Habitualmente, no mundo doméstico da família, na cotidianidade, co-existem – por momentos – modos de ser que Heidegger (1997) refere como de “in-diferença”, relativos ao “(qualquer) um” mesmo, com modos de ser autênticos, próprios, relativos ao *si* mesmo, individual ou grupalmente. A partir do “(qualquer) um mesmo”, o “se” [no sentido do “se diz”, “se faz”, etc), que no pensamento heideggeriano identificamos como o modo de ser “de termo médio”, os membros da família se encontram submetidos a modos de viver cotidiano dominados por rotinas, tradições, regras, rituais. Não há espaço para a criatividade, que é escassa no mundo da família. Heidegger (1997) diz que o “(qualquer) um” regula toda interpretação do mundo e do ser aí e tem sempre razão: “...em certas coisas me devem respeitar... em certas coisas devem respeitar minhas normas, sugaram isso desde pequeninos...”. Assim poderiam considerar-se os momentos e modos de ser que os adultos impõem aos mais jovens para manter a dinâmica cotidiana da família. Aqui podem identificar-se hábitos alimentares, de higiene, de descanso, medidas de punição, modos de relacionamento: “...se não querem estudar, que procurem trabalho, que vejam em que se vão ocupar...”;

“...quando eles têm de dizer algo ao pai, sempre lhes digo sem faltar ao respeito. ...se pode falar claro...”.

Heidegger (1997) assinala que o “ser aí” chega a ser ele mesmo, si mesmo, quando rompe os disfarces com os quais ele mesmo obstrui seu próprio modo de ser. Deixa seu modo de ser “um com outro” para adotar um modo de “ser-com” outro “ser aí” no mundo, nosso mundo. Na família, em seu mundo doméstico, pode adotar modos de ser próprio, aberto; seus membros, cada um, do seu “*si mesmo*” pode compartilhar suas vivências “com os outros” “seres aí”, com os quais se percebe integrando o “ser aí da família”: pais, irmãos, filhos, tios, avós, ou seus substitutos. Deste modo de vincular-se, vão sendo gerados sentimentos, valorações, atitudes que promovem essa unidade de relações: *“...algo básico que há na família é a comunicação...”*. Permite a cada integrante vivenciar e apreender o con-viver com base no seu próprio mundo *“...tenho de acompanhar essas decisões... tratar de guiá-los o melhor possível...”* *“...a decisão foi de vocês, ninguém te obrigou... vocês são livres...”*. Construindo seus próprios significados que surgem em grande parte com base na sua co-existência no “mundo da família”, *“...às vezes não faz falta que venha outro de fora e nos diga o que teremos de fazer, como temos de viver em família...”*, fundamentado nas características fundantes da família, *o sentimento de pertença primária*.

O “poder ser” é possível porque o mundo do “ser aí” é um “*mundo com*”, de acordo com Heidegger (1997). Em conseqüência, o mundo da família adquire sentido na possibilidade mesma de “*ser-com-outro*”, que cada membro a vivencia e busca abrir-se, compartilhar com os outros membros para poder viver sua vida, existir, sem deixar de sentir que é parte e contribui para “ser família-no-mundo”: *“...suponho que em toda família tem de existir [comunicação] porque são diferentes caracteres que existem dentro da família...”*. Para Heidegger (1997), minha existência, tua existência não seria possível sem a presença e participação do “Outro” que tem também a possibilidade de abrir-se, de “ser com”; que os outros possam ser comigo, contigo. O mundo da família permite ao “ser aí” iniciar suas vivências e experiências de “*ser com outros*”, *“...compartilhar coisas boas e ruins, compartilhar com o outro...”*. Compartilhar a

existência, compartilhar vivências e experiências do cotidiano familiar é o que define a interdependência necessária e constitutiva do ser humano, a intersubjetividade que se inicia na família, ou o ser humano a inicia em outro grupo?

Con-viver na família na cotidianidade não é só compartilhar um teto, ou compartilhar uma mesa de comida; não se reduz a uma relação biológica ou material com o grupo ou a uma mera relação funcional, onde cada membro tem funções de acordo com o papel que tem, de pai, de mãe, irmão/irmã, filho/filha, esposo/esposa. Não é isso que lhe permite ser família. Conviver implica liberdade para *“poder ser”*, cada um dentro de suas próprias possibilidades, que no pensamento heideggeriano representaria um “cuidar de” que não substitui o Outro, mas o ajuda a “ver através” de seu “cuidado”, ficando em liberdade para assumir seus próprios caminhos, encontrar-se consigo mesmo. Isso é o autêntico “cuidar”, *“...a experiência da gente parecia que não serve para eles...”*; *“...eu tratei de não transmitir os maus momentos a meus filhos...”*. Mas fazendo uma história compartilhada, com base na qual se pode construir sua própria história.

Compartilhar a vida gera **sentimentos interligados entre os integrantes** (paterno/materno, filial, fraterno, conjugal) de tal modo que só na família podem dar-se essa interação e inter-relação de diferentes sentimentos que permitem essa sua coexistência característica, *“...é um amor único...”*. Tais sentimentos são de alguma maneira uma estrutura constitutiva do “cuidado” que fazem o “ser família-no-mundo”. Os sentimentos que se evidenciam em diferentes modos de ser no mundo da família sustentam o sistema de relacionamento intrafamiliar, *“...eles [filhos] entram e se têm necessidade de falar nos falam...; já é costume deles...”*, cuja dinâmica na vida diária é definida e interpretada só com base no seu mundo como horizonte de significações.

No mundo doméstico cotidiano, cada “ser aí” integrante acha que cada um tem identidade; não uma identidade de nomes ou biológica, mas aquela dada por um passado que é parte de sua vida vivida e que lhe dá sentido: *“...quando tenho de tomar uma decisão penso mais no que me convém hoje, no que teria sido antes e no que seria mais adiante...”*. Cada um tem possibilidades de ser, livremente pode adotar

diferentes modos de ser ao travar relacionamento com os outros membros da família. Essa “facticidade” provém da existência mesma do “ser-aí-da família”; é desde esse “mundo da família” que cada membro pode construir seu próprio mundo representado de significações, que não deixa de ser interdependente e inter-relacionado com os definidos pela família.

Essa autoconsciência e auto-informação derivam da consciência que cada um tem do(s) outro(s) integrante(s) da família, contribuindo para constituir o ser do “ser aí da família”, que por sua vez contribui para definir o próprio ser pessoal “...*agora meus irmãos já não são as criaturas que a gente tem de conduzir, cuidar... são homens, pensam por si sós... hoje em dia eles mesmos sabem quem sou...*”. Assim, cada “ser aí” contribui para fundar a existência do outro “ser aí” membro e, em consequência da própria família, tem a oportunidade de ser em cada caso si mesmo em seus modos de “ser-em”.

Em sua relação com o mundo circundante – sua comunidade – o “ser aí família” está submetido aos modelos e normas definidos pelos outros “seres aí” que fazem parte desse mundo e com os quais a família convive cotidianamente: “...*a Igreja pede o amor e a humildade...*”, limitando suas possibilidades de “ser família-com” a ser “(qualquer) um mesmo”, vale dizer “uma família (qualquer)”. Analisando a vida cotidiana da família, percebe-se que minha família, tua família vive como se vive, cada uma vive como se vive. Segundo Heidegger (1997), já sabemos, cada um de nós vive sob a tirania do “(qualquer) *um*”, do “se”. Ou seja: cada um fala como se fala; cada um veste como se veste; tudo é impessoal, como se a vida de um fosse igual à do outro. O “*quem*” do “ser-no-mundo” é este “(qualquer)*um*”. O “ser aí da família” não pode ser diferente em seu relacionamento cotidiano com o mundo circundante e seus modos de vida pré-fixados. Nesses ambientes já estão determinados, pré-estabelecidos, os modelos de relacionamento. Qualquer outro tipo de relação é um apartar-se dessa “in-diferença”.

Às vezes, o ente família em sua relação com os “outros”, busca mudar esse relacionamento inautêntico para ser “ser com”, ser “si mesmo”: “...*começamos a trabalhar na igreja... aí ele começou a integrar-se mais com os vizinhos, com a*

família...”, especialmente quando é mobilizada na busca de relacionamentos com outros entes humanos que contribuam para a satisfação das necessidades existenciais da família. Pode a família alcançar um relacionamento próprio e não simplesmente inautêntico, de “ser um com outro com o mundo circundante?”

Nesse mundo, a relação com outros “seres aí” é predominantemente circunstancial, impessoal, podendo ser tão infinita como com os objetos, segundo Heidegger (1997). Na família esse relacionamento está condicionado às necessidades que ela busca satisfazer como grupo ou cada integrante do “ser aí da família”. De acordo com Heidegger (1997), o “ser aí” vai estabelecendo seu relacionamento com base em como ele se encontra localizado no mundo. Surgem desse modo sistemas de relacionamentos diferentes através de cada “ser aí” integrante, eu, tu, com os outros “seres aí”. Assim, posso ser amigo (a) de um, vizinho(a) de outro, professor(a) de outro, companheiro(a) de outro: “...vocês têm de dar-se conta, têm de estudar para serem melhores...”; “...vocês vêem como a gente tem de andar, a gente tem de cumprir horário, tem de agüentar muitas coisas dos patrões, montão de coisas...”. Na família estão interconectados diferentes mundos. Assim, a família busca satisfazer deficiências individuais e grupais para desenvolver suas possibilidades de “ser-no-mundo”, de existir. Mesmo com esse predomínio de modos de ser impróprios, deficientes, o “ser aí da família” continua existindo. Cada “ser aí” integrante sente que é parte dessa unidade, faz parte de seu “ser-em” primário, é parte de seu viver cotidiano. Embora a família esteja inserida cotidianamente no mundo circundante do “(qualquer)um”, não perde sua identidade mesmo quando predominam modos de ser inautênticos em sua co-existência com outros grupos sociais que não possuam suas características existenciais. Em seus membros se desvela um *sentido de “pertença primária”*, referenciando esse relacionamento através de diferentes momentos de sua história de vida.

À medida que o “ser aí da família” avança em sua evolução vital, as fases dessa “unidade de relação” vão apresentando modificações. As possibilidades de relacionamento com o mundo circundante se modificam, aumentando ou reduzindo de

acordo com os papéis que cada membro da família assume, alguns permanentes e outros circunstanciais. A família pode assumir o controle para que seus membros cumpram as imposições do mundo circundante: “...se assumas uma responsabilidade [i.e., se formas uma família], começa a trabalhar, tens de manter a família...”.

Qualquer modo diferente de viver que o “ser aí família” assume, por meio de seus membros, pode gerar no grupo familiar inquietude, preocupação, além de demandar justificação desses modos. Isso compromete cada um dos integrantes da família para definir como transcender as próprias possibilidades de ser, e fazer parte da existência mesma da família. Cada um sente que ao ser parte integrante de um grupo, no qual cada “ser aí” membro pode ser “*si mesmo*”, sua existência é possível só a partir da existência dessa “unidade existencial complexa”, que o reconhece e aceita como integrante. Ele sente que é e pode ser com base nessa família, que se converte em referencial de sua vida ao compartilhar vivências e experiências familiares cotidianas. Os diferentes modos de relacionamento que se podem identificar entre seus membros – “ser aí” mãe/pai, “ser aí” esposa/o, “ser aí” filho/a, “ser aí” irmão/ã – são manifestações da própria existência do “ser aí da família”. Reciprocamente, ser o “ser aí da família, em cada caso *si mesmo*, surge daquele espaço que cada um tem no mundo da família, com seus diferentes modos de ser: “...formar meu próprio estilo de vida, ...através de todas as coisas que fui aprendendo com minha família...”. Ser o “ser aí” em *si mesmo*, sem deixar de ser parte do “ser família-no-mundo”. Dessa forma, o “ser aí da família” encontra-se a “*si mesmo*”.

Até aqui desvelei alguns elementos que caracterizam e fazem do “ser família-no-mundo” um ser em cada caso meu, teu, nosso. Cada um de nós, em seus diferentes modos de ser, contribui para sua existência, assim como ela possibilita o desenvolvimento de nosso “ser-no-mundo” ao *compartilhar vivências e experiências cotidianas da família*. É ali que aparece a possibilidade existencial de compartilhar um modo próprio, um modo de ser no mundo, um modo de “*cuidado*” para “ser família-no-mundo”. Um mundo que entre todos seus “seres aí” membros – que a constituem como “unidade existencial complexa” – gera essa “unidade de relacionamento” que não é

errática, nem circunstancial, mas que emerge de *“sentimentos interligados entre os integrantes”*, respondendo a exigências próprias de cada “ser aí”, pelo *“sentimento de pertença primária”* gerado neles. Por sua vez, essa unidade contribui para definir a identidade de cada membro, seu significado no mundo, sua existência, chegando a ser *“referencial de si mesma em cada ser humano”*.

Dentro desse mundo doméstico cotidiano do “ser aí da família”, na pergunta acerca do “quem”, não há possibilidades do “ninguém”, mesmo em modos de ser impróprios que pode ter como grupo, não se transforma em um ser inexistente. Cada “ser aí” faz parte do “ser aí da família”, inicia sua existência – sem entrar na análise de tipos de família ou funções – nessa “unidade existencial complexa”. Sem dúvida, isso é possível sobre a base do “ser-com” outros *no* mundo. O ser aí começa a constituir sua existência *no* mundo da família. Nesse mundo nascem e se iniciam os seus primeiros vínculos, nos quais não estão ausentes os afetos, que vai aprendendo e cujo significado vai compreendendo. Assim, o “ser aí” vai inferindo e vivenciando diferenças nos vínculos afetivos – satisfatórios ou deficitários – mas que estão dizendo algo de como se sente no mundo, meu mundo, teu mundo, nosso mundo familiar: *“...o fundamental é o diálogo e o entendimento, que haja relação entre todos, que haja amor, que haja carinho... sem esses elementos não é uma família...”*.

4. A família vivenciando sua temporalidade

Nessa busca de características não particulares, mas universais que tem a família, está permitindo desvelar algumas características ontológicas que são do “ser aí” (individual) e outras considero como próprias da família como “unidade existencial complexa” que permitem diferenciá-la de outros grupos humanos sem características de família. Cumpre ainda avançar nessa análise fenomenológica tentando desvelar outras características do “ser aí da família”, uma das quais é a temporalidade.

A *temporalidade* como horizonte interpretativo do “ser da família” surge – como sabemos – da própria estrutura do “ser aí”. Como está constituída no “ser aí da família” essa temporalidade do ser? De que maneira se conectam entre si as temporalidades

dos diversos “seres aí” integrantes da família? Tentarei dar clareza e ordenamento às interpretações que vão surgindo à medida que busco desvelar o ser do “ser aí da família”.

Sendo a família uma “unidade existencial complexa”, minhas possibilidades de avançar nessa análise fenomenológica são várias, com diferentes alternativas de compreensão e interpretação do fenômeno. Este é o momento, talvez, em que percebo que devo desvelar com muita cautela para não desvirtuar a compreensão desta dimensão da existência da família e poder chegar a descobrir nela o significado da temporalidade.

Busquemos agora aproximar-nos da *temporalidade* do “ser aí da família”, do momento em que surgem vivências compartilhadas como família, sua própria existência se abre. A partir daqui, começa a construir-se a própria vida da família na cotidianidade. Cotidianidade, no dizer de Heidegger (1997), é ser “entre” o nascimento e a morte, descrevendo-a como um modo da *temporalidade*. Podemos assimilar esse conceito para aproximar-nos da cotidianidade do “aí” da família, em seu essencial “estado de aberto” como um modo da temporalidade, expressa, segundo Heidegger (1997), pela seqüência de vivências – passadas e futuras – no tempo: “...*aceitar que todos os dias aprendemos algo, que todos os dias nos equivocamos, todos os dias temos oportunidades...*”. São vivências compartilhadas por seus membros, que transitam no espaço de tempo entre esses limites, sendo evidentes só no agora, diz Heidegger (1997). A temporalidade de seus integrantes é a que proporciona o fundamento ontológico da temporalidade ao “ser aí da família”: “...*eu dizia: ‘quando meus filhos forem grandes vão ser...*”. Por outro lado, segundo Heidegger, o “ser aí” sempre “já é” no mundo (“facticidade”, “estado de jogado” no mundo). A facticidade é identificada por Heidegger (1997) como a *dimensão do passado* que não pode ser ignorada, negada ou revertida. Como é vivenciada pela família? A facticidade do “ser aí da família não é a mera soma de temporalidades de seus membros, é antes o produto das vivências compartilhadas entre eles em seu mundo, que fazem a sua existência como grupo primário: “...*nós o fazemos porque, desde crianças, fomos induzidos a fazer isso, com o*

assunto da responsabilidade dentro do nosso lar, dentro de nossas próprias coisas...". Mesmo sendo a família uma “unidade existencial complexa”, cada “ser aí” tem liberdade de viver sua própria temporalidade, sua vida. Ele *é sido e pode ser sido* enquanto *é*, enquanto exista. Só com base na co-existência compartilhada dinamicamente, com modos de ser na propriedade ou na impropriedade, imbuído do sentido de liberdade de ser aí, cada “ser aí”, quando integra essa unidade de relacionamento doméstico, torna possível a facticidade do “ser aí da família”: “...o simples fato de haverem tido educação e que a gente lhes deu carinho, formaram sua família... ...se tornaram responsáveis por seus atos, e isso é uma satisfação para a gente...”. Por sua vez, o “ser aí da família” em sua temporalidade – torna possível um contexto de referência próprio de significação para cada um de seus membros, projetando-se na temporalidade deles, e a deles, nela.

De fato, o “ser aí” *é*, aí, no mundo da família. Não pode modificar sua pertença primária ao “ser-aí da família”; de fato, a família lhe ***dá a possibilidade de “nascer”*** e lhe pertencer, que *é* a base do “poder ser” um ser humano. De seu mundo o “ser aí” contribui para constituir a existência de sua família, para definir o “ser da família” em todas as dimensões de sua *temporalidade*. Permite que a família, minha família, tua família hoje exista; haver vivido diversos acontecimentos contribui para gerar e fortalecer elementos constitutivos do ser da família na qual seus membros podem assumir hoje suas possibilidades de ser família no mundo: “...eu me senti ferido... ...tive esperança neles, que me dessem satisfação... ...mas me sinto com a tranquilidade de haver feito tudo...”. Nesse espaço de tempo se sucedem *vivências e experiências compartilhadas no cotidiano familiar* que determinam sua existência como família; permitem, no dizer de Heidegger (1997), o “gestar-se histórico”, cujo desvelamento da temporalidade ajuda a compreensão da historicidade do “ser aí” do “ser aí da família” como unidade existencial complexa.

Aquilo que cada “ser aí” membro vivencia e pode compartilhar contribui para constituir a existência do “ser aí da família”: “...dentro da família... ...passa um montão de coisas... ...se aprende a compartilhar...”. Esse compartilhar está fundamentado nas

relações intersubjetivas de seus membros, que vão constituir uma *unidade de relacionamento* buscada, criada e sustentada por cada “*ser aí*” membro, de seus diferentes modos de ser, de “*cuidar-se de*”, que para Heidegger (1997) revelam sua facticidade, e que contribui para consolidar a existência da família através do vivido como grupo.

Respondendo à natureza histórica de seus membros, que co-participam na geração da história da família, a *historicidade* se dá – segundo Heidegger (1997) – porque pudemos lidar com a temporalidade vivida, gerando essa história. Faz parte da existência da família e ela, por sua vez, faz parte da história de cada um de seus membros, transformando-se em *referencial de si mesma em cada um deles, em cada um de nós*: “...nunca nos fez uma carícia a nenhum, mas por um círculo vicioso porque o papai [seu avô] também não fazia isso...”. O sistema de significados que vai estruturando-se no mundo de vida compartilhada da família se torna um horizonte de referência – positivo e negativo – na existência de cada “ser aí” integrante e do próprio grupo familiar, aumentando ou reduzindo as possibilidades de ser família no mundo, de acordo com a maneira como forma parte da estrutura existencial de cada um deles: “...comparo a família com a família que tenho atualmente, te acompanham, te beijam... eu, se não dava um beijo em mamãe não ia dormir... ...assim é com a menorzinha, se não a faço dormir, não dorme...”. Seu passado sempre está aí, sendo em seu mundo e no mundo de cada “ser aí” membro, tornando-se referencial de vida na existência de cada integrante e dela mesma.

Desse modo, a família não se encontra sempre “já sido” no mundo, como algo que já passou, mas essa facticidade lhe permite perceber que ela “tem” um passado que, de acordo com Heidegger (1997), se projeta para um futuro, que vai gerando novidades, onde nos sentimos como lançados na dimensão do “poder ser”, dimensão que só é possível num “mundo com”(outros), compartilhado, “...para mim, o que não me sai da cabeça são eles [filhos] que já têm sua família, ou estão tentando ter sua família, e que tenham de passar talvez pior do que nós já passamos...”. Assim, a família adquire sentido porque sobre a base da estrutura constitutiva do “ser com” de cada um de seus

membros e correspondendo a eles, “*pode ser*”, é futuro e passado como grupo, horizonte de referência de sentimento de pertença primária e sentimentos interligados que cada “*ser aí*” membro vivencia, permitindo-lhe projetar-se como “*ser família-no-mundo*”: “...*minha família é necessária para mim, para sentir-me... ...parte dela...*”. Seria possível a existência do ser humano sem uma família que lhe permitiu ser “*já sido*” com possibilidades de “*poder ser*”?

Na cotidianidade, o “*ser aí da família*” está no mundo num “estado de aberto” singularmente reduzido, ao *encontrar-se* no mundo “*já sido*”, seu passado, vivenciado por cada um de seus membros. Mas é um “*encontrar-se afetivamente de alguma maneira*”; nunca – como membros da família – estamos desprovidos de determinado estado de ânimo, que revela uma dimensão de minha existência, a de minha família, de nossa família. Segundo Heidegger (1997), o estado de ânimo (o “*encontrar-se*”) abre nossa existência de determinado modo que torna evidente “*como a gente vai passando*”, desvelando assim, a dimensão do passado do “*ser aí*” que faz parte da existência da família, cujos integrantes compartilharam vivências e experiências como grupo, acompanhadas de sentimentos que desvelam sua existência como família. Como “*ser aí da família*” está aí, como “*unidade existencial complexa*” “*lançada no mundo*” como expressa Heidegger (1997), ocupando-se de estar aí todos os integrantes, compreendendo seu “*ser da família*” como possibilidade: “...*a única idéia era criá-los dentro de minhas possibilidades e dar-lhes o melhor, bem, isso é o que meus pais me ensinaram... dar-lhes as condições mínimas para que a criança se desenvolva, possa estudar, dar-lhes essa possibilidade...*”.

Na visão heideggeriana, esse *encontrar-se* pode ser vivenciado de forma diferente por cada membro da família, e a mesma pessoa em vários momentos pode vivenciar essa dimensão da vida compartilhada de maneira diferente. É um passado com base no qual estamos enfrentando o presente, segundo Heidegger (1997), o hoje, momento em que estamos com um estado de ânimo determinado, para abrir-nos às possibilidades de ser nos modos da propriedade ou da impropriedade. Esse “*encontrar-se*”, para a família, é um *encontrar-se* especial para o ser humano, que gera tantos

estados de ânimo quantos integrantes haja, muitas vezes contraditórios – otimismo, frustração, amor, ódio, esperança, desalento, confiança, incerteza, segurança, desassossego. Heidegger (1997) adverte que devemos prestar atenção ao estado de ânimo porque ele expressa a maneira como nos encontramos “no “ mundo – doméstico e circundante – e nos permite “compreender a situação em que estamos: *“à gente começa a caminhar e aprender enquanto os filhos se vão criando... esse ir na vida te faz entender muitas coisas...”*. A família está entregue à tarefa de viver a própria vida, de ser em relação à própria existência como família, a *“cuidar-se de”*.

É deste passado compartilhado que o “ser aí da família” pode chegar à abertura do ser – estado de aberto, que não é um mero estado psíquico, diz Heidegger (1997) – de alguns ou de todos os membros, de um presente que se projeta com seus sentimentos de pertença “primária” para “poder ser” em família, *“...talvez eles te dêem uma definição do que a gente realmente lhes mostrou como família, se realmente a família cresceu num círculo bom, mau, regular, o que lhes faltou, também eles são partícipes disso...”*.

Assim como cada membro do “ser aí da família nunca está numa situação sem compreendê-la de algum modo; pode-se inferir que como grupo – a família – abre sua existência para “compreender” suas possibilidades de ser família no mundo, o futuro. Como? De acordo com o pensamento heideggeriano, o compreender, que é sempre afetivo, não constitui uma forma especial de conhecimento, mas é anterior a toda forma de conhecimento porque é um modo de ser. É o “poder ser”, o “ver através de” si mesmo diversos modos de ser. Assim, nossas possibilidades de ser família no mundo se vêm aumentadas ou reduzidas segundo nosso estado de ânimo, ao que já vivemos, de onde surgem os significados que referenciam as possibilidades de ser da família e portanto, de cada um dos membros: *“...dar-lhes a oportunidade e que eles escolham o que querem ser...”*.

Heidegger (1997) expressa que o compreender tem em si mesmo o que denomina “projeção”, que é abrir-se para as possibilidades, para o futuro, essencialmente determinado pelo encontrar-se. Daí se pode deduzir que a família, em

cada momento de sua vida, pode desvelar sua *temporalidade* que torna possível a unidade da existência, própria e imprópria. Seu agora, de onde se projeta a vida da família, para “*poder ser*”, compreendendo as possibilidades de “ser família-no-mundo”, de relacionar-nos, de “ser-com outros”, expressando o vivido e seus projetos através da “fala” – assimilada em toda a sua expressividade, verbal e não-verbal – que está articulada por significações que surgem do mundo vivido individual e grupalmente. Recordemos que para Heidegger (1997), a fala é a articulação da compreensibilidade, e que as significações fazem brotar palavras: “... *diante das coisas sabíamos falar, nos colocávamos sempre de acordo... se perdeu o diálogo entre os dois...* “. Com a *fala*, na família, podemos comunicar-nos entre os integrantes, abrir nosso ser e poder lidar com nossa existência; a fala permite manifestar nossa facticidade e daí dar-nos conta do que somos no mundo, compreendendo nossas possibilidades e expressando-as. Aqui Heidegger (1997) diz que pela fala temos possibilidade de ouvir e calar. “...*porque às vezes a gente se dá conta de que muitas coisas que lhes poderiam ter acontecido, é porque a gente não lhe perguntou no momento exato... às vezes por eles mesmos, porque se fecham em seu problema e não querem dizê-lo para ninguém...*”. Desse modo, a família – por seus membros – como unidade de relacionamento, em todo momento pode encontrar-se compreendendo e expressando-se de alguma maneira, segundo códigos e regras definidas pela família e pelo mundo circundante.

Certamente a temporalidade, em suas três dimensões ou êxtases – assim denominados, como sabemos, por Heidegger (1997) – passado, presente e futuro, constitui a base da existência do “ser aí”. As dimensões temporais são, portanto, elementos fundantes da vida da família. Deste mundo da família compartilhado, onde se concentram possibilidades de ser de cada “ser aí” membro, cujos estados de ânimo na cotidianidade mudam de acordo com as circunstâncias que surgem na vida individual e grupal, vai gestando-se no dia a dia o “ser família-no-mundo”. O passado se evidencia predominantemente em seus modos de ser cotidianos, definindo características que são próprias da família como “unidade existencial complexa”. Heidegger (1997) adverte que passado e futuro se vinculam, mas prestamos atenção ao presente, por ser a comunicação um transporte de vivências, opiniões, desejos de

um sujeito a outro, possibilitando o “ser-com”: *“é capaz que a gente não queira contar para não fazer o outro se sentir mal, ou se o conta para desabafar também... ..essas são coisas que às vezes a gente se põe a pensar, pensa, e pensa e não chega a nenhuma conclusão, e aí a gente vai à mamãe ou ao papai ou ao irmão com o fito de desabafar... ..dentro de tudo se aprendem mais coisas boas que más, se aprende a compartilhar...”*.

O “ser aí da família” necessita dispor de um autêntico “estado de aberto” de si mesmo, para poder abandonar o estado de indiferença, impropriedade, para “poder ser”: *“...deliberar entre todos e ver como se pode chegar e de que maneira [chegar] a resolver as coisas...”*. A inter-relação dentro da família define um mundo que lhe é peculiar, onde não está excluída a relação com outros entes não-humanos que contribuem para sua existência.

Mas, ao mesmo tempo, a família, na sua cotidianidade no mundo circundante, está dominada pelo “se”, imersa no “(qualquer) um”; não poderia ser diferente do que é a existência do “ser aí” (individual) na vida cotidiana, ao ser este último fundante de sua existência. O mundo circundante lhe impõe determinadas rotinas que deve incorporar para conseguir satisfazer suas necessidades, como horários e dias das diversas atividades: freqüentar a escola, o trabalho; recreação, descanso. Quando se trata do mundo doméstico, na família co-existem modos de ser inautênticos com modos de ser autênticos. Na cotidianidade, adverte Heidegger (1997), o “(qualquer) um” se apossa do “ser-aí”, ele vive como “se” vive, os êxtases se vêem reduzidos em seu “estado aberto”; o “(qualquer)um” impõe à família um modo de ser impróprio, impessoal, que “nivela” todas as possibilidades de ser individual e grupalmente: *“por mais que a gente pense o que quer que faça sua mente, mas não, é a realidade que se impõe...”*.

Heidegger (1997) assinala que a existência não se sente então como um projeto, nem que é “em cada caso, minha”, mas parece que é como a de qualquer outro ente. Heidegger (1997) denomina esse estado “a queda” do “ser aí”: *“...domingos, sim todos procuram estar aqui... ao final dos domingos estamos todos entre todos, se eles se integram com os filhos, eu também não tenho problemas, assim os dias de semana são*

monótonos, vir, sentar-se, comer, ir, vir...”. Nesse modo de ser inautêntico a família não pode ser diferente do que cada um de seus membros vive, como (qualquer) *um* mesmo, relegando seu ser *si* mesma. Nesse modo inautêntico de existir, a compreensão e a interpretação do “ser aí” cotidiano, expressa Heidegger (1997), estão reduzidas a conversa trivial; seu encontrar-se está reduzido a ambigüidade; sua expressividade é superficial, como que nada a preocupa. A família vive como as outras famílias vivem, não sente a necessidade de abrir-se para ser própria; entregou-se ao comum no mundo, que Heidegger (1997) diz que é a “*tiranía*” do se.

Heidegger (1997) diz que essa *queda* só poderá ser superada através da *angústia* vivenciada pelo “*ser aí*”. A *angústia* pode resgatá-lo dessa inautenticidade, do (qualquer) *um* mesmo. A *angústia* é um sentimento indefinido; para Heidegger (1997), é próprio dela, “*não estar no mundo como em sua própria casa*”. De que maneira a *angústia* possibilita à família ser ela mesma? Isso ocorre quando, no cotidiano, o “*ser aí da família*” vivencia, através de seus membros, limitações na conquista de suas metas pré-fixadas: incapacidade para encontrar soluções para situações que comprometem possibilidades de ser de cada integrante, ou dela como “*unidade existencial complexa*”. Na cotidianidade, isso pode manifestar-se por diferentes estados de ânimo que seus membros vivenciam, mas que definitivamente são gerados pela *angústia*, uma forma de evidenciar que a família está incômoda no mundo e busca ser *si* mesma. Sair de “*estado de queda*”, segundo Heidegger (1997), lhe dá a chance de um “*poder ser*” próprio no mundo, “*...sempre saía em família... ...com o tempo isso começou a desaparecer porque eles não queriam [sair] ao lado da mãe e do pai, já queriam seus amigos, e... bom, a gente respeita... mas definitivamente a família está sempre...*”.

Assumindo a vida, cuidando de si mesma, o modo de ser autêntico predomina no mundo da família, de acordo com o momento de sua história de vida que a família esteja vivendo. A tendência ao modo de ser inautêntico vai predominando à medida que a família avança em sua última fase de relacionamento familiar – convalidação/invalidação e contração. A família se constitui em referencial de si mesma em novas famílias que surgem, e a família de origem se percebe como tendo alcançado

sua meta: *“...eu estou orgulhosa de meus filhos... ...apesar de que a gente queria vê-los com estudo... de qualquer forma eu me sinto bem, vejo que eles a seu modo, mas vivem... o que não se realizou antes se realizará algum dia...”; “as expectativas que a gente tinha podem ter sido falhas da gente...”*.

Para Heidegger (1997), o “ser aí” é um constante “estado de inconcluso”, o que significa um faltar algo no “poder ser”. Para ele, o que falta é inerente ao “fim” mesmo do “ser-no-mundo”, que entre todas as possibilidades de seu ser existe uma que é a mais própria ao “ser-aí”, a *morte*, que nos revela que somos finitos: *“...o não poder ser forte traz suas conseqüências, a tentativa de suicídio, por exemplo...”*. Na cotidianidade, a família não vivencia a morte como a possibilidade de “poder ser total” do “ser aí”, mas como a revelação de que ele é finito. É o fim do “poder ser” de cada integrante e, com isso, implicitamente a família vai experimentando seu fim como grupo, o não “ser aí da família”. Como é esse “ser aí da família” depois da primeira morte? Emergem novos elementos estruturais que possibilitam outro projeto de vida da família?

A família tem a possibilidade de experimentar a morte de seus membros, desvelar a finitude da vida através de cada “ser aí” membro, que culmina com a possibilidade certa de “morrer”, revelando que a existência é em cada caso minha, é intransferível, inevitável. Segundo Heidegger (1997), a morte fecha toda outra possibilidade, e sua percepção chama a uma vida mais pessoal, mais autêntica, a ocupar-se da existência. Na família, é descoberta como perda sentida pelos sobreviventes. Também mobiliza para um modo de autenticidade do “ser família-no-mundo”, quando se vivenciaram situações de risco de morrer em alguns de seus membros: *“...a partir da vivência que tive com mamãe... ...a ponto de morrer... ...isso foi o que me fez ver muitas coisas... ...viver cada minuto do que tenho e de quem tenho...”*. Ao morrerem os membros da família de origem, morre o ente família, mas o ser da família persiste nos membros de outras gerações, referenciando sua existência.

Quando se produz a desagregação do ente família pode-se considerar a sua morte? Pelo exposto até aqui, os elementos estruturais de sua existência estão aí em cada um de seus membros – vivências e experiências compartilhadas do cotidiano

familiar, sentimento de pertença “primária”, sentimentos interligados entre os integrantes, referência de si mesma em cada um deles, haver dado a possibilidade de nascer, fazem parte da existência de cada um dos “seres aí” que formaram o ente família.

Segundo Heidegger (1997), só o ente que é “entre” o nascimento e a morte representa o todo buscado. Como grupo, a família, enquanto existe é um “estado de inconcluso”? Para alcançar sua “totalidade”, deve morrer? Como se revela sua morte? Se sua estrutura existencial surge da existência mesma de cada “ser aí” que a integra, cabe inferir que sua possibilidade de “ser total” está relacionada com a de cada membro? Como família, seus integrantes podem experimentar, no morrer de cada “ser aí”, o fenômeno do ser, passar da forma de ser do “ser aí” (vida) para a de “já não ser aí”. Alcança o “ser total” quando morre o último integrante da família? Quem seria o último integrante da família? Esta pesquisa deixa aqui esta interrogação, devido às limitações no manejo de um fio condutor ontológico suficiente.

5. A família e o “cuidado”

Heidegger (1997) crê poder unificar todas as dimensões do ser do “ser aí” no termo “Sorge” (cura/cuidado), caracterizando com ele, de maneira geral, nosso relacionamento com o mundo. As duas modalidades fundamentais da cura/cuidado se dão na relação com as coisas e na relação com outros “seres aí” que estão no mundo. Na família, de que maneira o “cuidado” é parte constitutiva do ser da família? Como se desvela o “cuidado” como estrutura fundante do ser do “ser aí da família”? Para Heidegger (1997), o “cuidado”, ao ser característica existencial do “ser aí”, o é no ser humano “antes” de toda “atitude”, como o querer e “situação” de fato: “...a gente tenta aconselhá-los... ...fica a critério deles se o tomam ou se o deixam...”; “...passa também para a gente mesmo que também evite isso, que não passe pelo mesmo que eles...”. Desse posicionamento se pode inferir que é no mundo da família, nesse mundo doméstico, onde esse modo de ser, o “olhar por” alguém – *cuidar* – pode ser mais evidente.

A família é o ambiente onde seus integrantes vão compreendendo o “cuidar-se de”, cuidando de”, “ocupar-se de” e do “cuidado” de si mesmo, que para Heidegger (1997) são possibilidades de ser si mesmo, modos de ser próprios que na cotidianidade, no mundo da família se dão com os modos de cuidar inautênticos. O ser humano como “ser-com” que é, existe em presença de outros seres humanos e se realiza a si mesmo em colaboração com eles, especialmente no mundo da família, e seu mundo circundante pode tanto complementá-lo como limitá-lo.

Para o “ser aí”, só se torna possível sua existência a partir do outro. Isso implica abrir seu ser para conseguir um relacionamento autêntico com o outro “ser aí” membro da família. Cada integrante pode definir seu mundo a partir de sua relação *com os outros* membros e entes não-humanos; meu mundo, teu mundo, nosso mundo, o mundo da família adquire significado na presença do outro. Por exemplo: ela/ele é esposa/o de outro/a, pai de outro/a, irmão/a de outro/a, sobrinho/a de outro/a, tio/a de outro/a, avó/ô de outra/o No mundo da família o modo impessoal, negativo, de “um com outro”: a indiferença, convive com modos de ser positivos como aquele que Heidegger (1997) identifica com o tomar para si a preocupação dos outros, substituindo-os em seu próprio “cuidar-se de”: “...*dar-lhes as condições mínimas para que a criança se desenvolva, possa estudar, dar-lhes a possibilidade essa...*, como é o caso de pais dominantes e filho/s dominado/s e dependente/s, mais evidente nas primeiras etapas do ciclo de vida do ser humano. Mas existe também o outro modo positivo de ser-com, o que liberta o outro para “poder ser”: ‘...*a gente procura apoiá-los porque a gente os vê... ...tomaram suas decisões e hoje se arrependem...*’. Assim sendo, cada “ser aí” no mundo da família adota modos de “cuidar-se de” diferentes, positivos ou próprios e/ou deficitários ou impróprios. Os modos deficitários podem beirar a indiferença do “ser aí” membro perto dos outros integrantes da família, ou da família que abandona um ou mais de seus membros.

Como são absorvidas no mundo da família as modalidades do cuidado/cura? Se buscamos compreender esse fenômeno, é interessante remontar aos pensamentos de Heidegger (1997) quando expressa que o *cuidado* é existencialmente anterior a toda

“posição” e “conduta” efetiva do “ser aí”. Posso inferir que ao fazer parte do ser de cada “ser aí”, ser membro da família, esta última, como “unidade existencial complexa”, contribui para que cada integrante tenha a condição existencial do “cuidado da vida” e “entrega”, pela condição de compartilhar vivências e experiências do cotidiano familiar. Vale dizer, a possibilidade de “ser-com outros” no mundo doméstico e também circundante – individual e grupalmente – “*poder dialogar com os filhos, poder encaminhar nossos filhos, para que encontrem o caminho como pessoas, sobretudo não ensinar-lhes o rancor, não ensinar-lhes que odeiem, mas ao contrário, ajudar no que possam...*”. Do mundo da família, e com a participação de seus membros, o “ser aí” estrutura seus próprios modos de “cuidado”, segundo as possibilidades de relacionamento que surjam no mundo doméstico e circundante. Podem assim co-existir modos positivos, que permitem ao “ser aí” ser “si mesmo”, com modos deficientes onde só tem possibilidades de ser “(qualquer)um mesmo”. Entre esses modos pode haver equilíbrio ou o predomínio de um deles.

No cotidiano “ser aí da família”, no mundo doméstico, podemos encontrar modos de ser diversos, naquela família que possibilita o desenvolvimento de cada membro, onde cada integrante participa nessa unidade de relacionamento intrafamiliar por suas próprias possibilidades de ser. Do mesmo modo, podemos encontrar uma família onde as possibilidades de ser de cada “ser aí” estão condicionadas pelo modo de ser de *alguns* de seus integrantes, mas que permite que cada “ser aí” desenvolva suas possibilidades de ser si-mesmo. É possível identificar nesse mundo do “ser aí da família” um “*cuidar*” deficiente, em que os integrantes da unidade existencial consigam um relacionamento de remarcada indiferença, e suas possibilidades de ser e de “cuidar-se” estejam limitadas. Em tais circunstâncias, o mundo doméstico se transforma naquele “*ser um com outro*” em que o “estado de queda” submerge os integrantes da família num mundo do “(qualquer) um” que decide por eles, permanecendo todos num modo de ser impróprio.

Em algum momento da vida dessa “unidade existencial complexa” podem surgir crises no sistema de relacionamento entre os membros da família pela predominância

de modos de ser inautênticos, que reduzem a abertura do ser de cada “ser aí” membro e, com isso, a de encontrar-se compreendendo e poder expressá-lo.

No dizer de Heidegger (1997), a cotidianidade do “meio termo” do “cuidar-se de” fica cega para as possibilidades peculiares e se aquieta no simplesmente real, surgindo a pura aparência de que acontece algo “...*todo aquele que queira escolher uma mulher, que procure onde morar... posso dar-lhes uma mãozinha, mas aqui, não... considero que estando com o sogro ou com a mãe, a gente se desentende...*”.

Embora toda abertura do “ser-com” implique um compreender o outro “ser aí”, ela é também um “abrir-se”, é o momento de propriedade do ser, de reciprocidade entre “seres aí” que se relacionam. Há momentos na história de vida da família em que o sistema de relacionamento pode encontrar-se interrompido com um ou mais integrantes da família. Isso pode dever-se a discordâncias em suas possibilidades de ser, de perceber, de compreender e interpretar seu mundo individual e seu mundo familiar, surgindo modos alternativos que não permitem a abertura do Outro para ele. Aqui poderia assimilar-se o “querer” aquietado sob a tirania do “(qualquer)um”, mostrando-se como mero “desejo” de que fala Heidegger (1997): “...*eles, [filhos] não souberam captar a mensagem que a gente lhes passou ou não sei o que pode ter influído neles...*”. Mantém-se então o “ser aí” como se estivesse sem ocupar-se do mundo, como se não estivesse “cuidando-se de”, “ocupando-se de” seu “cuidado”. Mas mesmo assim, o grupo familiar de referência não o confunde com algo que não faz parte desse mundo doméstico, qualquer que seja seu modo de ser. A forma de “ser com os outros” faz parte da vida de cada um de nós, é constitutiva da existência do “ser aí”.

Segundo Heidegger (1997), do ponto de vista ôntico, todos os comportamentos e atitudes do homem são “dotados de cuidado” e guiados por uma “dedicação”. Ao fazer parte da estrutura existencial do ser humano, o cuidado acompanha o seu crescimento e o seu desenvolvimento, atingindo um nível de complexidade, no tipo e na qualidade das ações – através das quais se manifesta – à medida que a pessoa cresce. Heidegger (1997) expressa que o cuidado é ontologicamente anterior a todo impulso e inclinação: “...*formaste tua família e é uma responsabilidade enorme, não só porque*

tenhas que lhe dar o prato de comida todos os dias, mas também porque tens de lhe dar estabilidade...” Isso pode referir a família quando estrutura seu próprio sistema de cuidado, o que dá conta de tudo quanto vai aprendendo, criando e produzindo em seu mundo, em relação a mecanismos de proteção de sua própria existência. A família vai gerando ações que estão orientadas para dar respostas a exigências da vida que está vivendo.

Esse sistema de cuidado que na vida diária chega a estruturar e sustentar a família – o “cuidado cotidiano” – com a participação de todos seus integrantes, interagindo com seu meio, atribui-lhe características particulares, refletidas em seus hábitos, costumes, rotinas. Dessa maneira, na cotidianidade cada família tem a possibilidade de definir a valoração do cuidado. Vai construindo, criando, de acordo com suas próprias significações, crenças, costumes, necessidades, possibilidades, de tal forma que a ajudem a viver sua vida, poder ser ela mesma.

Pela sua cotidianidade, para poder compreender sua existência e poder projetar-se com suas possibilidades, o “ser aí da família” necessita resgatar o vivido por seus membros. Assim compreende que não está no vazio e que se “encontra” de alguma maneira. “De alguma maneira” implica que está “aí”, com seu estado de ânimo que vem do vivido, no individual e no grupal. Abre o ser do “ser aí”, buscando resgatar o significado das vivências e experiências compartilhadas. Procura resgatar aquilo que está envolvendo seu aqui, seu agora, seu encontrar-se “aí” vivendo, sendo relativamente ao próprio ser da família, onde suas possibilidades de ser estão intimamente vinculadas às de cada membro, e, por sua vez, as possibilidades destes se dão de acordo com as possibilidades de existir da família.

*

À guisa de síntese desta análise, pergunto: seria possível a existência da família sem constituir-se numa “unidade relacional complexa”? Sem um sentimento de pertença primária em cada um dos seus membros? Sem compartilhar vivências e experiências cotidianas familiares? É possível a existência da família sem sentimentos interligados entre seus integrantes? É possível sua existência sem “cuidado”? É

possível o nascimento do ser humano em outro grupo humano que não seja uma família? A “analítica existencial” (como a denomina Heidegger) da família indica que não.

Capítulo VII – ENCONTROS E POSSIBILIDADES

Em minha busca do ser da família encontrei, através da história da família no mundo, diferentes significados que surgiram de várias correntes do pensamento, evidenciando distintos elementos vinculados à estrutura, às funções e à dinâmica familiar. No entanto, a tendência dos estudos desenvolvidos nos últimos vinte anos na área da saúde – principalmente na enfermagem brasileira – está orientada para análise e compreensão do comportamento da família em sua cotidianidade. Daí surgem suas diversas dinâmicas internas carregadas de significações, formas de relacionamento com a saúde e a enfermidade, configurando uma imagem aproximada de sua realidade e de sua vida singular. Este capítulo será desenvolvido com base nos elementos existenciais da família desvelados em esta Tese: ***compartilhar vivências e experiências cotidianas da família, sentimento de pertença “primária”, referente de si mesma em cada um de nós, cuidado, sentimentos interligados e dá a possibilidade de “nascer”.***

Aqui, o propósito é resgatar daqueles estudos da família os aportes relacionados com seu significado, proveniente dos referenciais mais utilizados nos trabalhos empíricos, e junto com os elementos desvelados por este estudo, visualizar aquelas características ônticas e ontológicas que fazem parte do corpo de conhecimento de saúde familiar para deixar abertas as possibilidades de um debate não apenas para colegas, mas também para outros profissionais ligados à saúde familiar em suas diferentes áreas: cuidado, docência e pesquisa.

Esta construção vai emergindo da nossa realidade profissional cotidiana comprometida com a realidade social em que vivemos. Por isso, não por acaso os referenciais teóricos que vêm sendo utilizados para o estudo da família em docência, assistência e pesquisa são predominantemente da área da sociologia e da antropologia.

De acordo com a pergunta inicial: o que é a família?, desenvolvida neste estudo, posso diferenciar a existência de duas categorias de significados de família: um significado *extrínseco*, que emerge de cada um dos campos específicos do saber

que avançaram no estudo da cotidianidade da família – sociologia, antropologia, economia e saúde, entre outros – utilizando teorias que foram geradas para o estudo da pessoa e depois adaptadas, exceto a teoria do desenvolvimento que foi desenhada para o estudo da família, como o explicam Klein & White (1996). Esse significado surge, na maioria dos casos, de estudos empíricos que podem ser testados/provados no mundo científico.

Já o significado *intrínseco* estaria constituído por elementos que fazem a sua própria existência, a sua universalidade como unidade existencial, como unidade de vida. Esses elementos podem surgir de estudos filosóficos provenientes de distintas correntes filosóficas; no presente caso, da fenomenologia existencialista, aprofundou o conhecimento do ser humano, mormente na existência da família. Por não ser um conceito empírico, o conhecimento filosófico não pode ser testado/provado, mas sim defendido, expressa Salsbery (1994), ao referir-se à filosofia em uma de suas palestras para enfermeiras.

Ambas as representações da família – ôntica e ontológica – fazem a vida do ser humano e, por conseguinte, da família. Não se opõem; ambos os campos do conhecimento estão inter-relacionados e por isso requer nossa atenção. Assim Heidegger (1997), através de sua obra “O ser e o tempo”, procura o desvelamento do ser do “ser-aí”, partindo de uma análise profunda de suas vivências cotidianas, que vela/oculta as estruturas do ser humano. Ali, nessas expressões, nessas significações que atribuímos, nesses modos de ser da cotidianidade, do “um” mesmo, nessas rotineiras maneiras de nos inter-relacionarmos, estão implícitas as estruturas fundantes do ser.

Cada área do conhecimento estuda a família com base em suas próprias necessidades de relacionamento com a mesma. A partir desse ponto, foram surgindo elementos que permitiram caracterizá-la, atribuindo-lhe um significado, pela perspectiva teórica e/ou empírica que avançou no seu estudo. Assim surgiram as mais diversas concepções de família: de acordo com o momento histórico da sociedade, como é o caso do historiador contemporâneo Ariès (1981), que trouxe elementos para ter uma imagem de como foi a família nos séculos passados, seu sentido, predominando nesses achados suas características estruturais e funcionais, como ela apareceu na sociedade. Ele remonta à Idade Média para esclarecer que a

família naqueles tempos era aberta e foi mudando com o tempo, adotando características próprias de cada povo, destacando que sua função afetiva foi surgindo à medida que a sociedade lhe foi atribuindo um valor dentro de sua estrutura. Isso ocorreu na Idade Moderna. Já os estudos de Casey (1992) se orientaram para ver, através da história da família, as causas sociais que a levaram às transformações colocando-a num lugar de destaque, muito embora, para ele, a família seja um conceito que a sociedade concebeu como resposta a suas necessidades organizacionais.

Ainda hoje a sociedade continua induzindo a família a transformações, não apenas em sua estrutura, mas também no funcionamento, convertendo-se em grande desafio sua vida cotidiana, fazer sua vida em família e ser família no mundo do materialismo e/ou do individualismo. Mesmo assim sua identidade é perdurável, intransferível. Existem elementos que contribuem para isso, para que sua existência seja diferente da de outros grupos humanos. Um dos elementos desvelados nesta tese é que seus membros podem **compartilhar vivências e experiências cotidianas da família**, que começa desde o momento que se constitui a família. Através desse compartilhar começa a constituir-se o mundo da família – mundo doméstico – que torna possível o “ser-com o outro”, cujos modelos de co-existência entre os integrantes são definidos por eles; “nosso mundo” tem características próprias que diferenciam a família do mundo externo – mundo circundante. Compartilhar a vida em família é o que gera sua existência, sem levar em conta, nesse nível de análise, a qualidade de suas vivências e experiências, é e pode ser no mundo doméstico, onde cada um de nós adquire significado e, simultaneamente, a própria família, por seus membros.

Esse pensamento se afina com o do filósofo Zilles (1989), quando manifesta – numa abordagem metafísica – que a família é um fenômeno fundado na natureza própria do homem e desse modo faz parte do mistério da vida, sem desconhecer que no mundo da racionalidade constitui uma unidade social, afetada pelos vaivéns da sociedade.

Mas com base no ambiente da cotidianidade da família, o sociólogo Gelles (1994) resgata a teoria da “promiscuidade original”, que nasce dos trabalhos de Bachofen (1861) e Morgan (1878), onde sugerem que a primeira forma de família foi

constituída pela mãe e seu filho, porque o relacionamento permanente entre homem e mulher não existia na humanidade naqueles tempos. Já o historiador Flandrin (1995) acha que até o século XVII, na Europa, a idéia de coabitar expressava o significado de família.

Em trabalhos atuais de nossa região, mais especificamente no Brasil, encontro essa característica da cotidianidade da família espelhada nas palavras da psicóloga Szymanski (1987), quando, aplicando a fenomenologia como método para o estudo do significado da família, refere que as experiências que os membros da família compartilham dá-lhes a certeza de constituírem uma família, o que vai além da consangüinidade e do casamento; ela surge da decisão de sê-lo. Este trabalho origina dois conceitos: família pensada e família vivida; a *família pensada* é a que as pessoas querem viver na prática cotidiana, colocando-a como modelo; já a *família vivida* é a da cotidianidade que tem certas características que a identificam, como: estabelecer-se com base no desejo de algumas pessoas de conviver; existe uma hierarquia entre seus membros: homem-mulher, velho-jovem, entre outras características socioculturais.

Em achado mais atual, temos Althoff (2001), segundo a qual – na perspectiva do interacionismo simbólico – a condição causal que leva os seres humanos a viverem em família é o “querer viver em família”. Para essa pesquisadora, é a “convivência” que dá significado à família, que se constrói no viver juntos em família, de coabitar, de tal forma que seus integrantes possam interagir em conjunto em diversas situações que tornam possível conviver em família.

Avançando na visualização da família em suas duas dimensões, com base ontológica, achamos que à medida que vai ocorrendo o compartilhar vivências e experiências de vida familiar na cotidianidade, vai surgindo na vida de cada um de seus membros o **sentimento de pertença “primária”**. A família se torna criadora de sua própria história de vida, na qual cada integrante vai adquirindo seu próprio significado e também, ao mesmo tempo, o grupo como tal. Cada um se sente partícipe e artífice de sua família, minha família. Em seu mundo vai surgindo um sistema de relacionamento cujas características vão modificando-se de acordo com necessidades individuais e grupais, e nem sempre acompanha o momento evolutivo da vida em família. Este sentimento de pertença “primária” é o primeiro referencial

de identidade que tem todo ser humano, tornado-se **referente de si mesma em cada um de nós**, mas que emerge não de vínculos sangüíneos ou legais, mas do sentimento de co-existência, porque cada um de nós abriu um espaço no mundo da família, que é único para cada membro.

Na história, encontramos Flandrin (1995) falando do “sentimento de família”, esclarecendo que até o século XVI a família não existia como valor, começando a emergir na sociedade européia naquela época.

Com base na sociologia fenomenológica, McLain e Weigert abordam, em 1979, o estudo da família, considerando-a essencialmente diferente de outras instituições sociais. Um aspecto dessa diferença é que a família é, em certo sentido, o menos tipificado dos grupos sociais. A família está unicamente constituída por relacionamentos que são “vividos através de”. Para eles, é apropriado dizer que as individualidades crescem juntas na família.

Já Schavaneveldt (1981) um dos estudiosos que fortaleceu o modelo *interacional* no campo da sociologia da família, reconhece que o ambiente familiar permite a seus integrantes interagir de diversas formas de vincular-se. Isso leva a uma compreensão dos outros e em forma recíproca, um reconhecimento dos outros para com essa pessoa. Segundo ele, essa intersubjetividade, baseada na comunicação, se dá a partir desse preciso momento em que as pessoas se inter-relacionam. Inicia-se no contato básico que indica o reconhecimento e a compreensão da existência do outro, vale dizer, desde o momento em que surge a família. É nesse momento que começam a ser definidos significados, cada um atua com base nos significados que as coisas, as outras pessoas têm para ele. Por isso, os significados são produtos sociais. Cada um tem um lugar atribuído na família e todos juntos definem uma dinâmica própria de interação interna e externa através de seu ciclo de vida individual e familiar.

Dentro dessa perspectiva teórica, entre os diferentes estudos com que tive contato no campo de enfermagem familiar está o de Centa (2001) expressando que o “significado de família é apreendido e incorporado na infância, com sua família de origem, e vai sendo reconstruído pelo casal, fortalecido com seus desejos de ter um filho”. E mais adiante acrescenta: “a família, no interacionismo simbólico, é um

processo em constante movimento, que se afirma e reafirma à medida que o casal começa a desenvolver o 'self familiar'(...). O 'self' familiar é construído através das relações no mundo interior das famílias e de suas interações com a sociedade, que torna cada família 'singular', com uma história própria e específica”(p.129-130).

No estudo de Althoff (2001), encontro outro aporte que complementa o anterior quando diz: “a família dirige suas ações com base nas experiências vividas em seu mundo interno e externo. Assim, o *self* da família participa na comunicação, na definição de situações e dá identidade à família” (p.151).

Nessa busca do conhecimento da família pude descobrir, através de meu trabalho, outro elemento que faz da família um ser peculiar: o **cuidado**, representando as diferentes modalidades de relacionamento. Através do cuidado, a família permite que cada membro, em seu mundo doméstico, possa ser si mesmo em sua relação com os outros membros que fazem sua família, e com as coisas que lhe “servem para” viver no mundo da família, participando simultaneamente no cuidado do grupo familiar, sem esquecer que o cuidado é existencialmente anterior a toda conduta ou atitude cotidiana da pessoa, porque faz parte da estrutura do ser.

No mundo da família é onde cada um de nós, na relação com os outros – que é o momento da abertura do ser – o grupo pode estruturar seu próprio cuidado, tornando-o evidente através de diferentes condutas manifestas dos integrantes. O “cuidado” de si mesmo possibilita sua existência no mundo doméstico cotidiano a partir do “cuidar de”, sendo um para o outro entre os integrantes e todos para cada membro; de tomar a seu cuidado o irmão/ã, o pai/mãe, o filho/a, a esposa/o através de diferentes modos de “cuidar de” que vão desde o modo de “cuidar de” próprio/autêntico até modos de cuidar deficientes que podem conduzir à morte.

O verdadeiro cuidado no mundo da família é o que permite e faz com que cada membro cuide de si mesmo, desenvolva sua própria existência e possa cuidar dela. O cuidado emerge em um sistema de cuidados na cotidianidade da vida da família, impregnado de conhecimentos, significados, crenças, costumes que são peculiares dela, de seu mundo doméstico.

Assim podemos vê-lo refletido nos estudos efetuados por profissionais de enfermagem da área de assistência, academia e pesquisa, orientados

fundamentalmente para o descobrimento da conduta cotidiana da família, em diferentes experiências de vida diária, em situações de saúde e enfermidade, para poder compreendê-la e definir estratégias de relacionamento entre ambos os sistemas de cuidado – familiar e de saúde. Esses trabalhos vão permitindo descobrir que a família apresenta comportamentos “domésticos”, estruturando artesanalmente seus cuidados com base em seus próprios recursos e necessidades individuais e grupais. Em sua tese de doutorado, e apoiada no interacionismo, Elsen (1984) afirma que a família desenvolve um verdadeiro processo de cuidar, podendo ser considerada como o primeiro e mais natural provedor de cuidados de saúde entre seus membros. Suas ações estão orientadas para a promoção da saúde, prevenção e tratamento das enfermidades, incluindo reabilitação, baseadas em conhecimentos adquiridos de sua cultura e das interações com os profissionais da saúde.

Já Delgado (1991), numa perspectiva sistêmica, buscava o conhecimento da família através da exploração de fatores que influem na conduta de saúde (leia-se cuidado) da família urbano-marginal, encontrando como variáveis significativas para sua estruturação: dinâmica funcional interna e rede de apoios sociais de que dispõe (sociocultural, econômica, sanitária). Cada família tem suas próprias características de funcionamento e é assim que vai definindo seus próprios cuidados, de acordo com suas próprias possibilidades individuais e grupais, para garantir seu funcionamento como sistema. Da inter-relação e da interdependência que existe entre os integrantes da família vai definindo-se uma interação entre eles, e também com o meio onde se acha inserida, permitindo o intercâmbio de energia que garante sua existência como grupo familiar. Qualquer alteração em um dos membros afeta a família como grupo.

Com base na assistência de enfermagem e utilizando um estudo etnográfico, Boehs (2001) fala da família como “unidade que cuida”, que vai adquirindo seus próprios conhecimentos com base em suas vivências cotidianas, com as quais vai estruturando o cuidado da saúde de seus integrantes, destacando que a família tem diversas funções, entre as quais se encontra a de tomar decisões sobre a saúde de seus membros.

Em 2002 tornamos a encontrar novas colaborações de Elsen, falando que na convivência, através de ações e interações de seus membros, a família concretiza o

“cuidado familiar”. Para ela, cada integrante atua de acordo com a compreensão que tem das coisas, incluindo interpretações individuais e grupais cujos significados são compartilhados.

Já Monticelli (2003), enfermeira dedicada ao estudo da influência da cultura na conduta das pessoas – especialmente as referentes à saúde – numa abordagem etnográfica de alojamento conjunto (mãe e o recém-nascido), afirma que a família, em diferentes culturas, é o principal provedor de cuidados, geralmente por suas mulheres, mas especialmente a mais velha, que tem grande influência no cuidado pela consideração de que desfruta, mormente por sua experiência.

Com base na ontologia heideggeriana, pude interpretar que o conviver em família na cotidianidade não é só compartilhar um espaço físico, nem se traduz na sucessão de feitos individuais e grupais, é “poder ser” si mesmo, sentir que tem possibilidades de desenvolver seus projetos e, simultaneamente, contribuir e compartilhar o projeto e a história de vida grupais. Essa co-existência cotidiana é a que gera entre os membros da família **“sentimentos interligados”** – paterno/materno, conjugal, filial, fraterno – que se iniciam com a própria vida e emergem unicamente através da inter-relação e da interação que as pessoas têm no mundo da família, no cuidado de si mesmo, no cuidar-se de, como no momento de abrir-se para cuidar dos outros membros. Esses sentimentos diferenciados entre os membros da família constituem fundamentalmente a sustentação da dinâmica familiar interna. Na cotidianidade, cada um desses sentimentos está vinculado com o lugar que cada membro tem dentro da estrutura familiar.

Estes sentimentos interligados fazem parte da temporalidade da família, na qual o vivido, o que se vive e o por viver estão permanentemente vinculados a estados de ânimo de cada um dos membros da família que se manifestam na cotidianidade das mais variadas maneiras: amor, tristeza, ódio, angústia, raiva e esperança, entre tantos outros. Aqui podemos encontrar diferentes modos de ser de seus membros. Já com a comunidade onde vive – mundo circundante – a família delimita sua rede de relacionamento de tal maneira que lhe permita a ela e a cada um de seus integrantes, desenvolver suas possibilidades de viver e desenvolver seus projetos. Mas o modo de relacionamento está pré-estabelecido pelo domínio do “um”.

Pelo compartilhar de vivências e experiências, a família ***dá a possibilidade de “nascer”*** a cada um de nós, ter uma identidade que se sobrepõe a toda estrutura, ou dinâmica, ou qualidade de suas funções. Vale dizer, cada membro no mundo da família pode criar seu próprio mundo, definir os modos de relacionamento com os outros membros – cuidar de – e com os do mundo circundante, como também estabelecer relacionamento com as coisas, “ocupar-se delas”, de acordo com modos de ser por ele definidos. A qualidade desse relacionamento está determinada pelo modo de ser que adote, autêntico ou inautêntico, positivo ou negativo, deficiente ou indiferente, sustentado por marcados sentimentos entre seus membros. Sempre coexistem diferentes modos de ser nessa busca de ser “si mesmo”. Esse é o “poder ser”, nessa busca de realizações que permite ir construindo uma história individual e coletiva, que em todo momento, enquanto é, se torna referencial das possibilidades de ser, de nossas possibilidades de ser e, com base nela eu sou e posso ser membro de uma família. Isso implica compartilhar vivências, só possível quando cada um dos integrantes se abre para sua própria maneira de viver, cada um com base na sua própria temporalidade inter-relacionada com a temporalidade da família, é um relacionamento simbiótico do qual os integrantes não se podem excluir.

No campo empírico, a identidade familiar, a temporalidade da família são analisadas pelos antropólogos com base na percepção dos acontecimentos que vão ocorrendo na família. Assim, Fonseca (1995) refere que a identidade familiar é dada a partir do nascimento, mas que o tempo se evidencia nos planos, projetos da família que representam a sua continuidade.

A temporalidade da família está implícita nos estudos que vêm sendo desenvolvidos para conhecer as características de estruturas e funções que a família vem apresentando nas diferentes comunidades do mundo, especialmente o referente a parentesco. Morgan, em 1871, estudou o sistema de vínculos nas famílias. Segundo Engels (2000), esses estudos de Morgan contribuíram para distinguir as estruturas de família que foram evoluindo nas distintas culturas até alcançar seu atual estágio.

Já Linton em 1936 (Linton, 2000), Murdock em 1949, forneceram destacadas contribuições com relação às funções que a família típica contemporânea

desenvolve, observando que cada sociedade lhe atribuía as funções, advertindo sobre a existência de funções básicas, embora não exista acordo entre eles nesse ponto.

Por outro lado, do ponto de vista da sociologia, Klein & White (1996) identificam fatos que distinguem a família como grupo social único, que a diferenciam de outros grupos humanos (p. 20):

1. as famílias perduram por um período de tempo mais considerável do que a maioria de outros grupos sociais;
2. as famílias são intergeracionais;
3. as famílias incluem relações biológicas e parentesco (legal, direito comum) entre os membros;
4. o aspecto biológico (e parentesco) da família os une a uma organização parental mais ampla.

Da perspectiva da sociologia fenomenológica, uma das colaborações sobre o assunto é dada por McLain & Weigert (1979), que consideram que a família é vista como a única maneira eficaz para a formação e a outorga da identidade. A família proporciona o contexto e o conteúdo para confirmar a biografia de um indivíduo em determinado momento, bem como proporcionar um sentido de continuidade. Cada indivíduo tem uma única biografia, que pode efetivamente ser “documentada” como realmente ocorreu.

Assim, reconhecem também que a família está constituída temporalmente numa forma única e explícita. Os predecessores e progenitores, os contemporâneos são os associados que constituem a família presente, enquanto os sucessores são únicos, em que eles podem ser também descendentes. A forma de temporalidade da família, em algum grau, transcende os limites temporais empíricos de uma biografia individual. Um símbolo disponível para essa transcendência é o “nome de família”, junto com tais símbolos materiais do mundo da família como relíquias de família, jóias, retratos e outras raízes.

Tais contribuições, dadas por essas áreas do saber, possibilitam-nos diferentes formas de olhar a realidade da família, dentro de sua multidimensionalidade, especialmente quando – como enfermeiras/os – buscamos compreender o comportamento da família em relação com a saúde e a doença, de onde emerge seu sistema de cuidados que é nosso principal ponto de atenção, buscando formas de aproximação entre sistemas de cuidado, descobrir ou atingir algum ponto de vinculação que permita um relacionamento mais humanizado com a família e um caminhar profissional mais seguro e independente, sustentado por um corpo de conhecimentos que vai surgindo desse relacionamento.

Por se tratar de uma área que se está construindo neste extremo da América do Sul, todo conhecimento está sendo produzido abre possibilidades de crescimento, porque pode gerar consenso e dissenso – mecanismo imprescindível quando se fala de construção de conhecimento. Dos trabalhos de enfermagem emergem, colateralmente de seu foco de estudo, os temas de identidade familiar e sua temporalidade.

Esta breve passagem buscando a compreensão da família como fenômeno e como ente, através de alguns dos achados de enfermagem que, referenciados por trabalhos já produzidos, ajudam-nos hoje a visualizar alguns avanços na compreensão do significado de família que nos permite ir modificando nossa forma de abordar e interpretar a vida cotidiana não só da família, como também a de cada um de seus integrantes que em todos os momentos – tanto na saúde como na doença – é referencial de uma família.

Das diferentes abordagens predominantemente qualitativas, vai manifestando-se a família em diferentes situações de vida, em cuja cotidianidade se tornam evidentes os comportamentos que estão dirigidos para o cuidado, um sistema que tem suas próprias características. Assim, a imagem de família que surge para a enfermagem aparece refletida em seu sistema de cuidado cotidiano porque emerge de sua própria vida; é a síntese das dimensões de seu viver diário; vivendo a cotidianidade se aprende o cuidado.

Desse modo, Delgado (2001), ao procurar interpretar e compreender tal sistema de cuidados descobertos por diversos estudos, pôde identificar que a família

tem uma organização básica: um finalidade, uma base de conformação, cuidados propriamente ditos e conseqüências, implementadas empiricamente pela família, tanto nos momentos em que está com saúde, como nos momentos em que algum dos seus membros adoece.

O cuidado desenvolvido pela família tem como finalidade preservar a vida de cada um de seus membros, para alcançar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, de acordo com suas próprias possibilidades e condições do meio onde vive.

A percepção de saúde e vulnerabilidade que a família tem constitui, talvez, os dois elementos que dinamizam a estruturação desse sistema que demanda a *participação* de cada um dos seus membros, não só para construí-lo, mas também para consolidá-lo e manter sua vigência. Ao ser uma construção cotidiana, coletiva, requer solidariedade e ética da parte dos membros do grupo familiar.

Sua implementação demanda uma contínua *tomada de decisões* por parte de seus protagonistas, dos quais demanda *criatividade* porque ao ser um processo *dinâmico* deve ir adaptando-se às necessidades do momento e de cada integrante. Possui *flexibilidade* e um nível de *organização*, permitindo o aproveitamento dos recursos disponíveis e dar respostas às demandas de seus membros, de acordo com a sua etapa de vida, aí surge sua *integridade*. Por sua vez é *seletivo*, porque proporciona a cada integrante um cuidado segundo as suas necessidades de saúde, aproveitando as *potencialidades* que possui cada integrante e a família como um todo, para satisfazer assim as necessidades de *proteção*, de *pertença* e de *sentir-se querido*, constituindo-se em uma experiência única para cada família, com cada filho.

Dentro do processo de viver da família, este sistema de cuidados desenvolvido por ela tem seus efeitos que a ajuda a *crescer* e desenvolver *relações de poder*. Através dele alcança dignidade, respeito, competência, esperança, bem-estar. Muitas vezes, porém, esta responsabilidade lhe gera situações e sentimentos não desejados nem buscados, como a angústia, o medo, as tristezas, as dúvidas, a culpa, a insegurança, a agressão. Sobretudo, ela busca preservar a vida. Cabe aqui uma

pergunta: será possível a existência da família como ente, e portanto, como fenômeno, sem cuidado?

Essa é uma das dimensões da vida da família que mais chama nossa atenção e que nos interessa conhecer e compreender para poder contribuir para definir seu lugar dentro do sistema de saúde e trabalhar com ela. Em nossa prática profissional, alcançar a compreensão de seu cuidado é aproximar-nos para desvelar seu sentido de família.

*

Em nenhum momento tentei esgotar o assunto nesta pesquisa, mas abrir um caminho para aprofundar um debate sobre uma dimensão da família escassamente explorada e que nos ajudaria a aprofundar o conhecimento e a compreensão, avançando na possibilidade de atingir elementos cognitivos que possam gerar reflexões com base em debates na área de cuidado, educação e pesquisa.

Assim, na relação de *cuidado família-enfermagem*, quando se consegue compreender que o “cuidado” é anterior a qualquer manifestação ou conduta fática do ser humano, e que é no mundo da família onde cada um de nós pode ser, viver e portanto, a família “poder ser” no mundo, cuidando de sua própria vida, de sua existência, então poderemos abrir-nos para inter-relacionar-nos com seu sistema de cuidado. Aqui é importante resgatar as contribuições de Boehs (2001) sobre o assunto, manifestando sua preocupação com o relacionamento que observa entre os dois sistemas de cuidado quando a família tem um membro internado. O tempo ali dentro do hospital é vivido de maneira diferente: a família vive o sofrimento, enquanto a equipe profissional está mais ocupada com a técnica e com o corpo físico. A visão de saúde e de doença que tem o profissional do sistema de cuidado profissional é diferente do que tem a família. Ademais, o hospital impõe normas e rotinas que são rígidas, no qual o sistema familiar de cuidado é enquadrado como auxílio ou como empecilho. Portanto, o contexto hospitalar favorece o sistema profissional que controla a ação. Sem dúvida, esta autora visualiza uma cultura emergente de assistência à família: nota que a família começa a ser mais ouvida na exigência de seus direitos, embora ainda de forma incipiente. Por isso, é necessário

avançar mais para que o hospital ceda um espaço para a família como unidade de cuidado.

Ao longo deste período de estudo e de preparação de minha tese, adverti sobre a existência de áreas de atenção à família que não estão sendo estudadas, e são as diferentes instâncias de atenção à família – comunidade, posto de saúde e consultório (hospital); e também o trabalho com grupos de famílias e participação comunitária. São estratégias de trabalho que são úteis para a promoção da saúde e prevenção das doenças na família que atualmente não estão sendo estudadas.

Pela diversidade de experiências e pela dinâmica de interações internas e externas que nela se estabelecem, essa área demanda um fortalecimento do trabalho conjunto e coordenado com outros profissionais da saúde, para criar alternativas de trabalho e ter mais possibilidades de consolidar novos modelos de atenção da família comunidade.

Seguramente em relação a esse ponto podem surgir diferentes questionamentos, entre os quais os que surgem de minha compreensão atual de família: que significado tem a família para os diferentes membros da equipe? Como enfermeiras/os, quais são os modos de ser prevaletentes no relacionamento com a família? Como interpretamos esse relacionamento? Como é a estrutura do cuidado que oferecemos? Até que ponto o cuidado de enfermagem nivela a família em seu modo de ser *uma* mesma, em vez de possibilitar o “cuidar-se de” “cuidar de” e “ocupar-se” do “cuidado” de *si* mesma? Qual é a compreensão dos profissionais do sistema de cuidado profissional sobre o sistema de cuidado familiar? Quando falamos em compartilhar o cuidado com o cliente, significa dar-lhe a possibilidade de ser si mesmo, ou é simples distribuição de tarefas? Que lugar destinamos às necessidades sentidas pela família no momento de definir nosso plano de atenção? O processo de atenção de enfermagem favorece ou atrapalha os modos de ser próprios da família?

Já na *área da docência*, se resgatamos a família como *unidade existencial complexa*, sobre a base de cujo sistema de relacionamento se constitui em *unidade de relação complexa*, pode levar-nos a rever nossa abordagem da temática de família com o aluno e com os colegas. Nessa área nos encontramos com a

colaboração de Grüdtner (2002): preocupada em como poderia ajudar a família com os recursos de sua função como educadora na disciplina Enfermagem Cirúrgica, aquela autora desenha uma proposta educativa na qual, além dos educandos, era incorporada a família de cada cliente. O resultado dessa experiência lhe permitiu acumular, simultaneamente, saber dessa cotidianidade com a família e socializar seus conhecimentos científicos com a família.

Esta é uma experiência que nos mostra que a docência é outro de tantos caminhos que podemos utilizar para iniciar o futuro profissional no relacionamento com a família e no seu conhecimento. Uma das estratégias que estou utilizando nas disciplinas que ministro é iniciar o aluno nessa aproximação com base na sua própria família, por sua própria percepção e valoração. Como área de pouco desenvolvimento, gera inquietações: Como ensinamos o relacionamento com a família? Que pensamento buscamos estimular no estudante com relação à família? Que nível de flexibilidade têm os referenciais teóricos que utilizamos para a formação dos estudantes a fim de permitir a abertura de relacionamento com a família? Buscamos no aluno a abertura de modos de ser autênticos no relacionamento com a família? Como induzimos o aluno a interpretar o “cuidado” da família? E nos conteúdos disciplinares está clara essa inter-relação de sistema familiar de cuidado e sistema profissional de cuidado?

Muitas das inquietações manifestadas anteriormente e as que podem ser geradas no leitor deste trabalho encontrarão resposta no prosseguimento das pesquisas. Embora nesta pesquisa tenham sido utilizados elementos da filosofia, eles me permitiram avançar no conhecimento da família, foco do interesse disciplinar. Os elementos desvelados vinculados à natureza da família requerem um processo de reflexão através do debate por parte de meus/minhas colegas pesquisadores/as para serem aceitos, modificados ou rejeitados. Em qualquer dos casos, terá sido um avanço.

Cumprindo ainda destacar a necessidade da avaliação das diferentes teorias que estão sendo utilizadas para este estudo da família em saúde para poder identificar em quais situações e condições responde ou se ajusta cada teoria aplicada, permitindo validá-las ou não e os marcos conceituais produzidos.

Apresentar o caminho da filosofia para aprofundar o conhecimento da família é explorar outra forma de aproximar-nos do conhecimento do ser humano, de nós mesmos e torna possível implementar mudanças em nossos modos de ser, de nos relacionarmos com o ente família na cotidianidade, que é o foco de interesse da prática. Isto não significa desconhecer a necessidade de seguir incrementando nosso estudo através de metodologias quantitativas, além das qualitativas que hoje predominam; é muito mais saudável para um sistema que busca novas construções teóricas e práticas.

Antes de concluir, cumpre explicitar *limitações* que vivenciei e que condicionaram parte deste estudo. A principal foi a pouca ou nenhuma formação em fenomenologia e a limitada disponibilidade de produções acadêmicas (teses) que orientem o desenho metodológico para uma abordagem filosófica, além da exigüidade do tempo disponível para um trabalho dessa natureza.

Também surgiram elementos em cujo desvelamento não consegui ir muito longe, devido a limitações teóricas do marco referencial utilizado, porque Heidegger não fala de família, não me permitindo fazer inferências em temas como: a morte em família, valores na vida da família, comunicação, poder e corporeidade.

Se os elementos constitutivos da existência da família são constantes, não modificáveis, pode permitir-nos, cada um deles, aprofundar seu estudo para conseguir desvelar plenamente o ser da família. Para esse aprofundamento, considero necessário incorporar ao estudo as famílias “não-convencionais” ou “atípicas”, as pós-contemporâneas como são os grupos extensos (crianças de rua), institucionalizadas (crianças órfãs e abandonadas).

Por sustentar-se esta pesquisa em análise filosófica fenomenológica, hermenêutica, este fenômeno ser – do ser humano – não tem uma só interpretação; pode ser compreendido de diferentes maneiras, e, portanto, interpretado de diversas formas. Assim, as questões que mobilizaram minha busca nesta pesquisa talvez gere no leitor outras perguntas em relação ao objeto de estudo e encontre outros caminhos para descobrir o ser da família.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHOFF, C. R. *Convivendo em família: contribuição para a construção de uma teoria substantiva sobre ambiente familiar*. 2001. 172 f. Tesis (Doutorado em Enfermagem). Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC. 1981.

AUGÉ, M. *O sentido dos outros*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BERARDO, F. M. *The anthropological approach to the study of the family*. In: *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. NYE, F.I. & BERARDO, F. New York: M. Praeger. 1981. p. 11-51.

BILAC, E. *O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa*. Mesa Redonda. Congresso Internacional Pesquisando a Família. Florianópolis. 2002. No publicado.

BLEICHER, J. *Contemporary Hermeneutics. Hermeneutics as method, philosophy and critique*. London: Routledge, 1990.

BOEHS, A. *Os movimentos de aproximação e distanciamento entre os sistemas de cuidado familiar e profissional* 2001. 268 f. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem). Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001

BRONFENBRENNER, U. – *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996.

CAPALBO, C. *Fenomenologia & Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Ambito Cultural Edições, 1987.

CAPRA, F. *Punto Crucial*. México: Editorial Contemporânea. 1994.

CARPENTER, D. *Phenomenological Research Approach*. In: STREUBERT, H & CARPENTER, D. *Qualitative Research in Nursing*. Philadelphia: Lippincott, 1995.

CARPER, B. A. *Fundamental Patterns of Knowing in Nursing*. Aspen Systems Corporation 0161 – 92-68: 13, 1978.

CARPER, B. *Fundamental patterns of knowing in nursing*. *Advances in Nursing Science*. v.1, n.1, p. 13-23, 1978.

CARTER, B. & Mc GOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, M. Do C. et al. *A família contemporânea em debate*. 2º edição. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

CASEY, J. *A história da família*. São Paulo: Editora Ática S.A. 1992

CENTA, M. L. *A família enfrentando a infertilidade*. In: ELSEN, I. et al. *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringá: UEM. 2002. p. 121-140.

CEPAL . *La salud en las Américas y Caribe*. Chile: CEPAL, 1980.

CICERCHIA, R. *Familia: la historia de una idea. Los desórdenes domésticos de la plebe urbana porteña, Buenos Aires, 1776-1850*. In: WAINERMAN, C. et al. *Vivir en familia*. 2º edición. Argentina: UNICEF-Losada, 1996, pag. 49-72.

CLEMENTS, J. W. & ROBERTS, F.B. *Family health. A theoretical approach to nursing care*. New York: John Wiley & Sons, 1983.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Resolução nº 196. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1996.

CORETH, E. *Questões fundamentais de hermenêutica*. São Paulo: EPU, 1973.

CORSO da MOTTA, M. *O ser doente no tríplex mundo da criança, família e hospital: uma descrição fenomenológica das mudanças*. 1997. 207 f. Tesis (Doutorado em Enfermagem) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1997.

CUPANI, M. *Conteúdo de aulas e oficinas de Martín Heidegger*. UFSC. Florianópolis. Brasil. 2000

CUPANI, M. *A fenomenologia diante do positivismo*. In: MANUSCRITO: UNICAMP, v. IX, n.1, p. 75-100. 1986.

CHAVES, M. et al. *La familia y el rendimiento escolar en niños del barrio General Paz*. Universidad Nacional de Santiago del Estero, 1996. Mimeo.

CHINN, P. & KRAMER, M. J. *Theory and Nursing: a systematic approach – 4º ed.*, St. Louis, Mosby, 1995.

DANIELSON, C. B.; HAMEL, B. and WINSTEAD, F. P. *Families, health & illness. Perspectives on coping and intervention*. St. Louis: Mosby Company, 1993.

DARTIGUES, A. *O que é a fenomenologia*. 3º Edição. São Paulo: Editora Moaes. 1992.

DEAN, K. I. & KARGMAN, M.W. *Is there a legal conceptual framework for the study of the american family?* In: NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. , New York: M. Praeger. 1981. p.269-292.

DELGADO, J. *Factores familiares que influyen en la conducta de salud de la familia urbano marginal*. Tesis (Maestría Enfermería Comunitaria) 1991 - Universidad de Concepción. Concepción, Chile.

DELGADO, J. *A família vivenciando situações de saúde-doença: um conhecimento em construção*. In: ELSEN, I. et al. *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringa: Editora UEM, 2002.

DELGADO, J. et al. *Perfil epidemiológico de la familia del barrio General Paz. Santiago del Estero*. Universidad Nacional de Santiago del Estero, 1994. Mimeo.

DELGADO, J. et al. *Conducta de salud de la familia de ciudad Capital de Santiago del Estero*. Universidad Nacional de Santiago del Estero, 1996. Mimeo.

_____ *La familia en la prevención de las enfermedades cardiovasculares*. Universidad Nacional de Santiago del Estero, 1998. Mimeo.

_____ *El cuidado cotidiano y la salud de la familia*. Familia, Saúde e Desenvolvimento. Curitiba, v.3, n.1, p. 21-25, jan./jun. 2001.

_____ *La familia en la prevención de las enfermedades cardiovasculares: condicionantes de las conductas protectoras*. Universidad Nacional de Santiago del Estero, 2002. Mimeo.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciencias sociais*. 3° edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

DENARDIN, M.L. *A família rural e os cuidados em saúde*. In: ELSEN, I. et al. *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringa: UEM, 2002. p. 77-95.

DONALDSON, S. K. & CROWLEY, D. M. *The discipline of nursing*. In: *Nursing Outlook*. Febrero, 1978, p. 113-120.

ELSEN, I. *Concepts of health and illness and related behaviors among families living in a Brazilian fishing village*. 1984. 301 f. Tese (Doutorado em Enfermagem). San Francisco: Universidade da California. Curso de Doutorado em Ciências de Enfermagem. California. 1984.

----- *Conteudos das aulas e oficinas de Teorias de família*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Brasil, 2000.

ELSEN, I. et al. *Marcos para a prática de enfermagem com famílias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

_____ *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringa: Editora UEM, 2002.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 15° edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FARIA, S. M. S & OLIVEIRA, I. E. S. *O método fenomenológico heideggeriano como possibilidade na pesquisa em enfermagem*. Texto e Contexto Enfermagem, Florianópolis, v.6, n.3, p.50-56, set/dez.1997.

FAWCETT, J. – *Analysis and evaluation of conceptual models of nursing*.- 2º edição. Philadelphia: FA Davis, 1989.

FAWCETT, J.- *The metaparadigm of nursing: present status and future refinements*. Image, 3, 84-87. 1984.

FERACINE, L. *Os primeiros princípios do saber*. Mato Grosso do Sul: Solivros, 1999.

FERRATER MORA, J. *Diccionario de Filosofía*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1951

FLANDRIN, J. L. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. 2º edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FRY, S. T. *The philosophy of nursing*. In: *Scholarly Inquiry for Nursing Practice: An International Journal*, v.13, n.1, 1999, p. 5-15.

GADAMER, H. *Philosophical Hermeneutics*. In: *Interpretative approach in nursing reseach: the influence of Husserl and Heidegger* – *Journal Advanced Nursing*, 1995, p. 830.

GAOS, J. – *Introducción a El Ser y El Tiempo de Martín Heidegger*. Editorial Fondo de Cultura Económica. México, 1971.

GELLES, R. J. *Contemporary families. A sociological view* London: Sage Publications, 1994.

GILLES, T. *Martín Heidegger*. In: GILLES, T. *Historia do existencialismo e da fenomenologia*. Brasil: E.P.U, 1989. p.183-298

GRONDIN, J. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999

HANSON, S. M. H. & BOYD, S. T. *Family health care nursing. Theory, practice and research*. Philadelphia: F. A. Davis Company, 1996.

HEIDEGGER, M. *El Ser y el Tiempo*. 2º Edición, 7º Reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *Tiempo y Ser*. Madrid: Editorial Tecnos S.A, 1999.

_____. *Todos nós . . . ninguém*. São Paulo: Editora Moraes, 1981.

HENCKEMAIER, L. *Dificuldades ao cuidar da familia no hospital*. . In: ELSSEN, I. et al. *O viver em familia e sua interface com a saúde e a doença*. Maringa: UEM, 2002. p. 403-419.

HOUAISS A. *Dicionario da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2001.

JELIN, E. *Familia: crisis y después . . .* In: WAINERMAN, C. et al. *Vivir en familia*. 2° edición. Argentina: UNICEF-Losada, 1996, pag. 23-48.

KAUFFMAN, K. & SCHONWALD, E. *Phenomenology*. In: SARTER, B. *Innovative Research Methods for Nursing*. New York: National League for Nursing, 1988, pag. 97-105

KEEN, E. *Introdução à psicologia fenomenológica*. Brasil: Interamericana. 1979.

KLEIN, D. M. & WHITE, J.M. *Family theories: An introduction*. Thousands Oaks: Sage Publications, 1996.

KIKUCHI, J. & SIMMONS, H. *Developing Philosophy of Nursing*. London: Sage Publications, 1994.

KIKUCHI, J. & SIMMONS, H. *Philosophic Inquiry in Nursing*. London: Sage Publications, 1992.

KOCH, T. *Interpretative approaches in nursing research: the influence of Husserl and Heidegger*. *Adv. Nursing*, 1995. p. 827-835.

KOENIG, D. J. & BAYER, A. E. *The institutional frame of reference in family study*. In: NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. New York: Praeger, 1981, p. 78-96.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodolgia da pesquisa em ciencias humanas*. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1997.

LARROSA, J. & PÉREZ de LARA, N. (Orgs.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

LINTON, R. *O homem*. 12° edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOPES, R. M. & SOUZA, I. O. *Ser e Tempo: marco do projeto filosófico heideggeriano*. *Texto e Contexto Enfermagem*. Florianópolis, v.6, n.3, p.81-94, set/dez. 1997

LUIJPEN, W. *Introdução à fenomenología existencial*. São Paulo: EPU, 1973

MARCON, S. *Criar os filhos: experiências de familias de três gerações*. 1998. 283 f. Tesis (Doutorado em Enfermagem) Curso de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1998.

MARTINEZ R., A. & CORTÉS M., J. *Diccionario de Filosofia*. [en CD-ROM] Microsoft Multimedia Viewer 2.0 Microsoft Corporation. 2° edición. Barcelona: Editorial Herder S.A., 1996.

MARTINS, J. & BICUDO, M.A. *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1994.

Mc KENNA, H. *Nursing theories and models*.- London: Routledge, 1997.

McLAIN, R. & WEIGERT, A. *Toward a phenomenological sociology of family: a programmatic essay*. In: BURR, W. R. et al. *Contemporary Theories about the family*. New York: Mac Millan, 1979.

MELEIS, A. – *Theoretical Nursing: development and progress*. 3 Ed. New York: Lippincott, 1997

MELEIS, A. I. *Directions for nursing theory development in the 21st. Century*. Nursing Science Quarterly, v.5, n.3, p.112-117,1992

METZLER, A. et al. *Fenomenologia como filosofia e como método de investigação em pesquisas educacionais*. In: ENGERS, M. (Org.) *Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 75-83

MINAYO, M.S *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17^o edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MONDIN, B. *Definição filosófica da pessoa humana*. São Paulo: EDUSC, 1995.

MONTICELLI, M. *Rituais de vida e de cuidado com o nascimento humano*. In: ELSEN, I. et al. *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringá: UEM, 2002. p. 141-154.

_____ *Aproximações culturais entre trabalhadoras de enfermagem e famílias, no contexto do nascimento hospitalar: uma etnografia de alojamento conjunto*. Florianópolis, 2003. Mimeografado. 21 p.

MUNHALL, P. & Boyd, C. *Nursing Research. A qualitative perspective*. New York. Nursing Press, 1993.

MUNHALL, P. *Revisioning Phenomenology: nursing and health science research*. New York. Nursing Press, 1996 .

NITSCHKE, R. G *Uma viagem pelo mundo imaginal de ser família saudável no cotidiana em tempos pós-modernos: a descoberta dos laços de afeto como caminho*. 1999. 462 f. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem). Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1999.

NOGUEIRA, J. C. *Heidegger ou os novos caminhos da filosofia*. Revista do Instituto de Filosofia e teología Reflexão. Universidad Católica de Campinas. Brasil, v.I, n. III, set. 1976.

- NOVAIS, F. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Das Letras, 2000.
- NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. New York: Praeger, 1981.
- OILER, C. *Phenomenology: the method*. In: MUNHALL, P. & OILER, C. *Nursing Research. A qualitative perspective*. New York: Ed. Prentice-Hall, 1986.
- OLASAGASTI, M. *Introducción a Heidegger*. España: Ed. Revista de Occidente, 1967.
- OLIVEIRA CERVENY, C. M. *A família como modelo. Desconstruindo a patologia*. Campinas: Editora Livro Pleno, 2001.
- OLIVEIRA CERVENY, C. M. et al. *Família e ciclo vital*. Brasil: Casa do Psicólogo, 1997.
- OMS. *Atención Primaria de Salud*. Madrid: Serie Técnica. Edición Especial, 1978
- PALMER, R. E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- PEIXOTO, C. E. et al. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGU, 2000
- PENHA, C.M. *Ser saudável no cotidiano da favela*. Florianópolis: Enfermagem PEN/UFSC, 1997.
- RAMOS dos REIS, R. & PIRES da ROCHA, R. *Filosofia Hermenêutica*. Santa María: Editorial da UFSM, 2000.
- REED, Pamela G. – *A treatise on nursing knowledge development for the 21st century: Beyond postmodernism*. In: Adv. Nurs. Sci. v.3, n.17, p.70-84.1995
- REIBER, S. R. *Western Christian conceptual framework for viewing the family*. In: NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. , New York: Praeger, 1981. p. 293-316.
- REUTHER, L. *Family health assessment. An integrated approach*. Journal Advance Nursing, n.9, p. 391-399, 1984.
- RICE, A. S. *An economic framework for viewing the family*. In: NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis* New York: Praeger, 1981, p. 223-268.
- RITTER RIBEIRO, N. *Famílias vivenciando o risco de vida do filho*. 1999. 222 f. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem). Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 1999.
- RODRÍGUEZ, M.P. & LEOPARDI, M. *O método de análise de conteúdo*. Fortaleza: Editora Gráfica, 1999.

ROSE, G. *La estrategia de la medicina preventiva*. España: Serie Paltex/OPS/OMS. 1995.

ROWE, G. P. *The developmental conceptual framework to the study of the family*. In: NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. New York: Praeger, 1981, p.198-222.

RUBIN, H. & RUBIN, I. *Qualitative Interviewing: the art of hearing data*. London: Sage Publications, 1995.

SALSBERRY, P. *A philosophy of nursing: what is it? What is it not?* In: KIKUCHI, J. & SIMMONS, H. *Developing Philosophy of Nursing*. London: Sage Publications, 1994.

SANSON ZAGONEL, I. *O ser adolescente gestante em transição ex-sistindo: um enfoque de cuidar-pesquisar sob a ótica da enfermagem*. 1998. 247 f. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem). Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1998.

SARTER, B. *Paths to knowledge: innovative research methods for nursing*. New York: National League for Nursing, 1988.

SCHVANEVELDT, J.D. *The Interactional framework in the study of the family*. In: NYE, F.I. & BERARDO, F. M. *Emerging conceptual frameworks in family analysis*. New York: Praeger, 1981, p. 97-129.

SCHLEIERMACHER, F. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. 2º edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SMITH, J. *The idea of health: a philosophical inquiry*. *Advances in Nursing Science*. v.3, n 3. April 1981.

SOUZA, A. *Cuidando de famílias: identificando ações de cuidado e não cuidado nos familiares*. . In: ELSEN, I. et al. *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringá: UEM, 2002. p. 363-380.

STEIN, E. *A questão do método na filosofia: um estudo do modelo heideggeriano*. 3 Edição. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1991.

STREUBERT, H. & CARPENTER, D. *Qualitative Research*. In: *Nursing*. Philadelphia: J. B. Lippincott Company, 1995.

SZYMANSKI, H. *Um estudo sobre significado de família*. 1991. Tesis (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1991

VASCONI, R. *La salud como problema existencial*. In: CAPONI, G.; LEOPARDI, M.; CAPONI, S. *A saúde como desafio ético*. Florianópolis: SEFES, 1995. p. 26-34.

WAINERMAN, C. et al. *Vivir en familia*. Argentina: UNICEF/Losada, 1994.

WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ CNPq, 1987.

ZAMBERLAN, M. T. & BIASOLIS ALVES, Z. M. *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: Editora UEL, 1997.

ZILLES, U. *O misterio da família – uma reflexão marceliana*. *Telecomunicação*, Porto Alegre, v. 19, n.83, p.5-26, Mar.1989.